



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

2022

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2022

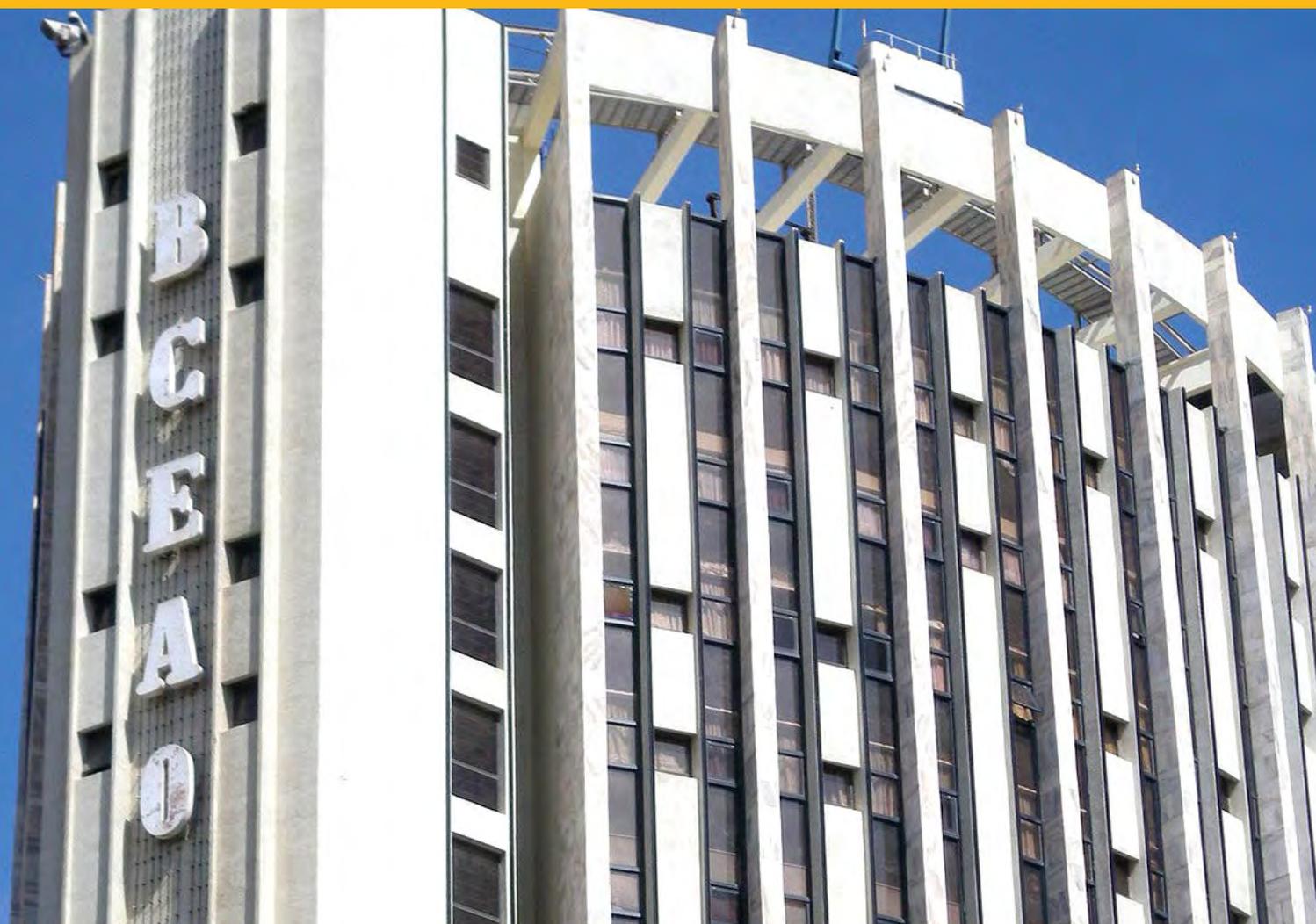
RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2022

RELATÓRIO ANUAL



O relatório anual do Banco Central dos Estados da África Ocidental pode ser consultado no site do Banco, no endereço <https://www.bceao.int/fr/publications/>

Para obter mais informações, favor contatar a Direção da Documentação, Publicações e Arquivos:

SEDE DO BCEAO EM DAKAR Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 – Dakar – SENEGAL
Tel. : (221) 33 839 05 00 • Fax : (221) 33 823 93 35

E-mail : courrier.bceao@bceao.int - Site web : www.bceao.int

ISSN : 08508712

© Banco Central dos Estados da África Ocidental

ÍNDICE

MENSAGEM DO GOVERNADOR	XI
MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2022	XIII
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO	XVII
VISÃO GLOBAL	XXI
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	1
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA	23
EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRA	33
GESTÃO DOS NUMERÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO, RESERVAS CAMBIAIS	52
ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	63
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	97

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da actividade económica mundial	3
Gráfico 2: Evolução de preços do petróleo (NYMEX)	6
Gráfico 3: Evolução de preços do cacau	6
Gráfico 4: Evolução de preços do café	7
Gráfico 5: Evolução de preços do algodão	7
Gráfico 6: Evolução de preços da borracha	8
Gráfico 7: Evolução de preços do fosfato	8
Gráfico 8: Evolução de preços do urânio	9
Gráfico 9: Taxa de inflação (média anual em %)	10
Gráfico 10: Evolução da liquidez global	25
Gráfico 11: Evolução das taxas devedoras na União (em %)	29
Gráfico 12: Crescimento anual do crédito bancário (em pontos percentuais)	31
Gráfico 13: Crescimento anual da massa monetária	32
Gráfico 14: Níveis de concentração de riscos bancários por setor de atividades	45
Gráfico 15: Evolução da circulação fiduciária de 2013 a 2022 (mil milhões de FCFA)	54
Gráfico 16: Evolução em volume de transações interpaíses de 2018 a 2022	56
Gráfico 17: Evolução em valor de transações interpaíses de 2018 a 2022	57
Gráfico 18: Evolução dos efetivos do BCEAO	85

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Evolução das taxas de câmbio médias anuais (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA)	12
Quadro 2: Evolução das taxas de câmbio médias trimestrais (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA)	13
Quadro 3: Evolução das contribuições para o crescimento do Produto Interno Bruto da União	14
Quadro 4: Variação dos preços ao consumidor em 2021 e 2022 (em %)	17
Quadro 5: Situação das finanças públicas em 2021 e 2022	19
Quadro 6: Rácios da dívida externa em 2021 e 2022 (em % do PIB)	20
Quadro 7: Evolução da balança de pagamentos no período 2020-2022 (em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)	21
Quadro 8: Coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos	26
Quadro 9: Evolução das taxas interbancárias em 2022 (média ponderada em percentagem)	28
Quadro 10: Evolução dos empréstimos interbancários na UMOA em 2022 (em milhões de FCFA)	28
Quadro 11: Créditos líquidos das instituições de depósitos sobre as APUC (em mil milhões)...	30
Quadro 12: Emissões globais por adjudicação e sindicância no mercado regional de títulos da dívida pública (em mil milhões de FCFA)	39
Quadro 13: Taxas e rendimentos médios ponderados	40
Quadro 14: Stock dos títulos públicos em finais de dezembro de 2022 no mercado financeiro regional (montantes em mil milhões de FCFA)	40

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1: Digitalização das operações financeiras dos SFD da UEMOA	51
Caixa 2: Mecanismo de cobertura das necessidades da clientela em numerários de baixa denominação	54
Caixa 3: Repatriamento das receitas de exportação	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFI*:	Aliança para a Inclusão Financeira
AFREXIMBANK:	Banco Africano de Importação e Exportação
AICFM**:	Associação Internacional de Pesquisadores Africanos em Microfinanças
AMF-UMOA:	Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária Oeste Africana
APUC:	Administração Pública Central
ATTF:	Agência de Transferência de Tecnologia Financeira
BCE:	Banco Central Europeu
BCEAO:	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BC/FT:	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
BEAC:	Banco dos Estados da África Central
BIC**:	Agência de Informação sobre o Crédito
BID:	Banco Islâmico de Desenvolvimento
BOAD:	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
BoE:	Banco de Inglaterra
BoG*:	Banco do Gana
BoJ:	Bank of Japan (Banco do Japão)
BP:	British Petroleum
BRVM:	Bolsa Regional de Valores Mobiliários
CAP 2025:	Quadro de Ações Prioritárias 2025
CBN*:	Banco Central da Nigéria
CEB2D:	Certificado Executivo Bancário para Diretores na Era Digital
CEDEAO:	Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste
CEMAC:	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEMSTRAT**:	Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária
CFA:	Comunidade Financeira Africana
CIBAFI**:	General Council Bank and Financial Institutions
CIWA:	CREDITINFO WEST ÁFRICA
CNSMO	Comité Nacional de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
COFEB:	Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários
COSC:	Centro Operacional de Supervisão e Cibersegurança
CRAEF:	Quadro Automatizado de Relatório das Demonstrações Financeiras dos Estabelecimentos de Crédito e das Companhias Financeiras da UMOA
CREA**:	Consórcio para a Pesquisa Económica em África
CSF-UMOA**:	Comité de Estabilidade Financeira na UMOA
CSP:	Customer Security Program
CTI:	Centro de Processamento de Dados

DSC:	Direções de Serviços Centrais
DTS	Direitos Especiais de Saque
EPSS:	Ecowas Payment Settlement Systems (Sistema de Pagamento e Liquidação da CEDEAO)
FAIR:	Fundo de Apoio à Integração Regional
FCA*:	Facilidade Alargada de Crédito
FCFA:	Franco da Comunidade Financeira Africana
FCI:	Factors Chain International
FED*:	Reserva Federal dos EUA
FERDI**:	Fundação para os Estudos e Investigações sobre o Desenvolvimento Internacional
FGDR:	Fundo de Garantia de Depósitos e de Resolução na União Monetária Oeste Africana
FinTech:	Finanças Tecnológicas
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FRDA:	Fundo Regional de Desenvolvimento Agrícola
FRS:	Fundo Regional de Segurança
FTSE*:	Bolsa de Valores do Financial Times
GAFI:	Grupo de Acção Financeira
GAMA:	Gestão Automatizada de Missões de Auditoria Interna
GE:	Grandes empresas
GERDDES:	Grupo de Estudos e Investigação sobre Democracia e Desenvolvimento Económico e Social
GIABA:	Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África do Oeste
GIM-UEMOA:	Grupo Interbancário da Monetária da UEMOA
GOREH:	Gestão de Recursos Humanos e de Salários
GPE:	Gestão da Política Económica
GSE*:	Ghana Stock Exchange
GTA:	Grand Tortue Ahmeyim
HEC*:	Escolas de Estudos Comerciais Aprofundados
HKS*:	Escola Kennedy de Harvard
IDE:	Investimentos Diretos Estrangeiros
IFI:	Instituição Financeira Islâmica
IFR:	Instrumento de Financiamento Rápido
IFRS:	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro)
IsDB*:	Islamic Development Bank Institute
JRCPPF*:	Julis Rabinowitch Centre for Public Policy and Finance

LBC/FT*:	Luta contra Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
LIF:	Laboratório de Inovação Financeira
LPR*:	Loan Prime Rate
MDBC:	Moeda Digital de Banco Central
MEDC**:	Mecanismo Alargado de Crédito
MSCI*:	Morgan Stanley Capital International
NIKKEI:	Nihon keizai shinbun
NSE:	National Stock Exchange
NYMEX*:	Bolsa Mercantil de Nova Iorque
OCDE:	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OPS:	Instituições de Previdência Social
PAF:	Prémio Abdoulaye FADIGA
PAFLA**:	Programa Acelerado de Formação em Inglês
PASF:	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
PBoC:	Banco Popular da China
PCA:	Plano de Continuidade de Actividades
PCIT:	Plano de Continuidade Informático e Telecom
PdB:	Ponto de base
PdP:	Pontos percentuais
PEF:	Programa Económico e Financeiro
PIB:	Produto Interno Bruto
PIMF:	Princípios para as Infra-estruturas de Mercados Financeiros
PME:	Pequenas e Médias Empresas
PME/PMI:	Pequenas e Médias Empresas/Pequenas e Médias Indústrias
PSI:	Política de Segurança da Informação
RBI*:	Reserve Bank of Índia
REM**:	Revista Económica e Monetária
RTGS:	Real Time Gross Settlement (sistema de liquidação bruta em tempo real)
SDPE:	Estratégia de Desenvolvimento dos Pólos Energéticos
SESRIC:	Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries
SFD:	Sistema Financeiro Descentralizado
SGI:	Sociedade de Gestão e Intermediação
SGCB:	Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA
SI:	Sistema de Informação
SIAR:	Sistema de Informação Agrícola Regional
SIB:	Sistema de Informação Bancária
SICA-UEMOA**:	Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA

SICS-SFD**:	Acompanhamento dos Sistemas Financeiros Descentralizados
SIMARIS**:	Sistema Informatizado de Gestão dos Riscos
SMQ:	Sistema de Management da Qualidade
SPAME**:	Serviços de Pagamento Garantidos por Moeda Eletrónica
SRIF**:	Estratégia Regional de Inclusão Financeira
STAR-UEMOA**:	Sistema de Transferência Automatizada e Liquidação na UEMOA
SWIFT:	Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais
TMoney:	Trésor Money
TMP:	Taxa Média ponderada
TPN:	Tesouros Públicos Nacionais
UAP*:	User Access Platform
UEMOA:	União Económica e Monetária da África Ocidental
UMOA:	União Monetária da África Ocidental
VSAT:	Very Small Aperture Terminal (terminal de abertura muito pequena)

* Sigla em inglês

** Sigla em francês

MENSAGEM DO GOVERNADOR

O ano de 2022, previsto como o da consolidação da recuperação económica mundial iniciada um ano antes, foi, no entanto, marcado por um contexto macroeconómico difícil, tendo registado um aumento das pressões inflacionistas devido às consequências do conflito russo-ucraniano. Assim, a inflação mundial subiu para 8,8% contra 4,7% verificado em 2021. O crescimento económico mundial, estimado em 3,4% em 2022, registou uma redução significativa em comparação com os 6,2% registados em 2021.

Nos Estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), este novo contexto de choque inflacionista destacou entre as prioridades o controlo da inflação, que foi muito estimulado pelas tensões sobre os preços mundiais dos produtos energéticos, das matérias-primas e dos géneros alimentícios. Com efeito, a taxa de inflação, em média anual, elevou-se para 7,4% em 2022, contra 3,6% em 2021. Tendo em conta os riscos para a estabilidade do quadro macroeconómico decorrentes da aceleração da inflação na União, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) iniciou, em 22 de junho de 2022, a normalização progressiva de sua política monetária, através de três aumentos de 25 pontos de base nas suas taxas diretas.

Por outro lado, manteve as suas adjudicações de liquidez à taxa fixa nos seus balcões de refinanciamento, com vista a permitir um ajustamento ordenado no mercado monetário e financeiro. Além disso, a fim de facilitar a mobilização dos recursos necessários ao financiamento dos planos de recuperação económica e assegurar as melhores condições financeiras para a emissão dos títulos do Tesouro para as necessidades urgentes dos Estados, em 2022, o Banco Central renovou os programas de emissão de Títulos denominados Obrigações de Retoma económica (OdR) e Títulos de Apoio e Resiliência (BRS), ambos instituídos em 2021. As facilidades oferecidas nos balcões especiais de refinanciamento do Banco Central, abertos em suporte dos referidos programas, contribuíram para a manutenção a níveis relativamente baixos do custo de mobilização dos recursos pelos Tesouros nacionais e favoreceram a prorrogação dos prazos de vencimento dos títulos emitidos.

Num contexto internacional marcado por maior restrição das condições de financiamento nos mercados financeiros, a manutenção destas medidas de regulação da liquidez permitiu aos Estados-Membros mobilizar recursos internos, a fim de atenuar as consequências económicas e sociais dos choques externos e enfrentar as dificuldades decorrentes das alterações climáticas. O saldo do financiamento bancário aos Estados aumentou em 22,9% em 2022. Os créditos dos bancos às empresas privadas, por um lado, e aos agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares, por outro lado, progrediram 14,7% e 13,6%, respectivamente, em comparação com 11,4% e 13,3% em 2021.

Nestas condições, a taxa de crescimento do produto interno bruto dos oito Estados membros da UEMOA foi de 5,6% em 2022, contra 6,1% um ano antes. Este desempenho confirma a resiliência das suas economias aos sucessivos choques externos sofridos desde 2020.

As principais ações empreendidas pelo Banco Central, de que dá conta o presente relatório, inscreveram-se numa dinâmica de preservação da estabilidade monetária e financeira, uma

condição necessária para a consolidação dos progressos registados no plano económico desde há uma década. O Instituto de Emissão Comum continua firmemente empenhado em apoiar os Estados-Membros no combate aos riscos decorrentes de uma conjuntura mundial ainda marcada por incertezas, e apoiar os esforços para alcançar modelos de desenvolvimento mais inclusivos e resilientes.

**O Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental,
Presidente do Conselho de Administração.**

MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2022

EVENTOS SIGNIFICATIVOS

03/06/2022

Cerimónia de despedida do pessoal do BCEAO ao Governador Tiémoko Meyliet KONE

Nomeado Vice-Presidente da República de Côte d'Ivoire, em 19 de abril de 2022, por Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, Presidente da República de Côte d'Ivoire, Tiémoko Meyliet KONE despediu-se do pessoal do BCEAO durante uma cerimónia organizada na sexta-feira, 3 de junho de 2022, na Sede do Banco Central em Dakar e retransmitida por videoconferência em todas as instalações da Instituição. O pessoal fez questão de prestar uma homenagem ao Governador KONE à altura da figura excepcional que encarnou à frente do Instituto de Emissão. Nesta ocasião, o Governador KONE dirigiu os seus sinceros agradecimentos a todo o pessoal cujo empenho e determinação ao seu lado permitiram-lhe enfrentar os desafios e erguer a tocha do Banco Central no alto. Convidou o pessoal a permanecer solidário e unido, empenhado na busca permanente da excelência ao serviço do ideal comunitário.

04/06/2022

Nomeação de Jean-Claude Kassi BROU, Governador do BCEAO

Na cimeira extraordinária de 4 de junho de 2022, da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), em conformidade com o artigo 56º dos Estatutos do BCEAO, Jean-Claude Kassi BROU foi nomeado Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) para um mandato de seis anos, a partir de 4 de julho de 2022, em substituição de Tiémoko Meyliet KONE anteriormente nomeado vice-presidente da República de Côte d'Ivoire em 19 de abril de 2022.

08/07/2022

Cerimónia de tomada de posse do Governador Jean-Claude Kassi BROU

Nos termos do disposto no artigo 57º dos Estatutos do Banco Central, Jean-Claude Kassi BROU, novo Governador do BCEAO, prestou juramento na sexta-feira, 8 de julho de 2022, perante o Presidente do Conselho de Ministros da União Monetária da África Ocidental (UMOA), Sani YAYA, Ministro da Economia e das Finanças da República do Togo.

A cerimónia teve lugar nas instalações da Sede do Instituto de Emissão em Dakar, na presença nomeadamente de Tiémoko Meyliet KONE, Vice-Presidente da República de Côte d'Ivoire, dos membros do Conselho de Ministros da UMOA e dos Vice-Governadores.

Este juramento foi seguido pela passagem de pastas entre Jean-Claude Kassi BROU e Tiémoko Meyliet KONE, seu antecessor.

24/11/2022

Celebração do 60º aniversário do Banco Central dos Estados da África Ocidental

O Banco Central dos Estados da África Ocidental comemorou o seu 60º aniversário no dia 24 de novembro de 2022. Com efeito, em 1962, sete Estados independentes da África Ocidental decidiram unir os seus esforços para criar uma união monetária com vista a lançar as bases sólidas do seu desenvolvimento económico. Assim, em 1º de novembro de 1962, entrou em vigor o Tratado assinado em 12 de maio do mesmo ano que institui a União Monetária da África Ocidental (UMOA). A aposta não poderia ter sido mais ousada, logo após as independências, de cunhar uma moeda comum, privilégio soberano por excelência na medida em que constitui um atributo essencial da soberania dos Estados. No entanto, foi essa escolha que decidiram fazer os nossos países, iniciando um processo de integração autêntica que levou à criação da União Monetária da África Ocidental.

Esta celebração foi organizada num contexto marcado por profundas mutações no ambiente económico e financeiro, tanto a nível regional como internacional. Hoje, como no passado, o Banco Central deve adaptar-se às mudanças do seu tempo para enfrentar desafios complexos.

Este importante evento da vida da Instituição foi colocado sob o signo da reflexão prospetiva, através da realização de um simpósio internacional no Centro Internacional de Conferências Abdou DIOUF (CICAD) de Diamniadio, na quinta-feira, 24 de novembro de 2022, sobre o tema «*Os Bancos Centrais num mundo em mutação*». O simpósio reuniu autoridades nacionais, representantes do mundo económico, financeiro e universitário, bem como intervenientes nacionais e internacionais.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Amadou BA, em representação do Presidente da República do Senegal. Participaram igualmente neste evento, Tiémoko Meyliet KONE, Vice-Presidente da República de Côte d'Ivoire, Sani YAYA, Ministro da Economia e das Finanças da República do Togo, Presidente do Conselho dos Ministros da União, Abdoulaye DIOP, Presidente da Comissão da UEMOA, Serge EKUE, Presidente do BOAD, Badanam PATOKI, Presidente da Autoridade dos Mercados Financeiros da UMOA (AMF-UMOA) e outros ilustres convidados, entre os quais Governadores de bancos centrais africanos e europeus, bem como antigos altos responsáveis do Banco Central à semelhança do Doutor Boni YAYI, antigo Presidente da República do Benin.

Nos seus discursos, o Primeiro-Ministro da República do Senegal, o Vice-Presidente da República da Côte d'Ivoire e o Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental sublinharam a importância de tal encontro, cujo objetivo é iniciar uma reflexão fecunda sobre os complexos desafios enfrentados pelos Estados membros da União e o mundo financeiro.

Durante esta jornada, os participantes trocaram impressões sobre os três subtemas do simpósio, nomeadamente: “*Política monetária e gestão de choques*”, “*Estabilidade financeira*,”

vulnerabilidades e riscos emergentes” e “Digitalização e inclusão financeira: Que alavancas para uma maior utilização dos serviços financeiros?”.

25/11/2022

Cerimónia de instalação de Jean-Claude Kassi BROU, Governador do BCEAO

À margem da celebração do 60º aniversário do BCEAO, o Governador Jean-Claude Kassi BROU foi oficialmente instalado nas suas funções à frente do Instituto de Emissão, na sexta-feira, 25 de novembro de 2022, durante uma cerimônia solene realizada na sede desta instituição.

Participaram na cerimónia o Ministro da Economia e das Finanças da República do Togo, Sani YAYA, Presidente do Conselho de Ministros da União, a Ministra da Economia, do Plano e da Cooperação do Senegal, Oulimata SARR, em representação do país anfitrião, e outras personalidades proeminentes.

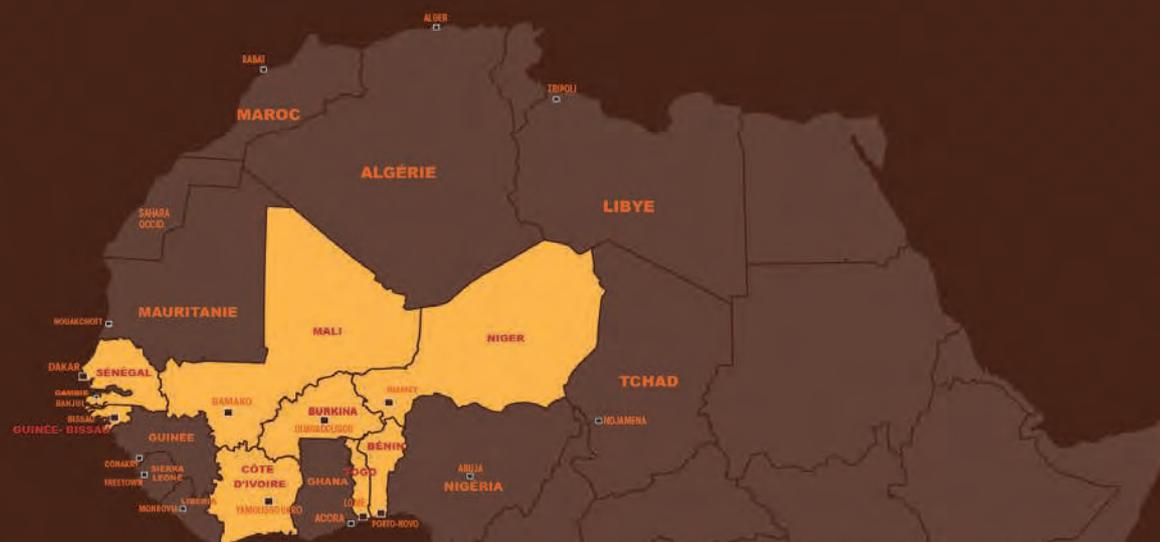
Na sua intervenção, a Senhora Oulimata SARR deu as boas-vindas e desejou uma agradável estadia aos convidados da cerimónia, antes de sublinhar o carácter histórico da nomeação do Governador, que ocorreu num contexto internacional marcado por pressões inflacionistas, bem como a persistência de uma dupla crise sanitária e de segurança. Em nome do Presidente Macky SALL e do povo senegalês, reiterou as suas calorosas felicitações ao Governador Jean-Claude Kassi BROU.

Intervindo após a Ministra da Economia, do Plano e da Cooperação do Senegal, Sani YAYA, Presidente do Conselho de Ministros da União, recordou o juramento que recebeu do Governador Jean-Claude Kassi BROU em 8 de julho de 2022, e indicou que esta cerimónia de instalação oficial, uma tradição no BCEAO, oferece a oportunidade de apresentar à comunidade financeira regional e internacional o novo Governador. Recordando as obrigações do cargo de Governador, o Presidente do Conselho de Ministros da União convidou Jean-Claude Kassi BROU a prosseguir e consolidar a obra iniciada pelos seus predecessores, há 60 anos.

No seu discurso, o Governador Jean-Claude Kassi BROU manifestou a sua gratidão aos Chefes de Estado e de Governo da União, em particular ao Presidente da República de Côte d'Ivoire, Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, bem como ao Presidente do Senegal, país anfitrião da Sede do BCEAO, a Sua Excelência o Senhor Macky SALL. Agradeceu igualmente aos membros do Conselho de Ministros da União, seus colegas Governadores e Vice-Governadores de bancos centrais que vieram honrar a cerimónia com as suas presenças. Por fim, prestou uma vibrante homenagem aos seus ilustres predecessores e agradeceu ao pessoal do Banco Central pelo seu empenho ao serviço da instituição.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO

UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), reúne os oito Estados membros seguinte :



A União Monetária estabelecida entre os Estados acima mencionados caracteriza-se pelo reconhecimento de uma mesma unidade monetária cuja emissão foi confiada ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, o BCEAO é responsável nomeadamente pela gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), das suas reservas cambiais e pela implementação da política monetária comum.

N.B. : Na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em FCFA.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO
CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

PRESIDENTE : Sua Excelência o Senhor **Mohamed Bazoum**,
Presidente da República do Níger.

Sua Excelência o Senhor **Patrice Athanase Guillaume Talon**,
Presidente da República do Benin.

Sua Excelência Capitão **Ibrahim Traore**,
Presidente do Burkina Faso.

Sua Excelência o Senhor **Alassane Ouattara**,
Presidente da República de Côte d'Ivoire.

Sua Excelência o Senhor **Umaro Sissoco Embaló**,
Presidente da República da Guiné-Bissau.

Sua Excelência Coronel **Assimi Goïta**,
Presidente da Transição, Chefe de Estado,
da República do Mali.

Sua Excelência o Senhor **Macky Sall**,
Presidente da República do Senegal.

Sua Excelência o Senhor **Faure Essozimna Gnassingbé**,
Presidente da República do Togo.

CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

REPÚBLICA DO BENIN	REPÚBLICA DO MALI
<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Romuald WADAGNI, Ministro de Estado, encarregue da Economia e Finanças. 	-
BURKINA FASO	REPÚBLICA DO NÍGER
<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Aboubakar NACANABO, Ministro da Economia, das Finanças e da Prospetiva; • Sr. Karamoko Jean Marie TRAORE, Ministro Delegado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Regional e dos Burkinabés no exterior, responsável pela Cooperação Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Ahmat JIHOUD, Ministro das Finanças; • Sr. Rabiou ABDOU, Ministro do Plano.
REPÚBLICA DE COTE D'IVOIRE	REPÚBLICA DO SENEGAL
<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Adama COULIBALY, Ministro da Economia e das Finanças; • Sr. Abdourahmane CISSE, Ministro, Secretário-Geral da Presidência da República. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Mamadou Moustapha BA, Ministro das Finanças e do Orçamento; • Sr^a Oulimata SARR, Ministro da Economia, do Plano e da Cooperação.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU	REPÚBLICA DO TOGO
<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Ildio VIEIRA TE, Ministro das Finanças; • Sr^a Mónica Buaró DA COSTA, Secretária de Estado do Plano e da Integração Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Sani YAYA, Ministro da Economia e das Finanças, Presidente do Conselho de Ministros; • Sr. Simféitchéou PRE, Ministro, Conselheiro do Presidente da República.

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Sr. Jean-Claude Kassi Brou,
Governador do BCEAO,
Presidente do Comité.

Sr. Norbert TOE, Vice-Governador

Sr. Mamadou DIOP, Vice-Governador

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ESTADOS

REPÚBLICA DO BENIN	REPÚBLICA DO MALI
Sr. Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA, Diretor dos Assuntos Monetários e Financeiros.	-
BURKINA FASO	REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Tertius ZONGO, Diretor da Cátedra Sahel da Fundação para os Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (FERDI).	Sr. Ibrahim MAHAMANE DAN SOUNSOU, Consultor na Casa da Empresa (Coach Lauréat CPA), Administrador em SAHFI Tanyo, instituição financeira de garantia.
REPÚBLICA DE COTE D'IVOIRE	REPÚBLICA DO SENEGAL
Sr. Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Diretor do Programa de Formação em Gestão da Política Económica (GPE).	Sr. Moussa TOURE, Diretor da Moeda e do Crédito no Ministério das Finanças e do Orçamento.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU	REPÚBLICA DO TOGO
Sr. José BIAI, Conselheiro do Primeiro-ministro e Coordenador do Programa Assistência Técnica da UEMOA.	Sr. Mohamed TAKPARA-KHOURA, Docente Investigador reformado.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE

• Sr. Lansina BAKARY, Presidente do Conselho de Fiscalização da Caixa de Depósitos e Consignações da Côte d'Ivoire.	• Sr. Adama DIAW, Professor Catedrático de Economia, Diretor da Escola Doutoral de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Gaston Berger, Saint-Louis (República do Senegal).
• Sr. Maina Boukar MOUSSA, Vice-Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia e Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES). Niamey (República do Níger).	• Sr. Kodzo Mawuena DOSSA, Economista, Lomé (República do Togo).
	• Sr. Michel LAZARE, Economista, Chevy Chase (EUA).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Sr. Jean-Claude Kassi Brou,
Governador do BCEAO,
Presidente do Conselho.

REPÚBLICA DO BENIN		REPÚBLICA DO MALI
Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		-
BURKINA FASO		REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Célestin Santéré SANON, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Mamane BOUKARI, Secretário-Geral do Ministério das Finanças.
REPÚBLICA DE COTE D'IVOIRE		REPÚBLICA DO SENEGAL
Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Abdoulaye FALL, Tesoureiro Geral, Direção-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU		REPÚBLICA DO TOGO
Sr. Carlos GOMES, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Ekpao ADJABO, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

BURKINA FASO		REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
Sr. Célestin Santéré SANON, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Carlos GOMES, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.
REPÚBLICA DE COTE D'IVOIRE		REPÚBLICA DO TOGO
Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Ekpao ADJABO, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

VISÃO GLOBAL

3,4% (2022) 6,2 % (2021)	5,6% (2022) 6,1% (2021)
A taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,4% em 2022 depois de 6,2% em 2021.	Na União, estabeleceu-se em 5,6% em 2022 após 6,1% em 2021.

Situação internacional

A conjuntura económica mundial foi marcada, em 2022, por uma desaceleração acentuada da recuperação iniciada em 2021. De acordo com estimativas publicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento da economia mundial estabeleceu-se em 3,4% em 2022, após um crescimento de 6,2% um ano antes. Esta desaceleração está associada à conjugação de vários choques, nomeadamente as fortes pressões inflacionistas induzidas pelas repercussões negativas da guerra na Ucrânia, as rápidas subidas das taxas de juro resultantes da contração da política monetária em muitos países, a fim de combater a forte subida da inflação.

Com efeito, durante o ano 2022, as taxas de inflação atingiram níveis particularmente elevados, situando-se em muitos países do mundo muito para além dos objetivos visados pelos bancos centrais. Globalmente, o nível geral dos preços ao consumidor em todo o mundo aumentou 8,8% em média em 2022, em comparação com 4,7% em 2021. A aceleração da inflação assim observada resulta dos efeitos combinados de fatores da procura e da oferta. O choque inflacionista foi alimentado particularmente pelas tensões sobre os preços dos produtos energéticos e alimentares que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia acentuou.

Actividade económica e inflação na UEMOA

Apesar da persistência de uma conjuntura internacional pouco favorável e de problemas internos de segurança, a atividade económica na UEMOA permaneceu dinâmica em 2022. Embora a contribuição do setor externo tenha sido negativa, a taxa de crescimento fixou-se em 5,6% em 2022, após 6,1% em 2021. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelos investimentos realizados no âmbito da execução de várias obras de construção de infraestruturas, bem como no setor dos hidrocarbonetos.

A taxa de inflação média anual subiu para 7,4% em 2022, contra uma realização de 3,6% em 2021. O aumento do nível geral de preços ao consumidor em 2022 deve-se às pressões sobre os preços dos produtos alimentares resultantes da diminuição da produção de cereais em 2021/2022, às dificuldades de aprovisionamento dos mercados num contexto de segurança frágil e à subida dos preços dos géneros alimentícios importados e dos produtos energéticos.

7,4% (2022)
3,6% (2021)

A taxa de inflação anual da União passou de 3,6% em 2021 para 7,4% em 2022.

6,4% (2022)
5,4% (2021)

O déficit global, base engagements incluindo donativos, situou-se em 6,4% do PIB em 2022, contra 5,4% em 2021.

Operações financeiras dos Estados

As pressões sobre as finanças públicas não diminuíram significativamente em 2022. As respostas orçamentais dos Estados-membros da UEMOA, com vista a atenuar o impacto do choque inflacionista mundial no poder de compra das populações, traduziram-se num aumento da massa salarial, dos subsídios e, conseqüentemente, das despesas correntes. Ao mesmo tempo, refletindo a vontade de recuperação das economias após o choque da pandemia da Covid-19, as despesas de capital aumentaram 23,8%. Nestas condições, o déficit global, base engagements, incluindo os donativos, aumentou de 5,4% em 2021 para 6,4% do PIB.

Para cobrir as suas necessidades de financiamento, além da contribuição dos parceiros bilaterais e multilaterais, os Estados da União mobilizaram 8.326,7 mil milhões em 2022 no mercado financeiro regional, ou seja, 1.058,7 mil milhões a mais em relação a 2021. Neste contexto, o saldo da dívida pública aumentou para 62.464,8 mil milhões, ou seja, 56,9% do PIB, contra 54.845,5 mil milhões ou 54,8% do PIB no ano anterior.

Balança de pagamentos

O comércio externo saldou-se em 2022 pelo agravamento do déficit da conta corrente, devido a um aumento da fatura de importações (+24,0% num ano) e a uma diminuição de cerca de 824,0 mil milhões de entradas líquidas de capitais para a conta financeira. A balança de pagamentos registou um déficit de 3.343,2 mil milhões em 2022, após um excedente de 475,7 mil milhões em 2021.

Situação monetária

A situação monetária da União caracteriza-se pela deterioração das contas externas, como evidenciado pela diminuição em 2022 do ritmo de progressão do agregado monetário em sentido lato, estabelecido em 11,3% após 16,3% em 2021. A massa monetária (M2) subiu para 46.161,8 mil milhões em 2022, contra 41.458,8 mil milhões um ano antes.

-3.343,2 mil milhões de FCFA (2022)
475,7 mil milhões de FCFA (2021)

O saldo global da balança de pagamentos registou um défice de 3.343,2 mil milhões, após um excedente de 475,7 mil milhões no ano anterior.

11.427,9 mil milhões de FCFA (2022)
10.406,7 mil milhões de FCFA (2021)

No final de dezembro de 2022, o montante global de notas e moedas colocadas em circulação pelo BCEAO era de 11.427,9 mil milhões, um aumento anual de 1.021,2 mil milhões.

Os ativos externos líquidos das instituições monetárias da União diminuíram 3.288,7 mil milhões, para 4.458,0 mil milhões no final de dezembro de 2022. O impacto desta diminuição na oferta monetária foi compensado pelo aumento de 8.680,0 mil milhões do saldo da dívida interna para 51.760,0 mil milhões. Os créditos líquidos das instituições de depósito sobre as Administrações Públicas Centrais (APUC), dos quais as contribuições do sistema bancário aos Estados constituem a principal componente, aumentaram 4.729,1 mil milhões, para 20.380,0 mil milhões em 2022. Por seu lado, os créditos das instituições de depósito sobre os setores da economia, com exceção da administração central, registaram um aumento de 14,4% em 2022, para atingir 31.380,0 mil milhões, ou seja, 28,7% do PIB. Ao mesmo tempo, a base monetária cresceu 720,3 mil milhões ou 4,7% em 2022, para situar-se em 15.933,6 mil milhões. Esta evolução é impulsionada pelo crescimento de suas diferentes contrapartidas. As contribuições do Instituto de Emissão para os bancos e as instituições financeiras aumentaram 3.064,7 mil milhões, enquanto os ativos externos líquidos do Banco Central registaram uma diminuição de 3.064,1 mil milhões. Os créditos líquidos sobre as administrações públicas centrais aumentaram 792,8 mil milhões, dos quais 340,8 mil milhões foram concedidos pelo FMI.

Política monetária: taxas de referência e refinanciamento do Banco Central

O aumento das pressões inflacionistas em 2021 representou um risco significativo para a estabilidade de preços na União. Diante dessa situação, o Banco Central iniciou a normalização de sua política monetária. Assim, em 2022, procedeu por três vezes ao aumento de 25 pontos base de suas taxas de referência. A taxa mínima de licitação do BCEAO aumentou de 2,00% para 2,25% em 16 de junho de 2022, de 2,25%, para 2,50% em 16 de setembro de 2022, e de 2,50% para 2,75% em 16 de dezembro de 2022. Porém, o coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos manteve-se inalterado em 3.0%.

Em matéria de refinanciamento, o Banco Central manteve aberto o balcão especial, com uma maturidade de seis meses, para o refinanciamento de Obrigações de Retoma económica (OdR). A estruturação das OdR e a abertura de um balcão dedicado visavam permitir aos Estados mobilizar recursos de longo prazo, com condições de taxas favoráveis, para cobrir as necessidades de financiamento ligadas à crise sanitária e aplicação de medidas de recuperação económica. O BCEAO manteve igualmente aberto o Balcão Especial de maturidade de doze meses, para o Refinanciamento de Vales de Apoio e de Resiliência (VAR) com uma maturidade de 12 meses. O objetivo do programa de emissão dos VAR era permitir aos Estados mobilizar recursos com condições favoráveis para responder a necessidades urgentes de tesouraria. Em

todos os balcões de refinanciamento, o volume total solicitado pelos bancos em 2022 foi satisfeito com uma taxa fixa correspondente à taxa mínima de apresentação de propostas. O saldo global do refinanciamento aumentou 3.060,1 mil milhões em um ano, situando-se em 9.355,9 mil milhões no final de dezembro de 2022.

Operações no mercado interbancário

No mercado interbancário, as trocas de liquidez entre os bancos aumentaram em volume. O volume médio das transações, todas maturidades confundidas, ascendeu a 595,0 mil milhões de FCFA em 2022, contra 428,0 mil milhões de FCFA em 2021 (+39%). Quanto ao custo dos recursos, o segmento de uma semana registou um aumento na taxa de juros média ponderada de 2,36% em 2021 para 2,87% em 2022.

Gestão dos numerários

No âmbito da gestão dos numerários, os movimentos nos balcões do Banco Central atingiram 50.257,9 mil milhões de FCFA de notas e moedas em 2022. Os saques de notas ascenderam a 25.624,1 mil milhões, enquanto os depósitos efetuados nos seus balcões ascenderam a 24.615,7 mil milhões de FCFA em 2022. No final de dezembro de 2022, o montante global de notas e moedas colocadas em circulação pelo BCEAO era de 11.427,9 mil milhões de FCFA, um aumento de 1.021,2 mil milhões de FCFA em relação ao ano anterior.

Relações dos Estados com o FMI

As operações realizadas pelo Banco Central com o FMI, por conta dos Estados membros da UEMOA, saldaram-se durante o ano de 2022 por entradas líquidas de recursos de 388,04 milhões de DTS (328,82 mil milhões de FCFA) contra 134,68 milhões de DTS (108,42 mil milhões de FCFA) um ano antes. Este aumento está relacionado com o forte aumento do volume de saques, que ascendeu a 586,78 milhões de DTS (486,51 mil milhões de FCFA) contra 223,08 milhões de DTS (179,59 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Os reembolsos aumentaram em 50,52 milhões de DTS, passando de 133,44 milhões de DTS (CFA 91,32 mil milhões) para 183,96 milhões de DTS (FCFA 145,74 mil milhões). Em 2022, nenhum estado membro beneficiou da redução da dívida.

Cooperação monetária no seio da CEDEAO

No âmbito da integração regional, a avaliação do desempenho macroeconómico à luz do novo Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO, adotado em junho de 2021, revelou que, em 2022, nenhum Estado-Membro cumpriu todos os critérios de convergência macroeconómica. Com efeito, o desempenho foi afetado pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos e pela contração das condições financeiras como resultado das medidas de normalização da política monetária tomadas pelos bancos centrais. É de notar a adoção, pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em

3 de julho de 2022, do quadro jurídico do sistema de interconexão dos sistemas de pagamento e de liquidação à escala da CEDEAO (EPSS).

Funcionamento do Banco Central

Os órgãos da União e do BCEAO reuniram-se em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 que constitui a União Monetária da Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UEMOA realizou duas sessões extraordinárias em 2022. O Conselho de Ministros da União realizou quatro reuniões ordinárias e duas extraordinárias. O Comité de Política Monetária reuniu-se em quatro sessões ordinárias. O Conselho de Administração realizou duas reuniões ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022, o número global do pessoal do BCEAO estabeleceu-se em 3.401 agentes contra 3.443 agentes, em 31 de dezembro de 2021. Este número é constituído por 3.333 agentes em função em todos os sítios do BCEAO e de 68 agentes em posição de missão de serviço junto do Estado ou disponibilidade. O pessoal feminino representa 39% do número global dos funcionários do Banco.

I - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

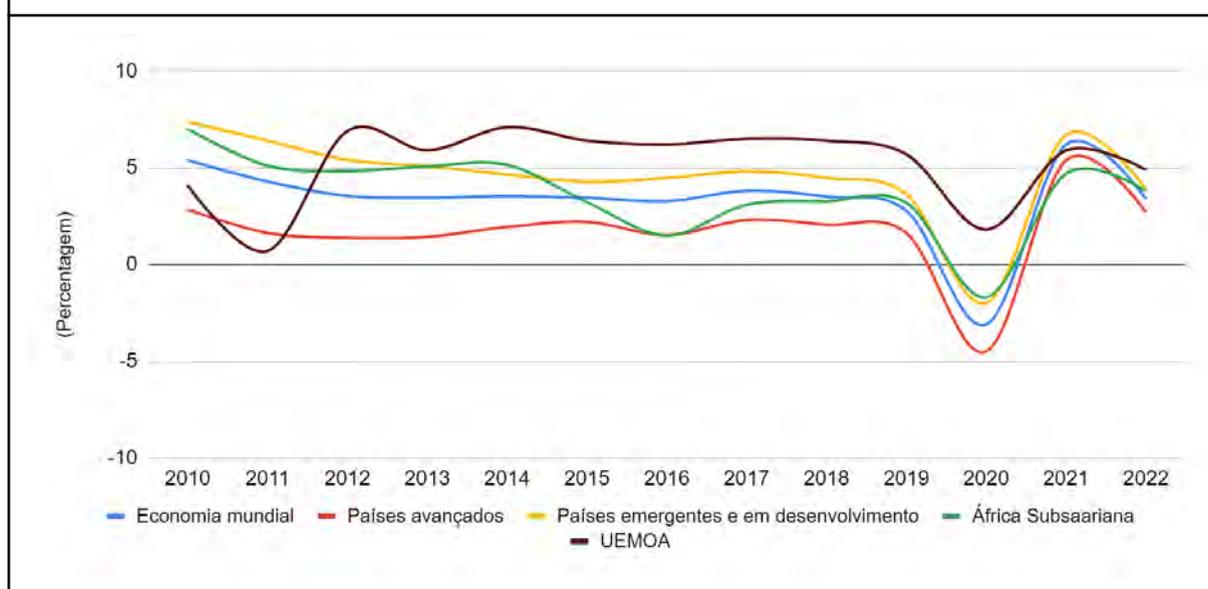
1.1 - CONTEXTO INTERNACIONAL	2
1.1.1 - Crescimento nos grandes países industrializados	3
1.1.2 - Países emergentes e em desenvolvimento	4
1.1.3 - Mercados financeiros e de matérias primas	5
1.1.4 - Emprego e inflação	9
1.1.5 - Medidas de política monetária e mercados cambiais	10
1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA...	13
1.2.1 - Produto interno bruto	13
1.2.1.1 - <i>Produção agrícola</i>	14
1.2.1.2 - <i>Produção mineira</i>	15
1.2.1.3 - <i>Produção industrial e volume de negócios</i>	16
1.2.2 - Evolução dos preços no consumidor	16
1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa	16
1.2.3.1 - <i>Evolução das operações financeiras dos Estados</i>	17
1.2.3.2 - <i>Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa</i>	20
1.2.4 - Balança de pagamentos	20

1.1 - CONTEXTO INTERNACIONAL

ECONOMIA MUNDIAL	ECONOMIAS AVANÇADAS
3,4% (2022) 6,2% (2021)	2,7% (2022) 5,4% (2021)
3,4% de crescimento em 2022 contra 6,2% em 2021	2,7% de crescimento em 2022 contra 5,4% em 2021
ZONA EURO	PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO
3,5% (2022) 5,3% (2021)	3,9% (2022) 6,7% (2021)
3,5% de crescimento em 2022 contra 5,3% em 2021	3,9% de crescimento em 2021 contra 6,7% em 2021
CHINA	ÁFRICA SUBSARIANA
3,0% (2022) 8,4% (2021)	3,8% (2022) 4,7% (2021)
3,0% de crescimento em 2022 contra 8,4% em 2021	3,8% de crescimento em 2022 contra 4,7% em 2021

O ambiente económico e financeiro internacional foi marcado por uma desaceleração na produção mundial, após a recuperação da demanda em 2021. A diminuição do ritmo de crescimento da actividade económica, em 2022, está ligada a numerosos choques: Inflação forte em todo o mundo, condições de financiamento mais rigorosas, desaceleração mais acentuada na China (surto da Covid-19 e isolamentos, crise do setor imobiliário) e repercussões negativas da guerra na Ucrânia. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,4% em 2022 após um aumento de 6,2% registado em 2021.

Gráfico 1: CRESCIMENTO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA MUNDIAL



Fontes: Banco Mundial, FMI, OCDE.

1.1.1 - CRESCIMENTO NOS GRANDES PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Ano	Estados Unidos	Zona Euro	Reino Unido	Japão
2022	2,0%	3,5%	4,1%	1,4%
2021	5,9%	5,3%	7,6%	2,1%

Fonte: FMI.

A nível das economias avançadas, o crescimento fixou-se em 2,7% em 2022, em comparação com 5,4% em 2021. Nos EUA, a actividade económica aumentou de 5,9% em 2021 para 2,0% em 2022. Esta desaceleração explica-se por uma diminuição do poder de compra das famílias e por uma política monetária mais restritiva.

Na Zona Euro, o crescimento do produto interno bruto (PIB) passou de 5,3% em 2021 para 3,5% em 2022, impactado pelos efeitos de contágio da guerra na Ucrânia, bem como pelas condições financeiras mais rigorosas. Em vários países europeus, a ferramenta de estímulo *NextGenerationEU*¹ apoiou a actividade económica.

¹ Plano de recuperação europeu destinado a ajudar a reparar os danos económicos e sociais imediatos causados pela pandemia Covid-19.

1.1.2 - PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO

	Países Emergentes			
	China	Índia	Brasil	Rússia
2022	3,00%	6,80%	3,10%	-2,20%
2021	8,40%	8,70%	5,00%	4,70%

	África Subsariana			
	Nigéria	África do Sul	Gana	CEMAC
2022	3,00%	2,60%	3,50%	2,90%
2021	3,60%	4,90%	5,40%	1,20%

Fontes: FMI, Banco Mundial, BEAC.

Nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento foi de 3,9% em 2022, contra 6,7% em 2021. Na China, o crescimento diminuiu, passando de 8,4% em 2021 para 3,0% em 2022, num contexto marcado por contenções, devido à política Zero-Covid-19 e agravamento da crise imobiliária. A economia indiana registou uma taxa de crescimento de 6,8% em 2022, em comparação com 8,7% em 2021. No Brasil, a taxa de crescimento foi de 3,1% em 2022, após uma conquista de 5,0% em 2021. Na Rússia, a atividade económica foi afetada pelas sanções ocidentais, na sequência da sua ofensiva na Ucrânia. O país registou uma contração de 2,2% em 2022, após um crescimento de 4,7% em 2021.

Na África Subsaariana, o crescimento do PIB situou-se em 3,8% em 2022, após uma evolução de 4,7% em 2021. Apesar do abrandamento registado, o crescimento da atividade manteve-se elevado em alguns países exportadores de produtos de base, devido aos elevados preços dos combustíveis fósseis e de metais. A Nigéria registou uma desaceleração no ritmo de crescimento da produção, que passou de 3,6% em 2021 para 3,0% em 2022, devido, nomeadamente, às dificuldades na produção de hidrocarbonetos. Na África do Sul, a economia experimentou um crescimento menos vigoroso do PIB, com uma taxa de crescimento de 2,6% em 2022, após um crescimento de 4,9% em 2021. A desaceleração do crescimento na África do Sul está ligada ao agravamento da escassez de eletricidade e ao fortalecimento das políticas de rigor para conter a inflação, além das perturbações induzidas pelas inundações e greves registadas durante o ano 2022.

Refletindo a desaceleração da atividade económica, os fluxos comerciais apresentaram, à escala mundial, um crescimento limitado de 5,4% em 2022, após uma expansão de 10,4% no ano anterior. A queda do ritmo crescente do comércio é generalizada aos países emergentes e em desenvolvimento (+3,4% em 2022 contra +12,1% em 2021) e economias avançadas (+6,6% em 2022, após +9,4% em 2021).

1.1.3 - MERCADOS FINANCEIROS E DE MATÉRIAS-PRIMAS

Nos mercados financeiros, as principais bolsas de valores registaram uma tendência de queda, num contexto marcado pelo abrandamento da atividade económica mundial, devido ao conflito russo-ucraniano e medidas de restrição para limitar a propagação da pandemia de Covid-19 na China.

Em média, o índice MSCI World deteriorou-se de 7,9% em comparação com o seu valor médio de 2021, para situar-se em 2.754,4 pontos. Nos Estados Unidos, o índice da Bolsa de Nova Iorque, o Dow Jones, recuou 3,4% em 2022 em relação ao ano anterior. O Nasdaq, índice de valores tecnológicos, por sua vez, experimentou uma queda significativa de 14,8%. Na zona euro, o EuroStoxx 50 recuou de 6,6% em relação ao seu nível médio de 2021, atingindo 3.759,5 pontos em 2022. Da mesma forma, no Japão, o índice NIKKEI 225 caiu 5,5% para um nível médio de 27.267,3 pontos em 2022. Em contraste, no Reino Unido, o índice FTSE 100 cresceu 5,1% para 7.364,2 pontos em 2022.

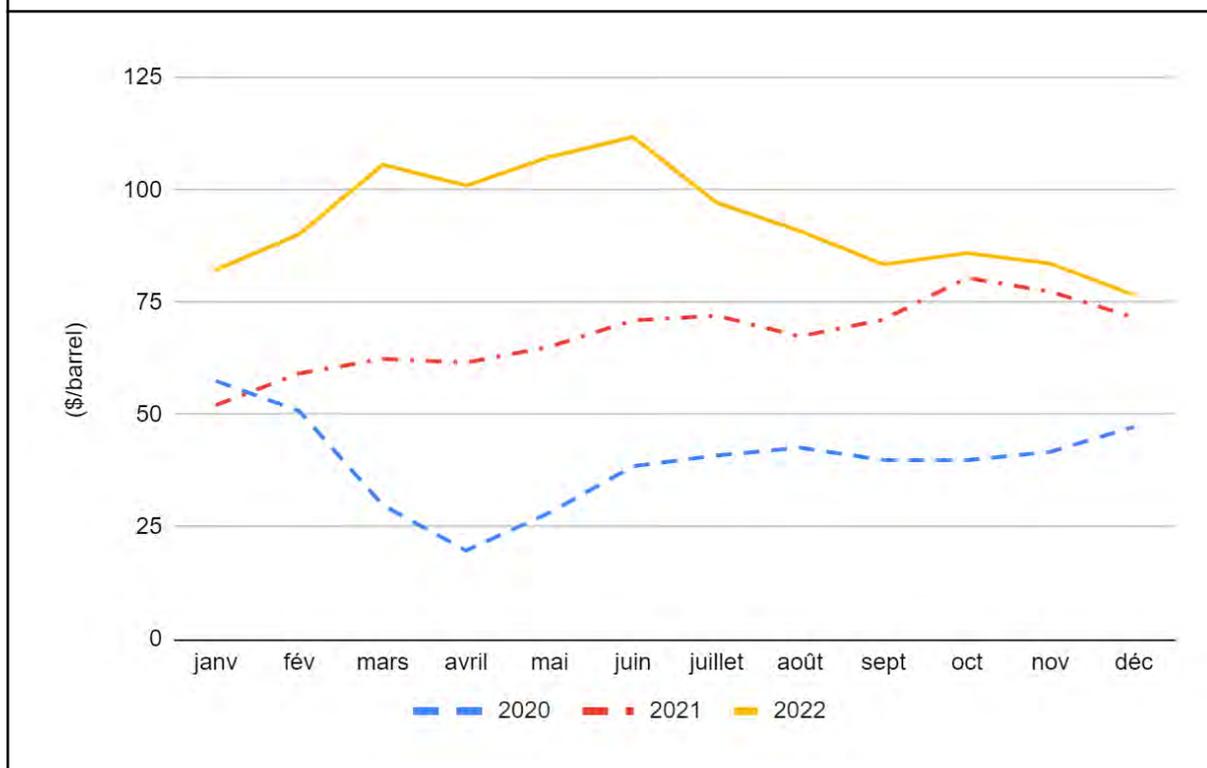
A nível dos mercados de valores africanos, os índices registaram uma tendência ascendente durante o ano de 2022. Na Zona UEMOA, em média anual, os índices BRVM compósitos e BRVM 10 foram reforçados em 26,4% e 21,0% ao longo do ano, respectivamente. O índice NSE da Nigéria registou um crescimento de 21,4%. O índice GSE do Gana cresceu 1,0% em 2022 em relação ao seu valor médio de 2021. O índice FTSE da África do Sul aumentou 2,7%, para 3.815,3 pontos em 2022.

Os preços dos produtos de base continuaram a sua recuperação iniciada em 2021, em conexão com os constrangimentos na oferta e no aprovisionamento de mercados, induzidos pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia. O índice dos principais produtos exportados, calculado pelos serviços do BCEAO, registou um aumento de 11,6% em 2022, depois de 16,8% em 2021. Os preços dos principais produtos alimentares importados também aumentaram significativamente (+22,0% em 2022, +14,5% em 2021).

O aumento dos preços mundiais das principais matérias-primas exportadas pela União situa-se a nível dos produtos energéticos, nomeadamente com o gás (+104,2%) e o petróleo (+40,0%), bem como o fosfato (+116,0%), o urânio (+24,1%), o café (+17,9%), o algodão (+16,7%), os óleos vegetais (+8,8%) e a borracha (+6,9%). Por outro lado, os preços do zinco (-28,2%), da castanha de caju (-12,8%), do cacau (-2,3%) e da madeira de toro (-2,2%) enfraqueceram durante o período.

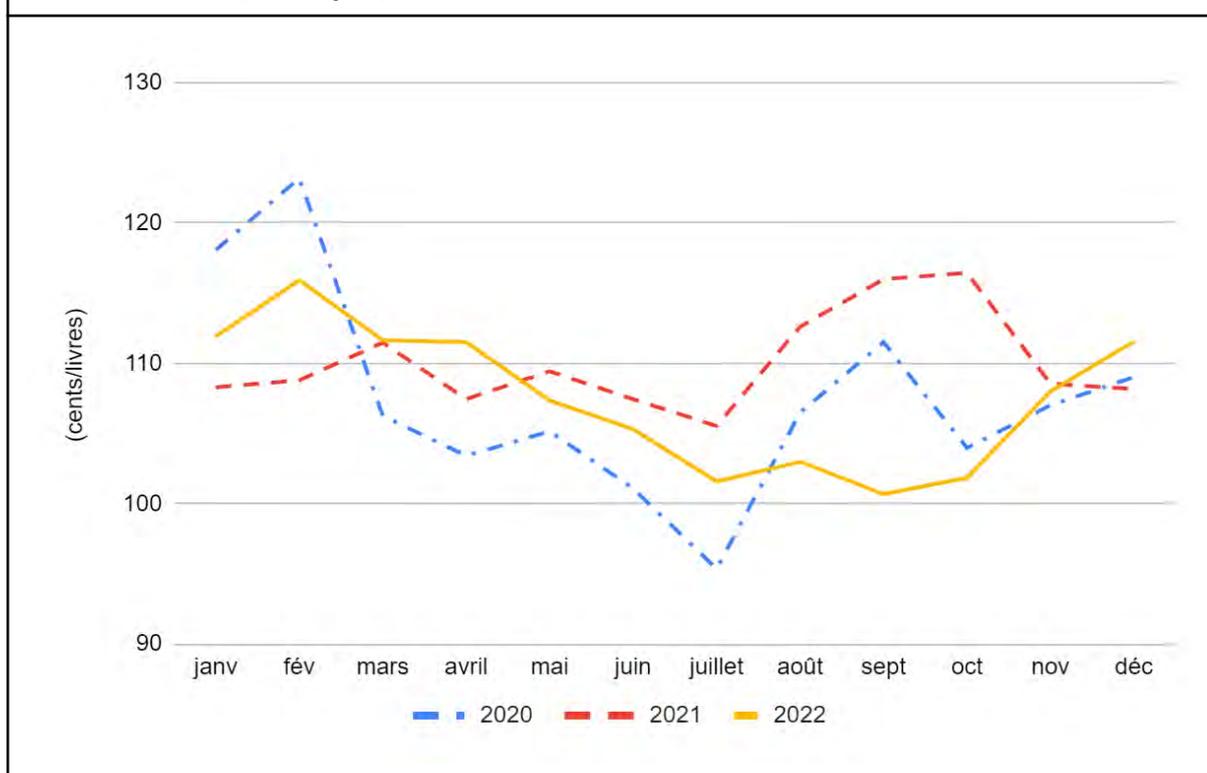
O aumento dos preços constatado refere-se ao conjunto dos produtos de base importados, exceto o açúcar (-2,7%). Os maiores aumentos observam-se ao nível do trigo (+28,3%), do arroz (+23,6%) e dos óleos vegetais (+22,8%).

Gráfico 2: evolução de preços do petróleo (NYMEX)



Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 3: evolução de preços do cacau



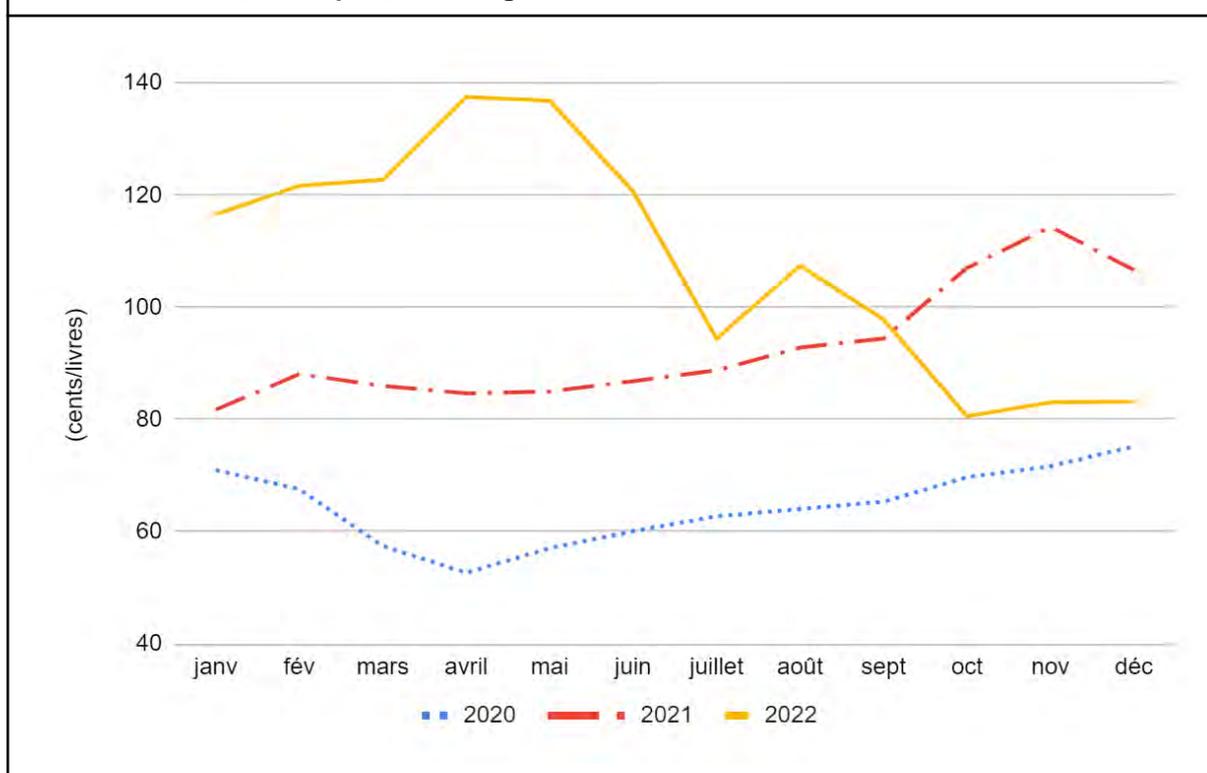
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 4: Evolução de preços do café



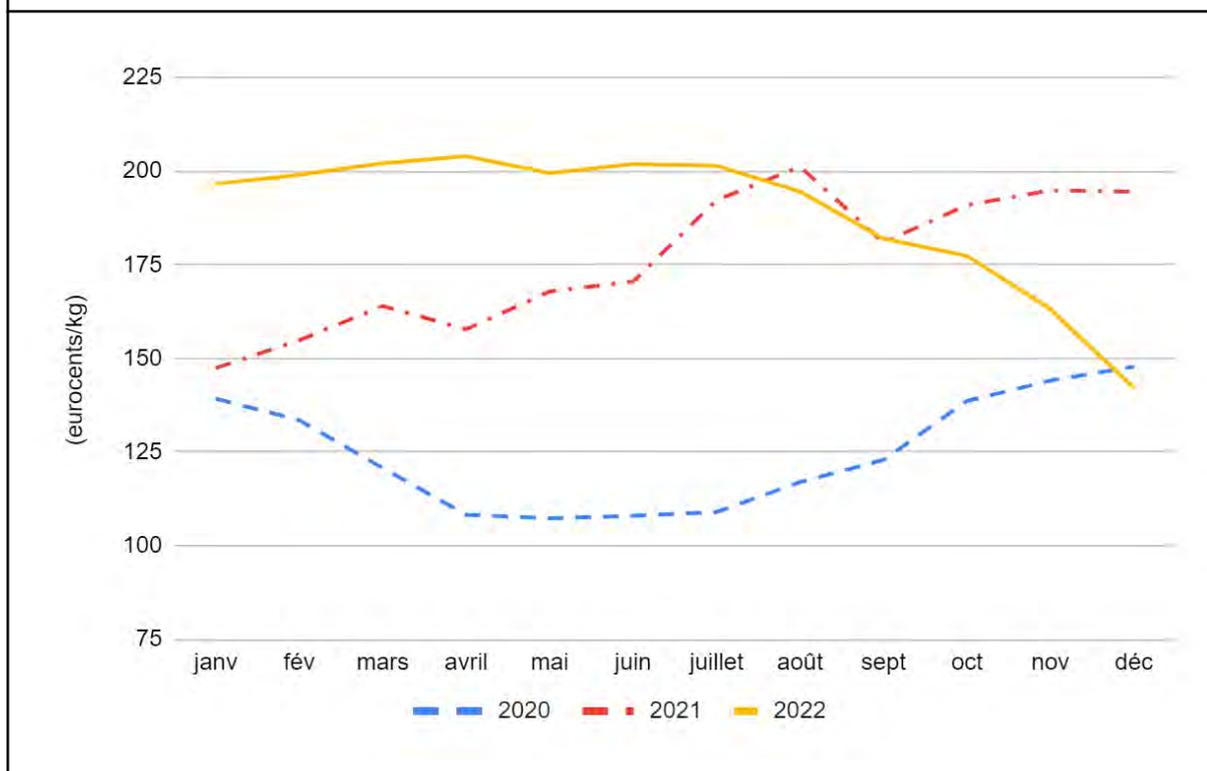
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 5: Evolução de preços do algodão



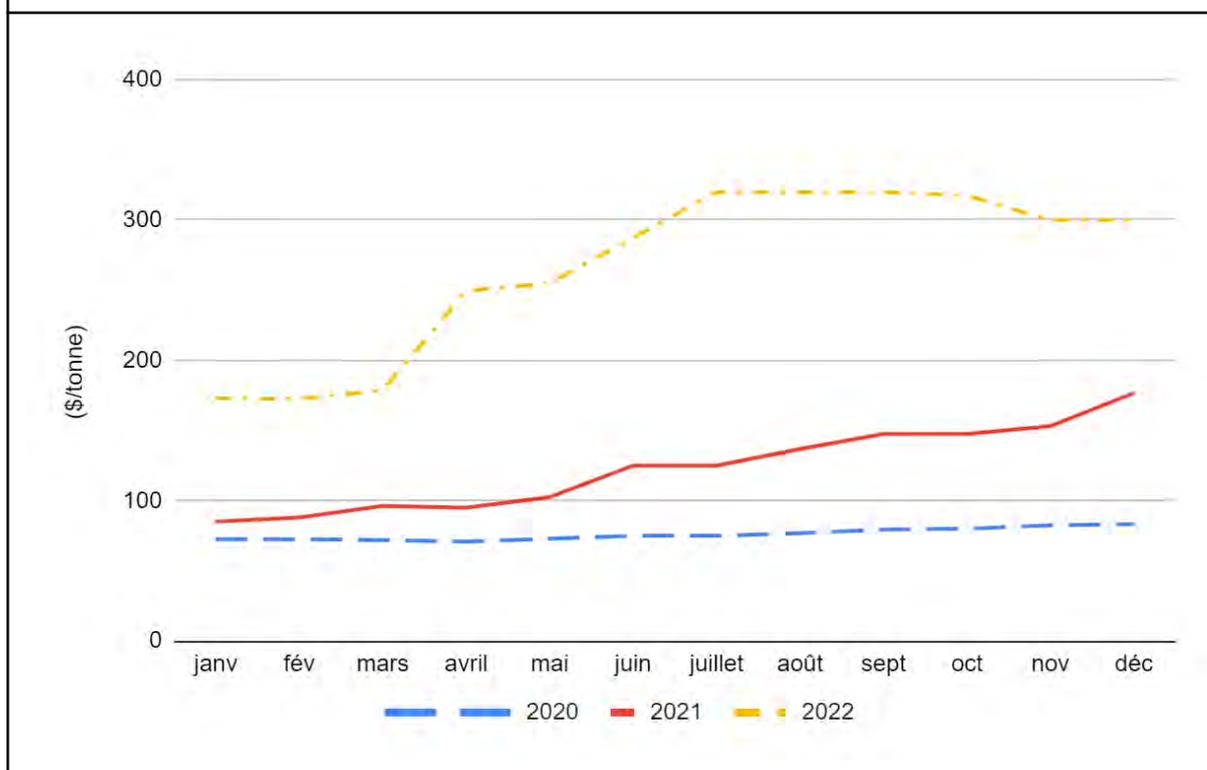
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 6: Evolução de preços da borracha



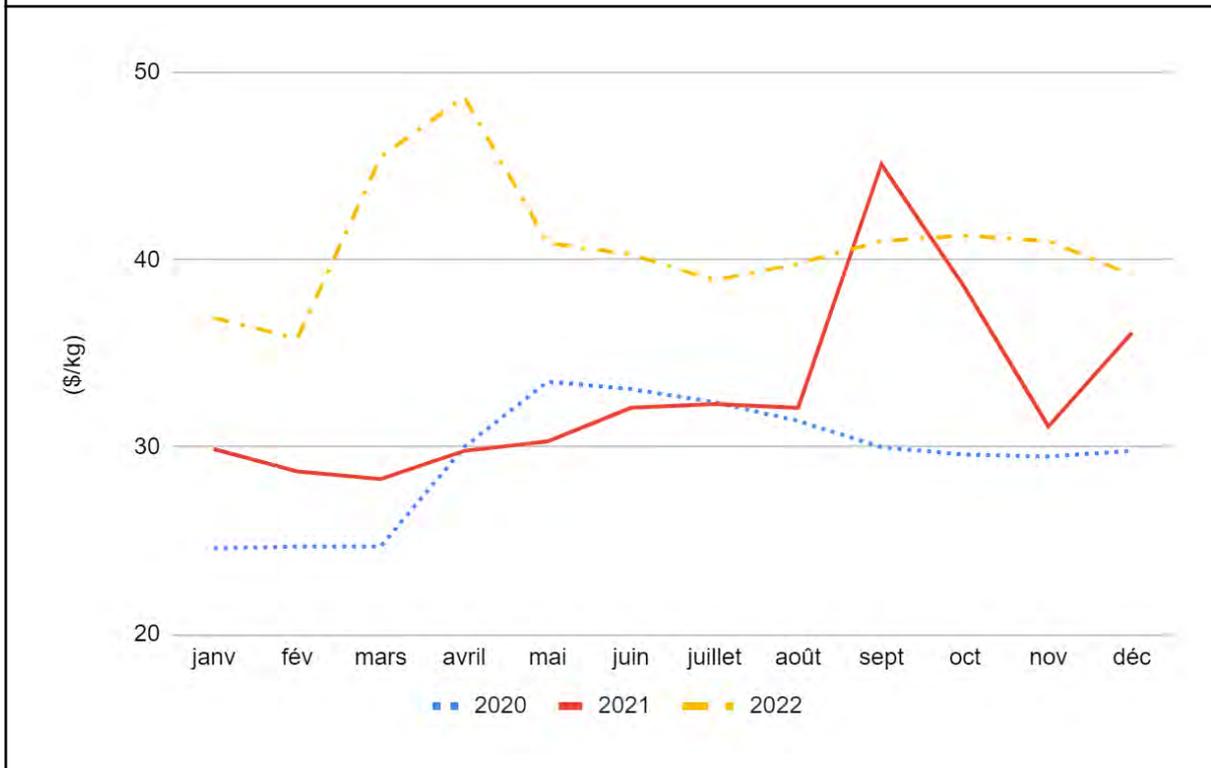
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 7: Evolução de preços do fosfato



Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 8: Evolução de preços do urânio



Fontes: Reuters, BCEAO.

1.1.4 - EMPREGO E INFLAÇÃO

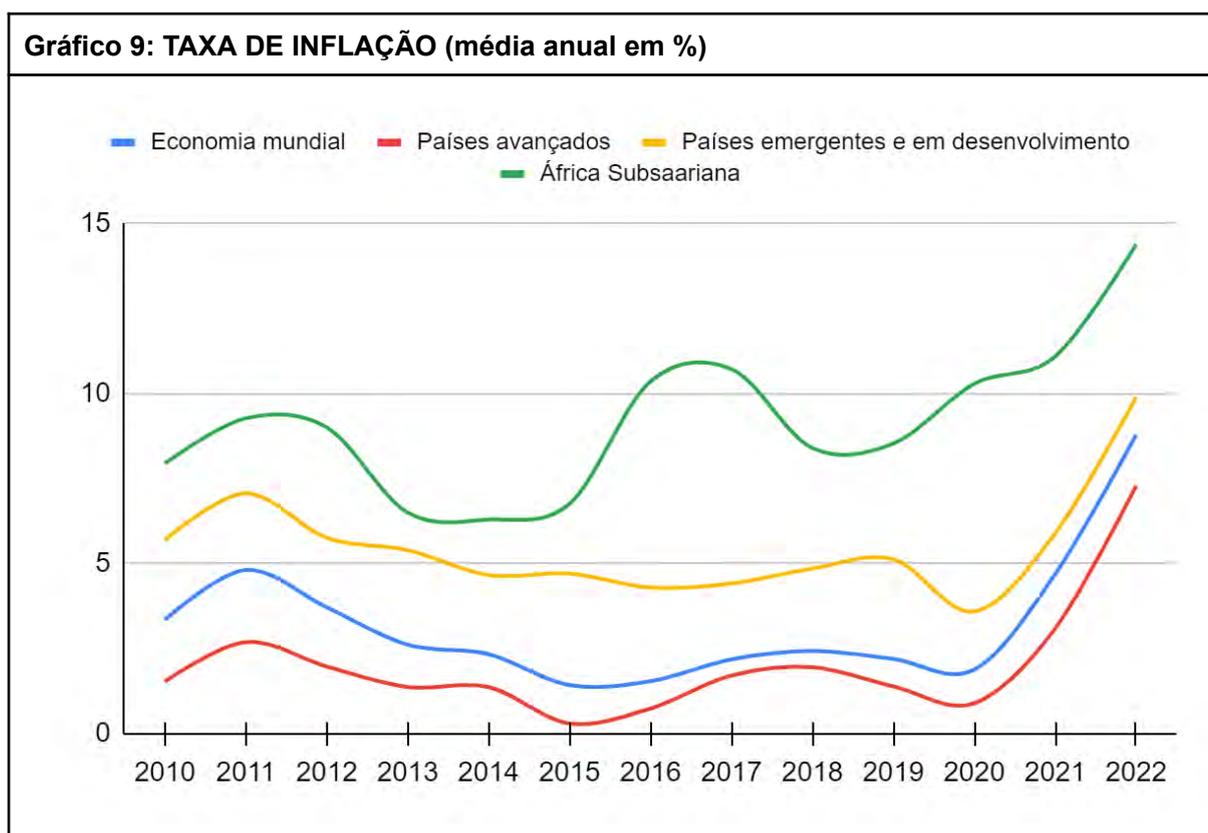
- ➔ REDUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO.
- ➔ AUMENTO DA INFLAÇÃO (INFLAÇÃO GLOBAL DE 8,8% EM 2022 CONTRA 4,7% EM 2021).
- ➔ AUMENTO DA TAXA MÉDIA DE INFLAÇÃO NOS PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO (+9,9% EM 2022 CONTRA +5,9% EM 2021).
- ➔ TAXA DE INFLAÇÃO PERMANECE ELEVADA PARA 14,4% EM 2022, DEPOIS DE +11,1% EM 2021, NA ÁFRICA SUBSAARIANA.

Em 2022, o desemprego retomou uma tendência decrescente na maioria dos grandes países industrializados. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 3,9% em dezembro de 2021 para 3,5% em dezembro de 2022, ou seja, uma baixa de 0,4 pontos percentuais. Na Zona Euro, a taxa de desemprego caiu 0,6 pontos percentuais para 6,6% em dezembro de 2022, o que corresponde a um nível histórico mais baixo.

A inflação global aumentou em 2022, excedendo o objetivo dos bancos centrais na maioria dos países. O aumento da inflação em 2022 está ligado a uma combinação de fatores de procura e oferta. Do lado da procura, a aceleração do crescimento na recuperação após a recessão de 2020 e os efeitos desfasados dos apoios orçamentais e monetários dos Estados contribuíram para pressões persistentes sobre os preços. Do lado da oferta, a escassez de produtos de base, exacerbada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, contribuiu para o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares. Nos países industrializados, a taxa de inflação foi de 7,3%

em 2022, contra 3,1% em 2021. A nível dos países emergentes e em desenvolvimento, atingiu uma média de 9,9% em 2022, após 5,9% em 2021, em ligação com o aumento da procura global, bem como a subida dos preços dos combustíveis. Na África subsariana, a inflação situou-se em 14,4% em 2022.

As pressões inflacionistas em África foram exacerbadas por depreciações monetárias resultantes de choques adversos nos termos cambiais, perda de reservas cambiais, saídas de capitais e níveis de dívida elevados.



Fonte: BCEAO.

1.1.5 - MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA E MERCADOS CAMBIAIS

APERTO
GENERALIZADO DA
POLÍTICA MONETÁRIA

DEPRECIAÇÃO DO
EURO FACE ÀS
PRINCIPAIS MOEDAS
EM 2022

EVOLUÇÃO CONTRASTADA
DO FRANCO CFA NO
MERCADO DA ÁFRICA
OCIDENTAL

A política monetária dos principais bancos centrais do mundo foi globalmente restritiva em 2022. Os bancos centrais das economias avançadas, à exceção do Banco do Japão, continuaram a aumentar as suas taxas diretoras, com vista a conter o aumento da inflação, que atingiu níveis recordes, e de ancorar as expectativas de inflação a médio prazo. Nas economias emergentes e nas economias em desenvolvimento, os bancos centrais endureceram a sua política monetária face à persistência das pressões inflacionistas.

A Reserva Federal (FED) aumentou o intervalo de variação visado da taxa dos fundos federais em 425 pontos base (pdb), ou seja, seis aumentos consecutivos das taxas, elevando-o entre 4,25% e 4,50%, situando-o no seu nível mais elevado desde 2008.

O Banco Central Europeu (BCE) também comprometeu-se a normalizar a sua política monetária em 2022. Em todo o ano de 2022, a instituição aumentou suas taxas em 250 pdb. A principal taxa de refinanciamento aumentou de 0,00% em junho de 2022 para 2,50% em dezembro de 2022.

O Banco de Inglaterra (BoE) aumentou as taxas de juro de 325 pontos base em 2022 para 3,50%, elevando o custo de empréstimos para o seu nível mais elevado desde o final de 2008, enquanto os decisores tentam conter a inflação num contexto de receio de uma recessão económica iminente.

O Banco do Japão (BoJ) manteve a sua taxa diretora de curto prazo em -0,10% e a taxa de rendimentos dos títulos de 10 anos em torno de 0,00% durante o ano 2022, apesar de uma inflação que atingiu 4,0% em dezembro de 2022. No entanto, em 20 de dezembro de 2022, o BoJ ajustou os seus instrumentos monetários expandindo o intervalo de variação tolerado sobre as taxas de rendimentos de títulos do governo de dez anos (agora +0,50%, em vez de +0,25% em 2021). Esta decisão visa atenuar o impacto da sua política de flexibilização monetária.

A nível dos países emergentes, os principais bancos centrais alteraram a orientação da sua política monetária, com exceção da China e da Turquia. O Reserve Bank of Índia (RBI) aumentou a sua taxa diretora de 225 pontos base em 7 de dezembro de 2022 para 6,25%. O Banco Popular da China (PBoC) baixou a sua principal taxa de referência, a Loan Prime Rate (LPR) de um ano, usada para empréstimos a empresas e famílias, de 15 pdb para 3,65%. O Banco Central do Brasil aumentou sua taxa de referência em 2022 para 13,75%, totalizando 450 pdb. Disse que as futuras medidas de política monetária podem ser ajustadas e aumentarão as taxas novamente se o processo de desinflação não correr como previsto. O Banco Central da Rússia, após ter feito uma série de aumentos (+1.150 pdb), elevando a sua taxa de referência para 20,00% em março de 2022, desencadeou um ciclo de flexibilização (-1.250 pdb), fixando a taxa para 7,50%, em 16 de setembro de 2022. O Banco Central da Turquia reduziu a sua taxa de referência de 500 pdb para 9,00% em 2022, apesar de uma aceleração na inflação que subiu para 86,0% em outubro de 2022 antes de recuar para 64,0% em dezembro de 2022.

A nível dos países parceiros comerciais da UEMOA na sub-região oeste africana, o Banco Central da Nigéria (CBN) aumentou, durante o ano 2022, a sua taxa de referência (+500 pdb) para 16,5%, nível em vigor desde 22 de novembro de 2022. No Gana, o Banco de Gana (BoG), aumentou para 27,00% em novembro de 2022, para conter a inflação de 54,1% em dezembro de 2022. Na Zona CEMAC, o BEAC aumentou as suas principais taxas de referência em 2022 em 100 pdb, devido ao aumento da inflação.

Nos mercados cambiais, o euro depreciou-se face às principais moedas em 2022, devido ao atraso do Banco Central Europeu (BCE) na normalização da sua política monetária e aos riscos de recessão que ameaçavam as principais economias da zona. O índice da taxa de câmbio da moeda da zona euro, calculado pelo BCE, deteriorou-se 3,4%. A taxa de câmbio do euro caiu 11,0% para 1,0539 dólar norte-americano em 2022. A moeda da zona euro também caiu em relação ao franco suíço (-7,0%), ao dólar canadense (-7,6%), ao dólar australiano (-3,6%) e à

libra esterlina (-0,9%). O euro também perdeu valor face às moedas dos países emergentes. Desvalorizou-se 16,5% em relação ao rublo russo, 7,3% em relação ao yuan chinês e 5,5% em relação à rupia indiana. Em contrapartida, a moeda europeia apreciou-se face à libra turca (+66,1%) e ao iene japonês (+6,3%).

No mercado da África ocidental, durante um ano, a moeda dos países da zona UEMOA reforçou-se face ao cedi ganês (+25,8%) e à leone da Serra Leoa (+18,9%). Em contrapartida, o franco CFA desvalorizou-se em relação às outras moedas dos países da África Ocidental, nomeadamente em 20,7% face ao franco guineense, em 18,2% face ao dólar liberiano, em 5,3% relativamente à naira nigeriana e em 3,2% relativamente ao dalasi gambiano. Em média anual, 1.000 FCFA trocaram-se contra 13,17 cedis ganês, 88,82 dalasis gambianos, 22.366,99 leones da Serra Leoa, 245,68 dólares liberianos, 13.983,77 francos guineenses e 679,50 nairas nigerianas.

Quadro 1: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS ANUAIS (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	2021	2022	Varição (%) *
Direito Especial de Saque	DSE	1,27	1,20	-5,4
Dólares americanos	USD	1,80	1,61	-11,0
Franco suíço	CHF	1,65	1,53	-7,0
Libra Esterlina	GBP	1,31	1,30	-0,9
Iene japonês	JPY	197,97	210,39	6,3
Yuan chinês	CNY	11,64	10,79	-7,3
Rublo russo	RUB	132,86	110,97	-16,5
Rupia indiana	INR	133,37	126,10	-5,5
Dalasi gambiano	GMG	91,74	88,82	-3,2
Cedi do Gana	GHS	10,47	13,17	25,8
Franco-guineense	FGN	17 631,00	13 983,77	-20,7
Dólar liberiano	LRD	300,26	245,68	-18,2
Naira Nigeriana	NGN	717,61	679,50	-5,3
Leone da Serra-leoa	SLL	18 814,67	22 366,99	18,9

Fontes: Reuters, Banco da França, AMAO, BCEAO.

* O sinal (-) indica uma desvalorização do franco CFA em relação à moeda estrangeira

Quadro 2: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS TRIMESTRAIS (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
		2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Direito Especial de Saque	DTS	1,28	1,23	1,28	1,20	1,26	1,17	1,24	1,19
Dólares americanos	USD	1,84	1,71	1,84	1,62	1,80	1,54	1,74	1,56
Franco suíço	CHF	1,66	1,58	1,67	1,57	1,65	1,48	1,61	1,50
Libra Esterlina	GBP	1,33	1,28	1,31	1,29	1,30	1,31	1,29	1,33
Iene japonês	JPY	194,72	198,88	201,08	210,59	197,82	212,20	198,25	219,87
Yuan chinês	CNY	11,91	10,86	11,87	10,73	11,63	10,52	11,15	11,06
Rublo russo	RUB	136,78	133,73	136,43	109,21	132,01	92,34	126,72	98,27
Rupia indiana	INR	134,01	128,69	135,66	125,36	133,14	122,48	130,67	127,85
Dalasi gambiano	GMD	92,08	89,86	92,37	88,61	91,67	86,27	90,87	90,52
Cedi do Gana	GHS	10,57	11,01	10,54	11,61	10,46	12,32	10,31	17,75
Franco guineense	FGN	18 481,20	15 306,09	18 052,05	14 103,52	17 498,58	13 228,96	16 492,17	13 296,51
Dólar liberiano	LRD	315,05	260,63	315,72	246,94	308,37	235,99	261,91	239,17
Naira nigeriana	NGN	697,72	711,11	719,66	674,97	736,61	646,82	716,45	685,09
Leone da Serra-leoa	SLL	18 752,23	19 736,38	18 805,07	20 660,19	18 593,26	21 536,91	19 108,13	27 534,47

Fontes: AMAO, Banco da França, FMI, BCEAO.

1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS Membros DA UEMOA

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA UEMOA: **5,6%** (2022) **6,1%** (2021)

1.2.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

A atividade económica na UEMOA permaneceu dinâmica em 2022, apesar da morosidade da conjuntura internacional e da persistência de problemas de segurança a nível interno.

Segundo estimativas recentes, a taxa de crescimento do PIB da União situou-se em 5,6% em 2022, após 6,1% em 2021, impulsionada particularmente pelo setor terciário, em ligação com o bom desempenho das atividades comerciais e dos serviços. A contribuição do setor terciário ao crescimento foi de 3,6 pontos de percentagem (pdp). As dos setores secundário e primário representaram, respectivamente, 1,1 pdp e 0,9 pdp, devido ao reforço da produção transformadora e ao aumento da produção agrícola na campanha 2022/2023.

Analisada do ponto de vista dos empregos, a expansão económica foi impulsionada, nomeadamente, pelos investimentos, cuja contribuição é estimada em 4,2 pontos percentuais (pdp), através da execução de várias obras de construção de infraestruturas e da finalização dos projetos no setor energético. É igualmente apoiada pelo consumo final das famílias, que

contribuiu com 2,3 pdp, após o nível de 5,2 pdp registado em 2021, devido à erosão do poder de compra das famílias, na sequência das fortes pressões inflacionistas observadas desde o início de 2022. A contribuição do setor externo foi negativa, tal como em 2021, traduzindo o forte aumento das importações, no contexto da execução das grandes obras dos Estados-Membros.

Quadro 3: EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA UNIÃO

	2020	2021	2022
Setor primário	0,7	0,1	0,9
Setor secundário	0,4	1,2	1,1
incluindo:			
- Indústrias transformadoras	-0,1	0,5	0,7
- Construção civil e Obras Públicas	0,7	0,4	0,4
Setor terciário	0,7	4,8	3,6
PIB real	1,8	6,1	5,6
Consumo final	1,9	5,2	2,3
Investimento	1,7	2,8	4,2
Setor externo	-1,8	-1,9	-0,9
incluindo :			
- Exportações de bens e serviços	-1,2	2,1	2,5

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

1.2.1.1 - Produção agrícola

PRODUÇÃO ALIMENTAR: 72.310.948 TONELADAS, AUMENTO DE 9,1%

As estimativas disponíveis indicam um aumento de 9,1%, em relação à campanha anterior, da produção alimentar na União, estimada em 72.310.948 toneladas. Este aumento das colheitas seria essencialmente impulsionado pelo aumento dos cereais (+4.551.983 toneladas, ou seja, +16,7%) e dos tubérculos (+622.245 toneladas, ou seja, +2,4%). Em comparação com a média dos cinco anos anteriores, as colheitas da campanha agrícola 2022/2023 aumentaram 7,7%.

As colheitas dos produtos de exportação aumentaram igualmente durante a campanha agrícola de 2022/2023 em relação à campanha anterior, com exceção das colheitas de cacau e de algodão em caroço.

A produção de café atingiu 129.492 toneladas na campanha de 2022/2023, um aumento de 53,4% em relação à campanha anterior. Esta evolução explica-se em parte pelo efeito do regresso a uma situação normal, após o repouso vegetativo devido ao ciclo de produção, que implicou uma diminuição das colheitas durante a campanha de 2021/2022.

A produção de amendoim elevou-se a 3.916.773 toneladas na campanha de 2022/2023, ou seja, um aumento de 7,8% em relação à campanha anterior, devido à boa repartição espacial-temporal das chuvas na maioria dos Estados-Membros da União.

A quantidade de castanha de caju produzida é estimada em 1.529.529 toneladas durante a campanha 2022/2023, um aumento de 8,1% em relação à campanha anterior. Esta evolução deve-se essencialmente ao aumento de 7,2% das colheitas registado na Côte d'Ivoire, maior produtor da castanha de caju, com 67,6% da oferta total da União durante a campanha de 2021/2022.

A produção de borracha foi estimada em cerca de 1.347.900 toneladas durante a campanha de 2022/2023, um aumento de 22,5% em relação à campanha agrícola anterior, devido ao aumento do número de árvores maduras.

No entanto, a produção de cacau baixou 5,7%, durante a campanha de 2022/2023, para situar-se em 2.116.729 toneladas na União. Esta situação mostra o impacto das ações conduzidas pelas Autoridades ivorienses para controlar a progressão da oferta de favas, a fim de evitar uma baixa demasiado importante das cotações mundiais.

As colheitas de algodão em caroço são estimadas em 2.472.226 toneladas, em diminuição de 7,6% em relação à campanha 2021/2022, devido à invasão das explorações, nomeadamente no Burkina Faso e no Mali, pelos jassídeos (insetos parasitas do algodão que causam amarelecimento das folhas).

1.2.1.2 - Produção mineira

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE
URÂNIO E FOSFATO

DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE
OURO E PETRÓLEO

As estimativas disponíveis sobre as atividades extrativas durante o ano 2022 indicam uma evolução positiva na produção de urânio e fosfato. Em contrapartida, as de petróleo e ouro registaram uma queda.

A oferta de fosfatos também registou um aumento de 1,2%, atingindo 3.110.423 toneladas em 2022, devido ao aumento de 5,9% na produção do Togo, avaliada em 1.541.772 toneladas, atenuada pela queda de 3,1% na produção do Senegal.

A produção de urânio aumentou 5,4%, para se situar em 2.409 toneladas em 2022, devido ao aumento da procura mundial.

Porém, a extração do petróleo bruto sofreu uma queda de 1,2%, devido à diminuição de 5,5% na oferta da Côte d'Ivoire, atenuada pelo aumento de 5,4% na oferta do Níger.

As quantidades de ouro extraídas na União em 2022 são estimadas em 194.749 kg, um recuo de 0,6% em relação a 2021, após um aumento de 4,0% um ano antes. Esta evolução decorre da diminuição da produção no Burkina Faso (-6,3%) e no Senegal (-3,1%), atenuada pelo aumento da produção no Mali (+1,0%), na Côte d'Ivoire (+7,5%) e no Níger (+5,4%). As quantidades de

ouro produzidas em 2022 são avaliadas em 70.130 kg no Mali, 62.653 kg no Burkina, 43.000 kg na Côte d'Ivoire, 18.537 kg no Senegal e 429 kg no Níger.

1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios

A produção industrial na UEMOA registou um acréscimo de 3,2% em 2022, após aumento de 5,9% um ano antes. Esta evolução resulta da desaceleração da produção transformadora (+2,9% contra +8,2%), atenuada pelo aumento do ritmo de crescimento da produção energética (+8,7% contra +6,5%). A dinâmica na indústria transformadora traduz a diminuição na produção de petróleo refinado e de produtos alimentares. No setor de energia, a produção de energia experimentou uma ligeira progressão, com um crescimento de 8,9% em 2022, após um aumento de 6,2% em 2021.

O volume de negócios do comércio a retalho na UEMOA registou um aumento de 13,2% em 2022 contra uma subida de 12,5% no ano precedente.

Esta dinâmica, que ocorre num contexto de pressões inflacionistas, explica-se essencialmente pelo aumento do volume de negócios das empresas de comercialização de produtos petrolíferos (+22,6 contra +9,9%), atenuada pela desaceleração das vendas de produtos alimentares (+7,4% contra +11,3%) e de automóveis, bem como de peças de substituição (+9,8% contra +20,4%).

O índice do volume de negócios nos serviços comerciais (fora serviços financeiros) subiu 8,0% em 2022, após um aumento de 15,1% em 2021. Esta desaceleração explica-se, essencialmente, pelo abrandamento das atividades nos serviços de informação e comunicação, bem como nos serviços de transporte, alojamento e restauração.

O índice das atividades nos serviços financeiros registou um aumento de 13,8% durante o período em análise, após um aumento de 8,7% um ano antes, essencialmente relacionado com o aumento do volume das transações bancárias (nomeadamente créditos), conjugado com um aumento das taxas devedoras.

1.2.2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR

TAXA DE INFLAÇÃO EM MÉDIA ANUAL

7,4% (2022)
3,6% (2021)

Taxa de inflação em média anual progrediu em 7,4% em 2022 após 3,6% em 2021.

CAUSAS DO AUMENTO DE PREÇOS:

- ➔ DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO CEREALÍFERA
- ➔ DIFICULDADES DE ABASTECIMENTO DOS MERCADOS;
- ➔ AUMENTO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES ;
- ➔ DESVALORIZAÇÃO DO EURO EM RELAÇÃO AO DÓLAR.

A taxa de inflação média anual subiu para 7,4% em 2022, contra um registo de 3,6% em 2021. O aumento do nível de preços em 2022 explica-se essencialmente pelas pressões sobre os preços dos produtos alimentares (12,5% contra 6,2% um ano antes) e, em menor medida, pelos aumentos observados a nível das funções "Transportes" (5,6% contra 0,7%) e "Alojamento" (4,8% contra 1,8%). O aumento dos preços a nível da componente alimentar do índice resulta

essencialmente da diminuição de 13,3% da produção cerealífera da campanha agrícola de 2021/2022 na União, associada às dificuldades de abastecimento dos mercados, consequências das crises de segurança, nomeadamente no Burkina Faso, no Mali e no Níger. A estes fatores juntam-se também choques externos ligados ao aumento dos preços internacionais dos produtos alimentares importados pela União, agravada pela guerra russo-ucraniana, bem como a desvalorização do euro em relação ao dólar.

Quanto ao aumento registado a nível da componente "Transportes", está relacionado com o aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais que ocasionaram o aumento dos preços na bomba dos combustíveis (gasolina e gasóleo) na maior parte dos países da União. No que diz respeito à progressão da função "Alojamento", esta deve-se ao encarecimento dos preços dos combustíveis sólidos (madeira e carvão, nomeadamente) e líquidos (petróleo iluminante), devido ao aumento dos custos de transporte para os grandes centros urbanos e ao aumento dos preços do petróleo bruto.

Não obstante a evolução acima referida, o diferencial de inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros foi favorável à União em 1,3 pontos percentuais em 2022. Em especial, em relação à Nigéria e Gana, o diferencial de inflação situou-se, respectivamente, em 11,4 e 24,1 pontos percentuais.

Quadro 4: VARIAÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR EM 2021 E 2022 (EM %)

	2021		2022	
	Média anual	Em termos homólogos em finais de dezembro	Média anual	Em termos homólogos em finais de dezembro
Benin	1,7	5,0	1,4	2,8
Burkina Faso	3,9	8,0	14,1	9,6
Côte d'Ivoire	4,2	5,6	5,2	5,1
Guiné-Bissau	3,3	5,8	7,9	9,5
Mali	3,9	8,8	9,7	7,7
Níger	3,8	4,9	4,2	3,1
Senegal	2,2	3,8	9,7	12,8
Togo	4,5	6,1	7,6	7,7
UEMOA	3,6	6,0	7,4	7,0

Fontes: Institutos Nacionais da Estatística, BCEAO.

1.2.3 - FINANÇAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

Após dois anos de fortes pressões sobre as finanças públicas, nomeadamente devido à amplitude das despesas ligadas às medidas de resposta à crise da Covid-19 e de recuperação pós-Covid, a execução orçamental nos Estados membros da UEMOA, durante o ano de 2022, teve lugar num contexto de pressão sobre os preços ao consumidor. Os Estados-Membros

tiveram de adiar a política de consolidação orçamental inicialmente prevista nas suas leis de finanças iniciais, para, nomeadamente, preservar o poder de compra das populações e consolidar a recuperação económica através da execução de projetos estruturantes.

No final de dezembro de 2022, as receitas orçamentais fixaram-se em 17.645,8 mil milhões, sendo uma subida de 1.490,7 mil milhões ou 9,2% em relação ao ano anterior. Esta progressão decorre sobretudo das receitas fiscais, que aumentaram 1.427,6 mil milhões, ou seja 10,5%, principalmente em relação com a contínua recuperação económica. Em sequência desta evolução, a taxa de pressão fiscal subiu para 13,7%, em comparação com 13,6% no ano anterior. Por sua vez, os donativos aumentaram 238,6 mil milhões, ou seja 16,2%, para atingir 1.714,9 mil milhões, impulsionados pelo aumento dos apoios dos parceiros técnicos e financeiros à recuperação económica. No total, as receitas orçamentais e donativos dos Estados-Membros da União aumentaram 9,8% de um ano para o outro.

RECEITAS ORÇAMENTAIS E DONATIVOS:

- ➔ **19.360,7 MIL MILHÕES** NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022. UM AUMENTO DE **1.729,3 MIL MILHÕES** OU **9,8%** EM COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR.
- ➔ **TAXA DE PRESSÃO FISCAL : 13,7%**, INFERIOR À NORMA COMUNITÁRIA DE **20%** DO PIB.

DESPESAS E EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS:

- ➔ **26.332,3 MIL MILHÕES** NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022. UM AUMENTO DE **14,2%** EM RELAÇÃO A 2021.

DÉFICE GLOBAL, COM BASE ENGAJAMENTO, INCLUINDO DONATIVOS:

6.971,7 MIL MILHÕES NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022, (**6,4%** DO PIB) CONTRA **5.435,5 MIL MILHÕES (5,4%** DO PIB) EM 2021.

MONTANTE GLOBAL DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO:

38.028,5 MIL MILHÕES ATÉ FINAIS DE DEZEMBRO DE 2022, UM AUMENTO DE **13,3%** CONTRA UMA PROGRESSÃO DE **19,1%** EM 2021, REPRESENTANDO **34,7%** DO PIB EM 2022 CONTRA **33,5%** NO ANO ANTERIOR.

As despesas e empréstimos líquidos totalizaram 26.332,3 mil milhões, seja um aumento de 3.265,6 mil milhões ou 14,2% em relação a dezembro de 2021. Esta evolução resulta dos aumentos das despesas de capital (+23,8%) e despesas correntes (+9,5%). A progressão das despesas de capital está particularmente ligada à prossecução dos investimentos inscritos nos planos de desenvolvimento nacionais. Em percentagem do PIB, elevaram-se a 8,5% em 2022,

contra 7,5% um ano antes. Quanto às despesas correntes, o seu aumento foi impulsionado pelos acréscimos registados nos pagamentos de juros da dívida pública (+16,7%), das despesas de pessoal (+10,7%) e das transferências e subvenções (+22,8%). O aumento das despesas de pessoal e das subvenções e transferências refletem, entre outros, as medidas tomadas pelos Governos para preservar o poder de compra das populações no âmbito da luta contra a inflação.

Nestas condições, o défice global (base engagements, donativos incluídos) aumentou de 1.536,2 mil milhões para 6.971,7 mil milhões no final de dezembro de 2022, ou seja, 6,4% do PIB. Era de 5.435,5 mil milhões ou seja 5,4% do PIB em 2021.

Quadro 5: SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM 2021 E 2022

	Dezembro de 2021 (1)	Dezembro de 2022(*) (2)	Variação (2) – (1)	
			em mil milhões	em %
Receitas orçamentais e donativos	17 631,4	19 360,7	1 729,3	9,8
(em % do PIB)	17,6	17,6	-	-
Receitas orçamentais	16 155,1	17 645,8	1 490,7	9,2
Receitas fiscais	13 613,5	15 041,1	1 427,6	10,5
(em % do PIB)	13,6	13,7	-	-
Outras receitas (incluindo não fiscais)	2 541,6	2 604,7	63,1	2,5
Donativos	1 476,3	1 714,9	238,6	16,2
Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	23 066,7	26 332,3	3 265,6	14,2
(em % do PIB)	23,0	24,0	-	-
Despesas correntes	14 503,6	15 881,6	1 378,0	9,5
Massa salarial	5 498,3	6 087,4	589,1	10,7
Transferências e subvenções	3 493,9	4 288,9	795,0	22,8
Juros da dívida	1 864,8	2 175,8	311,0	16,7
Outras despesas correntes	3 646,6	3 329,5	-317,1	-8,7
Despesas em capital	7 501,7	9 289,5	1 787,8	23,8
(em % do PIB)	7,5	8,5	-	-
Outras despesas	1 024,8	1 117,8	93,0	9,1
Empréstimos líquidos	36,5	43,5	7,0	19,2
Saldo base engagements, donativos incluídos	-5 435,5	-6 971,7	-1 536,2	-28,3
(em % do PIB)	-5,4	-6,4	-	-

(*) Estimativas

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

1.2.3.2 - Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa

Durante o ano de 2022, os países da União mobilizaram recursos externos, nomeadamente junto do Banco Mundial (1.752,9 mil milhões) e da Agência Francesa de Desenvolvimento (405,0 mil milhões). Beneficiaram igualmente do apoio financeiro do FMI no âmbito dos seus programas económicos e financeiros, apoiados por esta instituição num montante total de 486,5 mil milhões de FCFA. Deste total, o Benin obteve 181,6 mil milhões a título do Mecanismo de Crédito Alargado (MDCA) e da Facilidade de Crédito Alargada (FCA). Por sua vez, o Níger recebeu apoio financeiro de 65,5 mil milhões ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (ECF). Os desembolsos a favor do Senegal incidiram sobre a Facilidade de Crédito de confirmação e o acordo de confirmação em curso, num montante de 239,4 mil milhões.

Nenhum Estado-Membro da União emitiu euro-obrigações em 2022. Recorde-se que, em 2021, três Estados da União (Benin, Côte d'Ivoire e Senegal) mobilizaram nos mercados financeiros internacionais recursos num montante acumulado de 2.099,9 mil milhões de FCFA.

No que diz respeito à dívida externa, os dados disponíveis indicam um aumento do saldo dos engagements externos da União de 13,3%, ou seja, 38.028,5 mil milhões em 2022, contra um aumento de 19,1% no ano transato. Em percentagem do PIB, a dívida externa representa 34,7% em 2022, contra 33,5% no ano anterior.

Por país, a situação é resumida no quadro 6 a seguir:

Quadro 6: RÁCIOS DA DÍVIDA EXTERNA EM 2021 E 2022 (em % do PIB)

País	2021	2022*
Benin	34,1	35,3
Burkina Faso	25,3	25,3
Côte d'Ivoire	31,4	34,3
Guiné-Bissau	37,8	41,1
Mali	30,6	28,7
Níger	32,9	37,0
Senegal	49,8	47,9
Togo	23,0	23,3
UEMOA	33,5	34,7

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

(*) Estimativas

1.2.4 - BALANÇA DE PAGAMENTOS

SALDO GLOBAL DO COMÉRCIO EXTERNO DOS PAÍSES DA UNIÃO REGISTOU UM DÉFICE DE **3.343,2 MIL MILHÕES** CONTRA UM EXCEDENTE DE **475,7 MIL MILHÕES** UM ANO ANTES.

O comércio externo saldou-se em 2022, por uma forte deterioração do saldo global em linha com o agravamento do défice da conta corrente, associada a uma diminuição das entradas de capitais a título da conta financeira.

Em 2022, a deterioração dos termos de troca e o fortalecimento do dólar impactaram de modo significativo no comércio externo dos países da União. Com uma dinâmica relativamente forte da procura interna nos Estados-Membros, coberta em grande parte pela oferta externa. As importações de bens e serviços aumentaram de forma constante no final do ano (+24,0%) face a um aumento relativamente moderado nas exportações (+16,2%). O défice da balança corrente situou-se em 7,8% do PIB, um aumento de 2,2 pontos relativamente a 2021. Os fluxos de capitais mobilizados a título da conta financeira, em plena diminuição, não permitiram cobrir as necessidades de financiamento.

Quadro 7: EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NO PERÍODO 2020-2022 (EM MIL MILHÕES DE FCFA, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022 (Estimativa)
Balança comercial	-138,8	-863,1	-3 587,7
Balança dos serviços	-4 689,3	-5 444,2	-6 048,3
Saldo da conta de transações correntes	-4 057,8	-5 619,2	-8 484,2
Saldo da conta de transações correntes (em % PIB)	-4,4	-5,6	-7,8
Saldo da conta de transações correntes excluindo donativos (em % PIB)	-5,3	-6,0	-8,3
Saldo da conta capital	1 307,4	1 461,5	1 656,2
Saldo da conta financeira	-3 162,7	-4 688,8	-3 864,9
Saldo global	15,8	475,7	-3 343,2
Reavaliações	182,3	133,5	54,5
Varição de EAN	-198,0	-609,2	3 288,7
PIB nominal	91 860,7	100 159,6	109 282,3

Fonte: BCEAO.

De acordo com as suas componentes, o défice corrente aumentou 51,0%, para se fixar em 8.484,2 mil milhões em 2022, devido ao agravamento dos défices da balança de bens e serviços (+52,8%) e do rendimento primário (+3,8%), cujos efeitos foram atenuados pela evolução favorável do saldo excedentário do rendimento secundário (+17,2%).

O agravamento do défice comercial (-2.724,6 mil milhões) está relacionado com o aumento das importações (+28,5%) mais elevado do que o das exportações (+16,5%). A dinâmica das importações explica-se essencialmente pelo aumento da fatura energética (+73,5%), associada a uma progressão nítida da procura de bens de consumo (+27,0%), num contexto de aumento dos preços internacionais dos produtos petrolíferos e alimentares. A tendência foi igualmente acentuada pelo aumento das aquisições de bens de capital e bens intermediários (+9,3%), em

ligação com a prossecução dos projetos de infraestruturas públicas e trabalhos relativos às grandes obras em curso nos países da UEMOA, nomeadamente o projeto de gás Grand Tortue Ahmeyim (GTA) da British Petroleum (BP) entre o Senegal e a Mauritânia, bem como a construção do gasoduto de transporte de petróleo no Níger e no Benin.

A evolução das exportações explica-se, essencialmente, pelo bom desempenho das vendas de petróleo (+59,1%), algodão (+55,6%), borracha (+37,3%), ouro (+12,1%) e cacau (+4,2%). O aumento das exportações de matérias-primas agrícolas, com exceção do cacau, é induzido pela orientação ascendente dos preços destes produtos nos mercados internacionais, por um lado, e por outro lado, pelo aumento dos volumes expedidos em ligação com o dinamismo da produção. Quanto às exportações de ouro e produtos petrolíferos, a sua evolução deve-se principalmente ao aumento dos preços nos mercados internacionais.

O saldo deficitário do rendimento primário, por seu lado, aumentou 3,8%, devido ao aumento de pagamentos de juros a título da dívida pública (+12,9%). O excedente do rendimento secundário melhorou 17,2% em ligação com o dinamismo das ajudas orçamentais recebidas pelos países da União (+32,7%), associado ao aumento das transferências de fundos dos migrantes (+6,2%).

Tendo em conta o excedente da conta de capital, avaliado em 1.656,2 mil milhões, a necessidade de financiamento fixou-se em 6.828,1 mil milhões, um aumento de 64,2% em relação a 2021. Esta necessidade só foi suprida em 51,0%, contra 111,6% em 2021, pelas entradas de capital a título da conta financeira, que registou uma queda acentuada em 2022.

As entradas líquidas de capital da conta financeira diminuíram 17,6%, para se situarem em 3.864,9 mil milhões em 2022, contra 4.688,8 mil milhões em 2021. A diminuição dos fluxos líquidos da conta financeira está em consonância com a contração das entradas de investimento de carteira, parcialmente compensada pelo aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) e de saques públicos líquidos. As entradas líquidas de investimento de carteira (-97,9%) diminuíram significativamente para 31,1 mil milhões em 2022, face a 1.503,3 mil milhões no ano anterior, devido à ausência de emissões de euro-obrigações por parte dos Estados-Membros da União, contra uma emissão líquida de 2.087 mil milhões um ano antes.

Os fluxos líquidos de Investimentos diretos estrangeiros (IDE) totalizaram 2.824,0 mil milhões em 2022, em comparação com 2.748,8 mil milhões em 2021, ou seja, um aumento de 2,7%. Esta evolução estaria relacionada com a retoma da atividade económica na União, conjugada com a prossecução das obras de exploração mineira e petrolífera na Côte d'Ivoire, no Senegal, e a construção do gasoduto Níger-Benin.

As entradas líquidas de outros investimentos registaram uma progressão em 2022, em ligação com a subida dos saques públicos líquidos (+40,2%), após o recuo das mobilizações registadas em 2021.

Nestas condições, o saldo global da balança de pagamentos registou um défice de 3.343,2 mil milhões em 2022, após um excedente de 475,7 mil milhões em 2021.

II - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA	24
2.2 - AÇÃO MONETÁRIA	24
2.2.1 - Política de taxas de juros	24
2.2.2 - Dispositivo das reservas obrigatórias	25
2.3 - OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO	26
2.3.1 - Operações de open market	26
2.3.2 - Operações nos balcões permanentes de refinanciamento	27
2.3.3 - Mercado interbancário	27
2.3.4 - Evolução das taxas devedoras	29
2.4 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS	29
2.4.1 - Ativos Externos Líquidos	29
2.4.2 - Créditos internos	30
2.4.2.1 - <i>Créditos líquidos sobre a Administração Pública Central (APUC)</i>	30
2.4.2.2 - <i>Créditos à economia</i>	30
2.4.3 - Massa monetária e base monetária	31

2.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

A reforma institucional que entrou em vigor em 1 de abril de 2010, estabelece a manutenção da estabilidade de preços como objetivo principal da política monetária do Banco Central. Sem prejuízo deste objetivo, a política monetária apoia igualmente as políticas económicas dos Estados-Membros da UEMOA, para um crescimento sustentável.

Em termos operacionais, o objetivo de estabilidade dos preços é estipulado a uma taxa de inflação de 2%, com uma margem de mais ou menos 1% num período de 24 meses. Para atingir este objetivo, o Banco Central toma em conta os riscos potenciais para a estabilidade de preços e para o crescimento com base na sua análise da conjuntura macroeconómica interna e externa efetuada trimestralmente no seu relatório sobre a política monetária.

2.2 - AÇÃO MONETÁRIA

MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA DURANTE O ANO 2022:

➔ Três aumentos de 25 pnb cada uma das taxas diretoras, para um total acumulado de 75 pontos de base. A taxa mínima de licitação do BCEAO aumentou de 2,00% para 2,25% em 16 de junho de 2022, de 2,25% para 2,50% em 16 de setembro de 2022, e de 2,50% para 2,75% em 16 de dezembro de 2022;

➔ Manutenção dos coeficientes de reservas mínimas aplicáveis aos bancos. A taxa permaneceu fixada em 3,00% em 2022, nível em vigor desde 16 de março de 2017.

MEDIDAS DE REGULAÇÃO DA LIQUIDEZ BANCÁRIA:

➔ Continuação dos leilões à taxa fixa e de serviço completo em todos os balcões clássicos de concursos, nomeadamente, o balcão semanal e o balcão mensal;

➔ Manutenção do balcão especial, com uma maturidade de seis meses e de serviço completo, para o refinanciamento das Obrigações de Retoma (OdR²). A estruturação de OdR e a abertura de um balcão dedicado visavam permitir aos Estados mobilizar recursos de longo prazo, com condições de taxas favoráveis, para cobrir as necessidades de financiamento ligadas à crise sanitária e aplicação de medidas de recuperação;

➔ Manutenção do balcão especial, de maturidade de 12 meses e de serviço completo, para o refinanciamento dos Vales de Apoio e Resiliência (VAR) de maturidade de doze meses. O objetivo do programa de emissão dos VAR era permitir aos Estados mobilizar recursos com condições favoráveis para responder a necessidades urgentes de tesouraria.

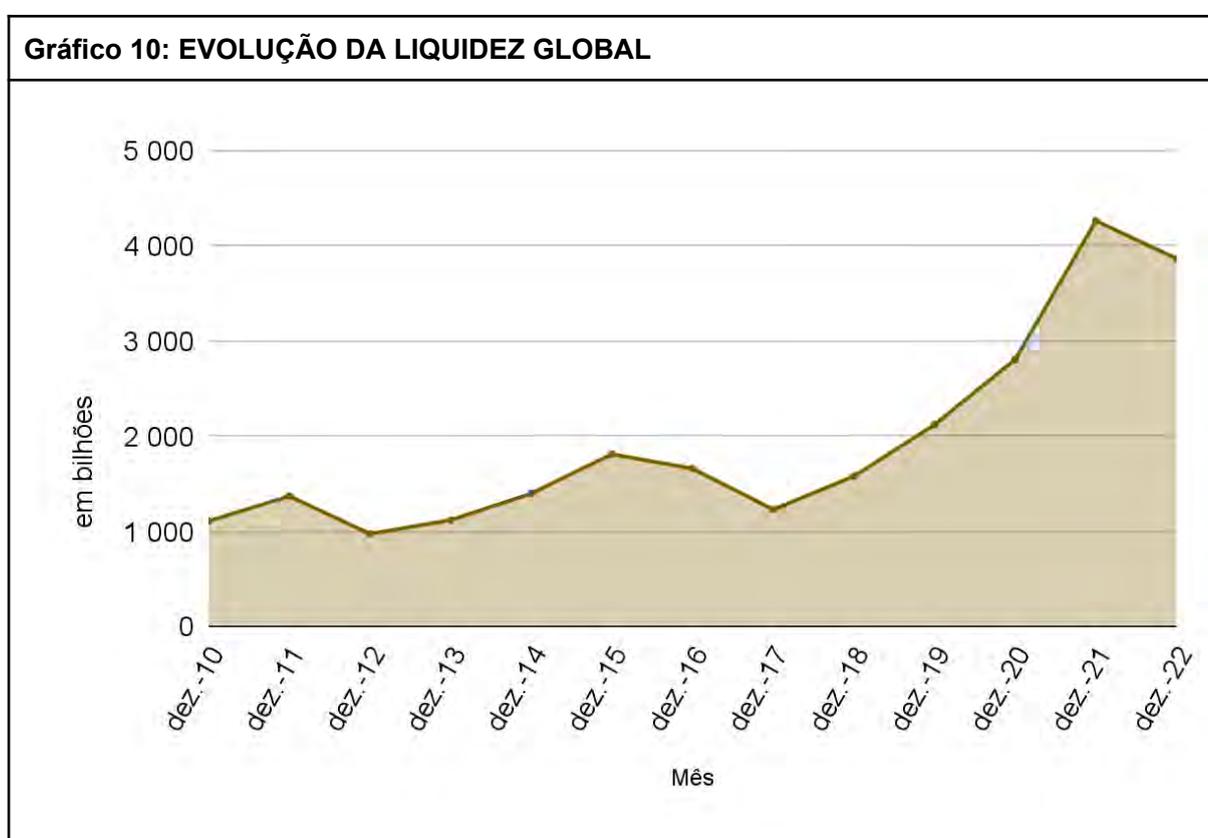
2.2.1 - POLÍTICA DE TAXAS DE JUROS

Durante o ano de 2022, o ambiente macroeconómico na UEMOA foi marcado por incertezas ligadas à situação internacional, bem como à evolução do contexto sociopolítico e de segurança na região. Em particular, as pressões inflacionistas observadas na região desde 2021 aumentaram em 2022. A subida dos preços dos produtos alimentares de grande consumo e do transporte, com o ajustamento dos preços dos produtos petrolíferos na bomba pelos países da

² As Obrigações de Retoma ou OdR- são «Obrigações Equiparáveis do Tesouro de maturidades médias e longas (3 anos, 5 anos, 7 anos, 10 anos, 12 anos ou mais), que são emitidos ao longo de 2021 e 2022 por concurso aberto no Mercado de Títulos Públicos da UEMOA».

União, na sequência do aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais, exerceram fortes pressões sobre o nível geral dos preços, colocando novos desafios ao Banco Central. A taxa de inflação que, há mais de um ano, se situa fora do objetivo de [1%-3%] fixado pelo Comité de Política Monetária no âmbito da definição de estabilidade dos preços, foi de 7,4% em 2022 contra 3,6% em 2021.

Tendo em conta esta evolução, o Comité de Política Monetária decidiu, a partir de junho de 2022, normalizar gradualmente a política monetária do Banco Central. Assim, em 2022, procedeu-se a três aumentos de 25 pnb por cada uma das taxas de referência, para um cúmulo de 75 pontos base. O primeiro aumento ocorreu em 16 de junho de 2022, o segundo em 16 de setembro de 2022 e o último aumento em 16 de dezembro de 2022. Assim, a taxa mínima de licitação do BCEAO aumentou de 2,00% para 2,25%, de 2,25%, para 2,50% e por fim, de 2,50% para 2,75%. Ao longo de 2022, o Banco Central prosseguiu com leilões à taxa fixa nos seus balcões de refinanciamento.



Fonte: BCEAO.

2.2.2 - DISPOSITIVO DAS RESERVAS OBRIGATÓRIAS

O Banco Central manteve inalterado o coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União em 3,00%. Durante o ano de 2022, as reservas efetivamente constituídas pelos bancos da União representaram, em média, 304,25% das reservas exigidas pela regulamentação, contra 313,5% no ano anterior.

Convém recordar que o Banco Central optou por uma taxa única de reservas mínimas aplicável a todos os bancos da União desde 16 de dezembro de 2010, na sequência da reunião do Comité

de Política Monetária. O quadro que se segue apresenta o histórico dos rácios de reservas mínimas aplicados pelo Banco Central.

Quadro 8: COEFICIENTES DAS RESERVAS OBRIGATÓRIAS APLICÁVEIS AOS BANCOS

	Até 15 de Nov. 1998	16 de Nov. a 15 de Dez. 1998	16 de Dez. de 1998 a 15 de Abril de 2000	16 de Abril a 15 de Ago. de 2000	16 de Ago. a 15 de Set. 2000	16 de Set. de 2000 a 15 de Abril de 2002	16 de Abril de 2002 a 15 de Março de 2004	16 de Março de 2004 a 15 de Jun. de 2005	16 de Jun. de 2005 a 15 de Jun. de 2009	16 de Jun. de 2009 a 15 de Maio de 2010	16 de Maio a 15 de Dez. de 2010	16 de Dez. de 2010 a 15 de Março de 2012	16 de Março de 2012 a 15 de Março de 2017	Desde 16 de Março de 2017
Em percentagem (%)														
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Côte d'Ivoire	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0

Fonte: BCEAO.

2.3 - OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO

2.3.1 - OPERAÇÕES DE OPEN MARKET

Durante o ano de 2022, as operações de open market nos balcões semanal, mensal e de retoma foram conduzidas à taxa fixa, cobrindo simultaneamente a totalidade das necessidades expressas pelos bancos. A prossecução desta medida, tomada desde março de 2020, permitiu aos bancos acederem a níveis de recursos suficientes para assegurar o seu papel de intermediação.

No balcão semanal de concursos, o montante injetado atingiu um volume recorde de 6.554,7 mil milhões em dezembro de 2022, após 4.440,5 mil milhões um ano antes, ou seja, um aumento de 47,6%. O valor médio das injeções semanais de liquidez em 2022 situou-se em 4.649,3 mil milhões, um aumento de 1.257,5 mil milhões (ou +37,1%), em relação ao seu nível de 3.391,8 mil milhões observado em 2021. A taxa média anual no balcão semanal foi de 2,22% em 2022, contra 2,00% em 2021.

No balcão mensal dos concursos, o montante injetado pelo Banco Central estabeleceu-se em 2.132,7 mil milhões no final de dezembro de 2022 contra 1.503,6 mil milhões um ano antes, em alta de 629,1 mil milhões (41,8%). As demandas atendidas, em média, em 2022, foram de 1.700,2 mil milhões, em comparação com 1.644,8 mil milhões em 2021. A taxa média anual no balcão mensal foi de 2,21% em 2022, em comparação com 2,00% em 2021.

Na janela de recuperação dedicada aos Títulos de Estímulo (TdE), os volumes colocados em leilão subiram em média para 438,8 mil milhões em 2022 em comparação com 126,0 mil milhões em 2021. Os compromissos bancários pendentes neste período de maturidade de 6 meses subiram para 655,8 mil milhões no final de dezembro de 2022, após 239,7 mil milhões no mesmo período do ano anterior. A manutenção deste balcão com o dos VAR, cujo saldo se situou em 12,6 mil milhões no final de dezembro de 2022, contra 115,6 mil milhões no ano anterior, contribuiu nomeadamente para manter as condições favoráveis no mercado da dívida pública.

2.3.2 - OPERAÇÕES NOS BALCÕES PERMANENTES DE REFINANCIAMENTO

Em ligação com a continuação da medida de afetação completa de liquidez adotada desde março de 2020, o balcão de cedência de liquidez não foi solicitado em 2022. Os bancos cobriram a maior parte das suas necessidades nos balcões de concursos e o dinamismo do mercado interbancário ao longo do ano permitiu absorver as suas necessidades não antecipadas sem recorrer ao empréstimo marginal.

No que se refere ao balcão especial de refinanciamento, que entrou em vigor em janeiro de 2014 e no qual os bancos podem mobilizar recursos por sua própria iniciativa com prazos de três a doze meses, à taxa do balcão de Cedência de Liquidez, com suportes de vida útil residual superior a cinco anos, nenhum compromisso foi assumido com o BCEAO em 2022.

2.3.3 - MERCADO INTERBANCÁRIO

A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pela alta do volume de transações de numerário e da taxa de juro média ponderada das operações de uma semana. As taxas evoluíram devido ao aumento da taxa de cedência de liquidez e da taxa mínima de submissão pelo Banco Central durante o segundo semestre de 2022.

Assim, o volume médio das transações, todas as maturidades confundidas, situou-se em 595 mil milhões de FCFA em 2022 contra 428 mil milhões de FCFA em 2021, ou seja, um aumento de 39%. As operações cobriram maturidades de um (1) dia até doze (12) meses. Os segmentos de uma semana e de um dia foram mais ativos, representando respectivamente 62% e 16% do volume médio das transações, contra 66% e 18% em 2021. Estas maturidades acumularam, em média, empréstimos de montantes de 369 mil milhões de francos CFA e 92 mil milhões de FCFA em 2022 respetivamente contra 284 mil milhões de FCFA e 77 mil milhões de FCFA em 2021.

Em relação ao montante médio das injeções de liquidez, o volume das operações interbancárias situou-se em 9,0% em 2022 contra 8,0% em 2021.

No que diz respeito às taxas de juro, o instrumento com maturidade de uma semana registou uma alta da taxa de juro média ponderada, de 2,36% em 2021 para 2,87% em 2022. Todas as praças da União participaram na animação do mercado interbancário. A praça de Abidjan foi a mais ativa em termos de ofertas de recursos (41%), seguida da de Dakar (16%), de Lomé (16%) e de Ouagadougou (12%). As principais praças beneficiárias foram as de Abidjan (27%), Cotonou (20%), Dakar (16%), Lomé (15%) e de Ouagadougou (8%).

Quadro 9: EVOLUÇÃO DAS TAXAS INTERBANCÁRIAS EM 2022 (MÉDIA PONDERADA EM PERCENTAGEM)

	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses
Janeiro	2.47	2.32	3.43	3.87	4.18	6.00	-	-
Fevereiro	2.61	2.26	3.33	3.27	2.55	3.00	1.85	-
Março	2.45	2.33	3.32	2.89	3.60	2.75	-	4.15
Abril	2.56	2.28	3.29	3.44	4.25	5.30	-	-
Maio	2.50	2.33	3.21	2.99	5.33	4.25	-	-
Junho	2.87	2.51	3.41	3.17	3.52	2.75	-	-
Julho	2.60	2.69	3.54	3.27	3.92	-	-	-
Agosto	2.59	2.81	3.40	3.50	5.24	3.25	-	4.00
Setembro	2.87	2.94	3.56	3.41	3.69	3.25	-	4.00
Outubro	2.76	2.91	3.66	3.81	4.20	-	-	-
Novembro	2.87	03.01	3.77	3.80	5.00	3.60	-	3.53
Dezembro	3.13	3.44	3.88	4.13	5.42	5.66	-	4.56
Média	3.21	2.87	3.92	3.98	5.13	4.22	1.85	4.48

Fonte: BCEAO.

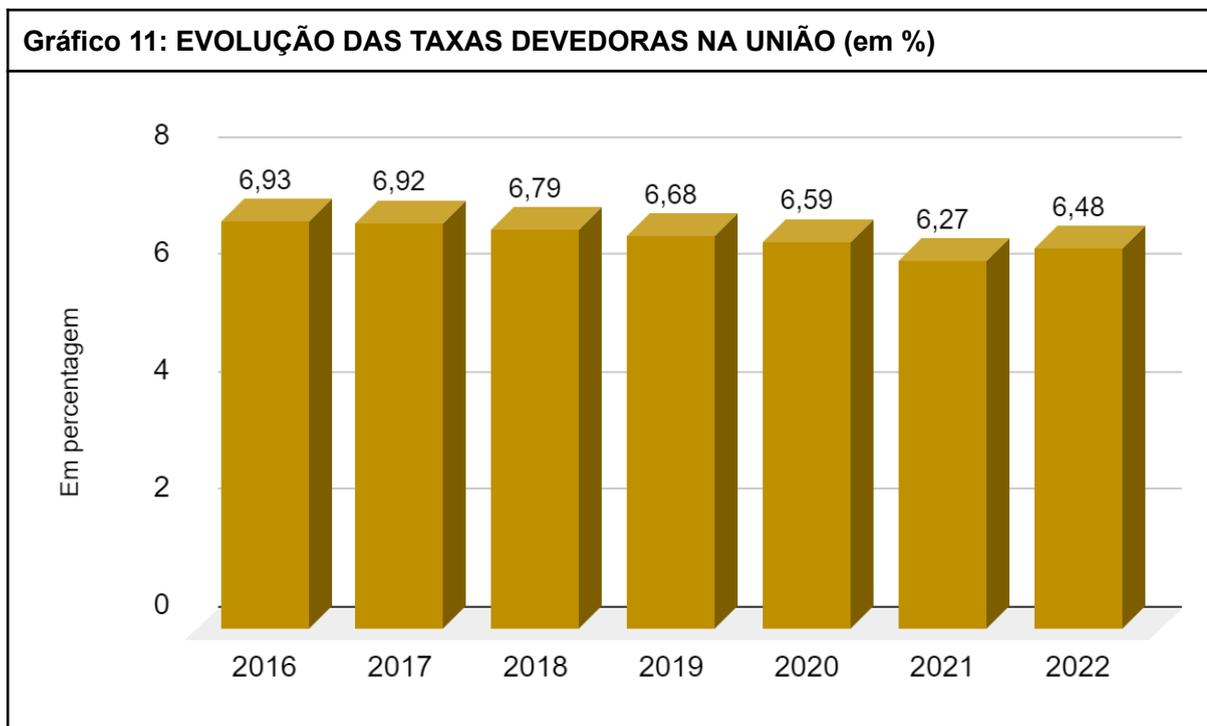
Quadro 10: EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS INTERBANCÁRIOS NA UMOA EM 2022 (EM MILHÕES DE FCFA)

	Montantes médios		Saldo médio dos empréstimos	Faixa das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	528 167	378 852	668 757	2.32 à 6.00	1 dia a 6 meses
Fevereiro	579 550	397 716	731 810	1.85 à 3.33	1 dia a 9 meses
Março	577 462	377 297	781 334	2.33 à 4.15	1 dia a 12 meses
Abril	518 571	308 503	749 482	2.28 à 5.30	1 dia a 6 meses
Maio	575 184	338 497	812 364	2.50 à 5.33	1 dia a 6 meses
Junho	593 944	326 812	801 825	2.51 à 3.52	1 dia a 6 meses
Julho	544 437	345 745	772 483	2.60 à 3.92	1 dia a 3 meses
Agosto	649 449	408 484	859 618	2.59 à 4.00	1 dia a 12 meses
Setembro	698 517	474 296	897 182	2.87 à 4.00	1 dia a 12 meses
Outubro	672 400	467 422	956 789	2.76 à 4.20	1 dia a 3 meses
Novembro	628 869	402 694	898 053	2.87 à 5.00	1 dia a 12 meses
Dezembro	568 433	370 596	708 745	3.13 à 5.66	1 dia a 12 meses
Média	594 582	383 076	803 204		

Fonte: BCEAO.

2.3.4 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DEVEDORAS

Quanto ao seguimento das condições bancárias, observou-se um aumento do custo do crédito na maioria dos países da UEMOA em 2022, num contexto de aumentos sucessivos das taxas de referência do BCEAO. Com efeito, a taxa de juro devedora média na União passou de 6,27% em 2021 para 6,48% em 2022, ou seja, um aumento de 21 pontos base.



Fonte: BCEAO.

2.4 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A situação monetária da União em 2022 foi marcada por uma desaceleração do agregado monetário em sentido lato, cujo ritmo de crescimento foi de 11,3%, face a 16,3% em 2021. A evolução desfavorável das contas externas, devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares importados e dos produtos energéticos, induziu saídas importantes de recursos fora da União, abrandando a dinâmica da massa monetária.

2.4.1 - ATIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS

Os ativos externos líquidos das instituições monetárias registaram uma diminuição de 3.288,7 mil milhões, para se fixar em 4.458,0 mil milhões em finais de dezembro de 2022. Esta evolução explica-se pela queda de 3.064,1 mil milhões dos ativos externos líquidos do Banco Central, e tendo os dos bancos registado uma diminuição de 224,6 mil milhões.

O aumento da fatura petrolífera (+73,5%) e alimentar (+45,3%) degradou fortemente a conta corrente da União em 2022. Além disso, a restrição das condições financeiras, induzida pela normalização das políticas monetárias nos países avançados, teve um efeito redutor sobre a mobilização dos recursos externos pelos Estados. Em particular, a ausência de emissão de eurobonds pelos Estados durante o ano afetou o perfil das reservas cambiais.

2.4.2 - CRÉDITOS INTERNOS

O montante dos créditos internos aumentou de 8.680,0 mil milhões, ou seja 20,1%, em relação ao seu nível em finais de dezembro de 2021, para se situar em 51.760,0 mil milhões, em finais de dezembro de 2022. Esta evolução foi impulsionada pelo efeito combinado da consolidação dos créditos líquidos sobre a Administração Pública Central (APUC) e dos créditos a outros setores das economias da União.

2.4.2.1 - Créditos líquidos sobre a Administração Pública Central (APUC)

Durante o ano de 2022, o mercado financeiro regional da dívida pública foi fortemente solicitado para o financiamento dos planos de recuperação elaborados pelos governos dos países da União. Esta situação traduziu-se num aumento dos concursos do sistema bancário para os Estados. Os créditos líquidos dos bancos sobre as administrações públicas centrais consolidaram-se de 3.936,0 mil milhões, ou seja, um acréscimo de 29,6%. Em particular, o saldo da carteira de títulos públicos dos bancos aumentou de 18,6% em 2022, passando de 14.873,4 mil milhões para 17.637,7 mil milhões. A nível do BCEAO, os créditos líquidos registaram um aumento de 793,2 mil milhões (+34,0%), em ligação com a efetividade dos financiamentos do FMI a favor dos Estados (+340,8 mil milhões) e a redução dos depósitos do Tesouro junto do Banco Central (-470,3 mil milhões). Por fim, os créditos líquidos de todas as instituições de depósito sobre as Administrações Públicas Centrais aumentaram de 4.729,1 mil milhões no decurso do ano, ou seja 30,2%.

Quadro 11: CRÉDITOS LÍQUIDOS DAS INSTITUIÇÕES DE DEPÓSITO SOBRE AS APUC (EM MIL MILHÕES)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Variação anual
Créditos líquidos sobre as APUC	15 650,9	20 380,0	4 729,1
Créditos das instituições depositárias	22 658,6	27 100,2	4 441,6
Créditos	7 769,4	9 446,3	1 676,9
Carteiras de títulos públicos	14 873,4	17 637,7	2 764,3
Outros créditos	15,9	16,2	0,3
Engajamentos de instituições de depósitos	7 007,8	6 720,2	-287,6
Encaixe do Tesouro no Banco Central	30,7	30,4	-0,3
Depósitos	2 304,3	1 834,0	-470,3
Outros engajamentos	4 672,7	4 855,8	183,1

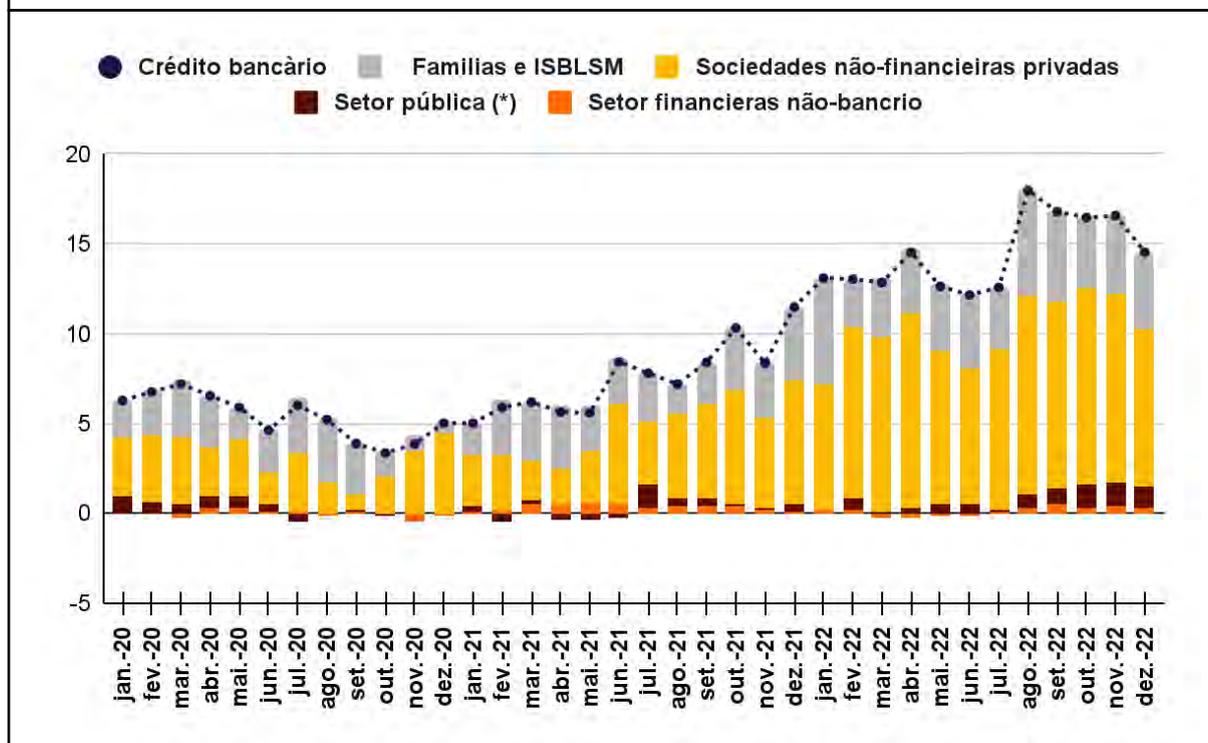
Fonte: BCEAO.

2.4.2.2 - Créditos à economia

O ritmo de progressão dos créditos das instituições de depósito nos setores da economia, além da administração central, situou-se em 14,4% em 2022, após 11,3% em 2021. Esta evolução está associada a um dinamismo renovado da atividade económica nos países da UEMOA, em ligação com a prossecução da implementação dos planos de recuperação.

Este aumento do crédito é principalmente impulsionado pelo aumento dos créditos bancários ao setor privado (+3.407,5 mil milhões) com uma contribuição de 13,0 pontos percentuais. Os créditos atribuídos às empresas privadas progrediram de 14,7% e os atribuídos às famílias e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias evoluíram de 13,6%.

Gráfico 12: CRESCIMENTO ANUAL DO CRÉDITO BANCÁRIO (em pontos percentuais)



Fonte: BCEAO.

(*) Governo local e empresas públicas não-financeiras.

2.4.3 - MASSA MONETÁRIA E BASE MONETÁRIA

A MASSA MONETÁRIA CONSOLIDOU-SE EM **4.703,0 MIL MILHÕES** OU **11,3%** DE UM ANO PARA O OUTRO, FIXANDO-SE A **46.161,8 MIL MILHÕES** NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022.

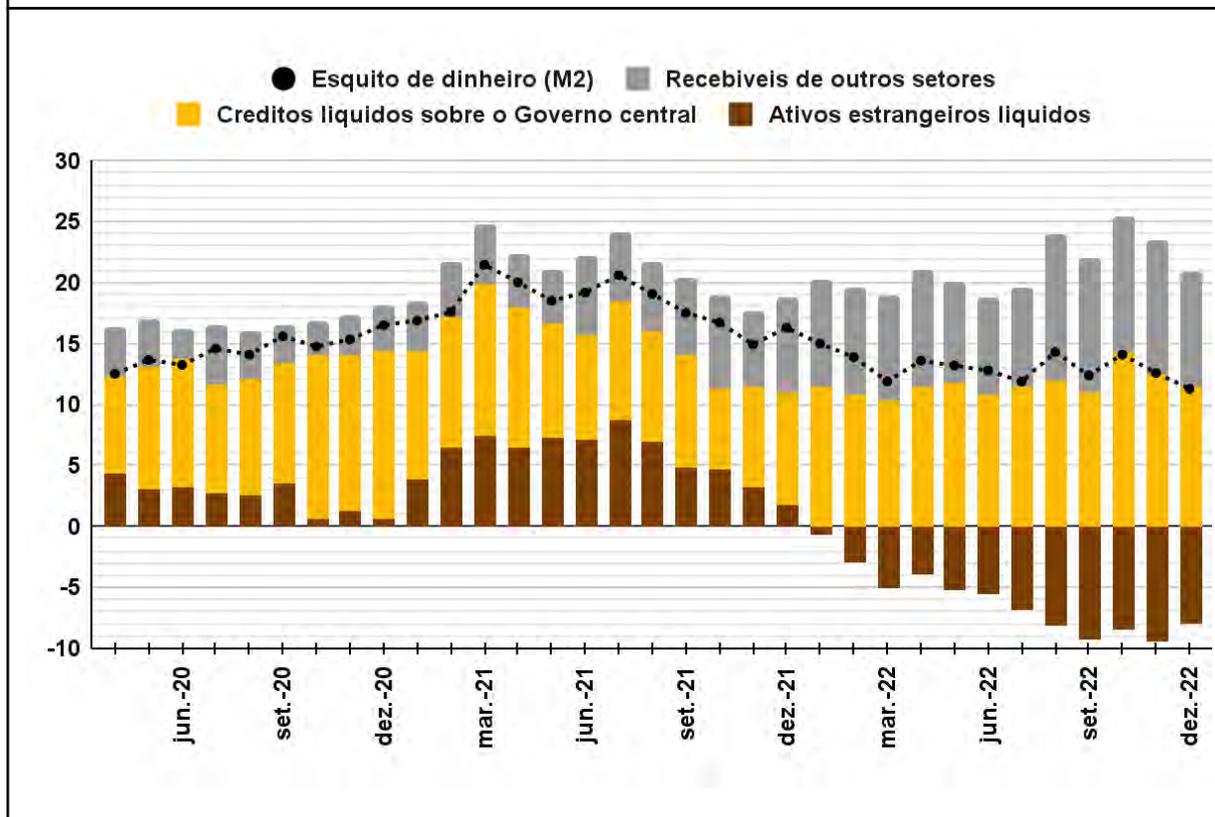
A BASE MONETÁRIA AUMENTOU DE **720,3 MIL MILHÕES** OU **4,7%** EM 2022, FIXANDO-SE EM **15.933,6 MIL MILHÕES** EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2022.

Em ligação com o crescimento de suas contrapartes, a massa monetária consolidou-se em 4.703,0 mil milhões, ou seja 11,3% de um ano para o outro, para subir para 46.161,8 mil milhões no final de dezembro de 2022. Este reforço da liquidez global traduziu-se no fortalecimento dos depósitos de 3.789,7 mil milhões, ou seja 11,8% e da circulação fiduciária, que aumentou 913,3 mil milhões ou 9,7% para 10.338,0 mil milhões.

No mesmo sentido, a base monetária expandiu-se em 720,3 mil milhões ou seja 4,7% em 2022, situando-se em 15.933,6 mil milhões no final de dezembro de 2022. Esta evolução é impulsionada pelo crescimento de suas diferentes contrapartes. Os créditos aos bancos e instituições financeiras aumentaram 3.064,7 mil milhões, enquanto que os ativos externos

líquidos do Banco Central registraram uma diminuição de 3.064,1 mil milhões. Os créditos líquidos sobre as administrações públicas centrais aumentaram 792,8 mil milhões, dos quais 340,8 mil milhões de créditos foram concedidos através dos financiamentos do FMI e a redução dos engajamentos dos Estados ao Banco Central.

Gráfico 13: CRESCIMENTO ANUAL DA MASSA MONETÁRIA



Fonte: BCEAO

III - EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRA

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DE MICROFINANÇAS.....	34
3.1.1 - Situação financeira das instituições de crédito	34
3.1.2 - Situação financeira das instituições de microfinanças.....	36
3.1.3 - Situação das Finanças Islâmicas	37
3.2 - MERCADO FINANCEIRO	38
3.2.1 - Recursos mobilizados pelos Estados no mercado primário	38
3.2.1.1 - <i>Mobilização de recursos no mercado regional</i>	38
3.2.1.2 - <i>Stock de títulos públicos no mercado regional</i>	40
3.2.2 - Evolução da atividade na Bolsa de Valores	41
3.3 - ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	41
3.3.1 - Ações visando a consolidação da estabilidade financeira	41
3.3.1.1 - <i>Preservação da estabilidade financeira</i>	41
3.3.1.2 - <i>Reforço da regulação e supervisão bancária e financeira</i>	43
3.3.2 - Centralização dos riscos bancários	44
3.3.3 - Notação das empresas não financeiras	45
3.3.4 - Promoção de Gabinetes de Informação sobre o Crédito (GIC/BIC)	46
3.3.5 - Promoção da inclusão financeira na UEMOA	47
3.3.5.1 - <i>Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA</i>	47
3.3.5.2 - <i>Apoio aos Estados na digitalização de pagamentos</i>	48
3.3.5.3 - <i>Reforço do setor de microfinança</i>	49
3.3.5.4 - <i>Implementação do projeto de interoperabilidade de serviços financeiros digitais na UEMOA</i>	49
3.3.5.5 - <i>Participação nas atividades da Aliança para a Inclusão Financeira</i>	49
3.3.6 - Promoção e enquadramento das empresas de tecnologia financeira (FinTech) na UEMOA	49

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DE MICROFINANÇAS

3.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

155 Instituições de crédito em atividade, abrangendo 132 bancos e 23 instituições financeiras de carácter bancário.		Aumento das aplicações: (+19,8%) +9.264,8 mil milhões para fixar-se em 56.135,8 mil milhões.
CENÁRIO BANCÁRIO		
Rácio médio “ <i>fundos próprios sobre riscos ponderados</i> ” 12,9% em 31 de Dezembro de 2022, acima da exigência mínima de 11,25% fixada pelo Conselho de Ministros.		Aumento dos recursos (+12,5%) +5.691,4 mil milhões para situar-se em 51.185,2 mil milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o setor bancário da União conta 158 instituições de crédito autorizadas, das quais 155 em atividade, ou seja, 132 bancos e 23 instituições financeiras de carácter bancário.

Num contexto marcado pelo levantamento progressivo das medidas de restrição de circulação implementadas pelos Estados para conter a pandemia da Covid-19, bem como o início da guerra russo-ucránia, a atividade das instituições de crédito continuou a crescer numa base anual.

Em 2022, as instituições de crédito da União demonstraram vontade de continuar a financiar a atividade económica. Assim, no final de dezembro de 2022, os recursos e aplicações se consolidaram em 5.691,4 mil milhões (+12,5%) e 9.264,8 mil milhões (+19,8%) respectivamente, em relação a dezembro de 2021, para subir para 51.185,2 mil milhões e 56.135,8 mil milhões.

A progressão dos recursos é impulsionada pelo conjunto das suas componentes, a saber, os depósitos e os empréstimos (+12,2%; +4.692,4 mil milhões), os fundos próprios líquidos (+16,3%; +766,4 mil milhões) e os diversos recursos (+10,3%; +232,6 mil milhões). A estrutura destes recursos, que reflete a dos bancos comerciais, é constituída por 84,4% de depósitos de clientes, 10,7% de fundos próprios líquidos e 4,9% de outros recursos.

A melhoria das aplicações provém essencialmente do crédito à clientela (+19,1%; +5.239,7 mil milhões), da carteira de títulos (+22,5%; +3.612,1 mil milhões) e de diversas aplicações (+12,4%; +413,0 mil milhões). A progressão das aquisições de títulos está relacionada com os esforços sustentados das instituições de crédito para acompanhar a recuperação económica através de uma consolidação dos seus fundos próprios e do aumento do financiamento dos Estados via emissões de títulos e obrigações. Com efeito, o aumento das emissões de títulos públicos pelos Estados, em ligação com as medidas de recuperação pós-Covid (TdE, VdR, etc.), traduziu-se num crescimento substancial do stock de títulos (+22,5%; +3.612,1 mil milhões), após um

crescimento relativo semelhante observado no mesmo período em 2021 (+20,3%; +2.710,3 mil milhões) e em 2020 (+33,3%; +3.326,6 mil milhões). Assim, no final de dezembro de 2022, as aplicações bancárias são compostas por 58,3% de empréstimos de clientes, 35,0% de títulos e 6,7% de várias aplicações. Em dezembro de 2021, estas proporções foram de 58,7%, 34,2% e 7,1%, respectivamente.

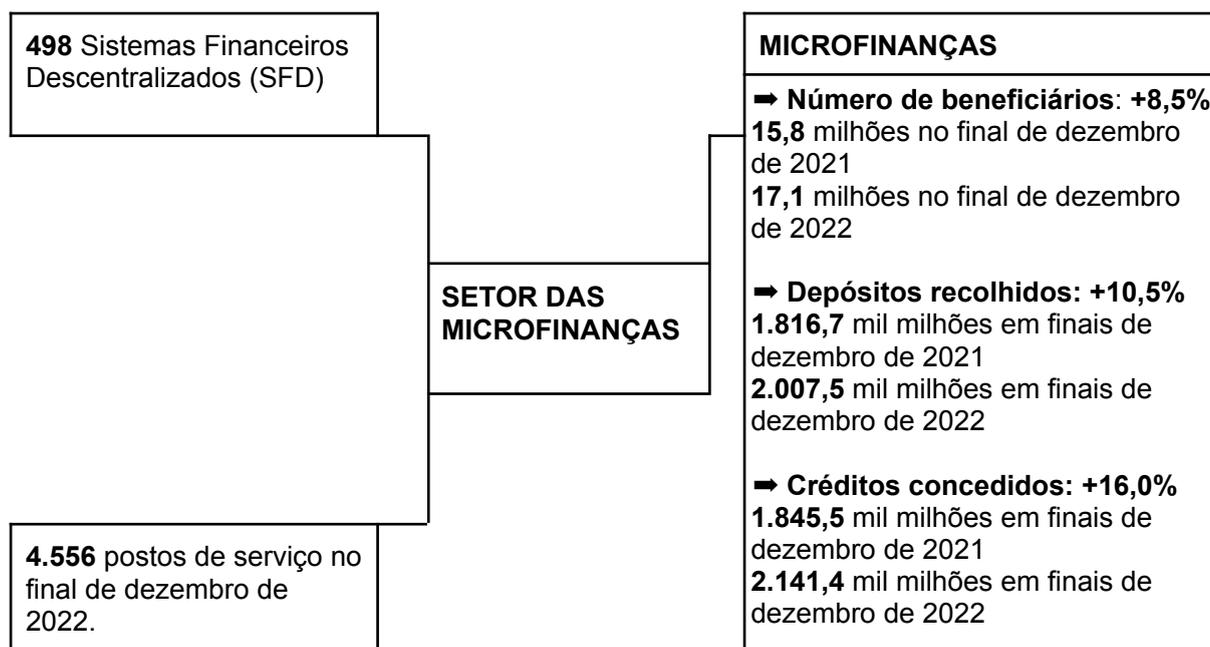
A tesouraria das instituições de crédito, estruturalmente deficitária desde há vários anos, cifrou-se em -4.950,6 mil milhões, após -1.377,2 mil milhões um ano antes. O défice observado aumentou assim em 3.573,4 mil milhões em comparação com o final de dezembro de 2021.

Além disso, a qualidade da carteira de crédito do setor bancário melhorou. A taxa bruta de degradação da carteira caiu 2,1 pontos percentuais para 8,4% após 10,5% no final de dezembro de 2021. A taxa líquida foi de 2,9% após 4,1%.

No plano prudencial, o setor bancário manteve-se solvente e resiliente. Com efeito, com base nas declarações das instituições de crédito no final de dezembro de 2022, o rácio de solvabilidade global foi de 12,9%, muito acima do nível mínimo de 11,25% exigido pelo dispositivo prudencial. A taxa de conformidade das instituições de crédito declarantes foi de 91,2%.

No entanto, a situação de alguns bancos continua frágil face ao nível negativo dos seus fundos próprios. A este respeito, no âmbito do seguimento da implementação do dispositivo prudencial e da regulamentação bancária e financeira, foram apresentadas propostas de soluções para parecer do Conselho de Ministros, em março de 2022, sobre a situação dos bancos públicos de capital negativo. Estas dizem respeito ao convite à tomada de medidas de recuperação (implementação dos planos de recapitalização, definição de uma melhor orientação estratégica, criação de organismos de liquidação, implementação de uma melhor gestão dos riscos) e de liquidação (liquidação e ativação do FGDR-UMOA).

3.1.2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO



Em 2022, o setor do microcrédito da UMOA continuou a ser dinâmico em termos de intermediação e acesso das populações a serviços financeiros. Com efeito, com base nas informações disponíveis, o número de beneficiários das prestações das instituições de microfinanças atingiu 17,1 milhões no final de dezembro de 2022, contra 15,8 milhões no final de dezembro de 2021, o que representa um aumento de 8,5%. O número de pontos de serviço também aumentou de 4.439 no final de dezembro de 2021 para 4.556 no final de dezembro de 2022, um aumento de 2,6%. Esta evolução traduz a continuação da penetração da finança descentralizada no seio das populações-alvo. O número de SFD diminuiu ao longo do período em análise, graças às ações de saneamento e de condições de entrada mais rigorosas no setor. O número de SFD fixou-se em 498 no final de dezembro de 2022 contra 506 no final de dezembro de 2021.

A atividade de intermediação financeira dos SFD consolidou-se com a evolução do saldo dos depósitos e créditos. Com efeito, os depósitos recolhidos pelos SFD estabeleceram-se em 2.007,5 mil milhões em finais de dezembro de 2022 contra 1.816,7 mil milhões em finais de dezembro de 2021, ou seja, um aumento de 10,5%. Eles representam 4,6% dos depósitos recolhidos pelas instituições de crédito da União durante o período em análise. A estrutura dos depósitos continua a caracterizar-se pela predominância dos depósitos à ordem (57,0%). Os depósitos a prazo e outros depósitos representaram, respectivamente, 21,0% e 22,0% do total. A poupança mobilizada pelos SFD foi constituída em 48,3% pelos homens, 26,4% pelos grupos e 25,3% pelas mulheres. O valor médio dos depósitos por cliente foi de 117.370 FCFA no final de dezembro de 2022, contra 115.297 FCFA no final de dezembro de 2021, um aumento de +1,8%.

O saldo dos créditos concedidos pelas instituições de microfinanças aumentou (+16,0%), passando de 1.845,5 mil milhões no final de dezembro de 2021 para 2.141,4 mil milhões no final de dezembro de 2022. Representa 6,5% do saldo dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União, em finais de dezembro de 2022. Por outro lado, os créditos a curto prazo representaram 50,3% do conjunto das contribuições concedidas pelos SFD. Os empréstimos a

médio e longo prazo representaram, respectivamente, 31,8% e 17,9%. O saldo médio dos financiamentos dos SFD por membro registou uma alta de +6,9%, situando-se em 125.195 FCFA em finais de dezembro de 2022, contra 117.122 FCFA em 2021.

A qualidade da carteira de créditos dos SFD melhorou durante o período em análise. De fato, a taxa bruta de degradação da carteira de SFD da UMOA, medida pelo total das dívidas pendentes em relação ao saldo de créditos pendentes, foi de 7,2% no final de dezembro de 2022, contra 8,2% no final de dezembro de 2021. Esta situação resulta de um aumento das dívidas pendentes menos importante do que o dos créditos pendentes. As dívidas pendentes passaram de 151,5 mil milhões em finais de dezembro de 2021 para 153,8 mil milhões no final de dezembro de 2022, ou seja, um aumento de +1,5%. No entanto, a taxa bruta de degradação da carteira de SFD permanece acima do padrão regulamentar de até 3%.

No que diz respeito às ações de saneamento do setor, o ano de 2022 foi marcado pela elaboração de um documento-quadro que traça as medidas prioritárias a considerar para o reforço da solidez do setor do microcrédito na UMOA. Além disso, registou-se o lançamento dos trabalhos para a recuperação ou reestruturação das instituições em dificuldade que foram objeto de diagnóstico, a conceção de um sistema de alerta precoce e a elaboração de um programa de reforço das capacidades dos supervisores das instituições de microcrédito. Foi igualmente realizada uma missão de diagnóstico específica na Guiné-Bissau, tendo em conta as dificuldades persistentes do setor do microcrédito que conduziram à cessação das actividades da quase totalidade dos SFD do país. Por outro lado, tendo em conta os obstáculos observados para a condução da sua missão, foi elaborado um guia destinado aos administradores provisórios dos SFD nos Estados-Membros da União. A adoção deste guia deverá permitir melhorar o processo de recuperação das instituições sujeitas a este regime. Por último, prosseguiram os trabalhos de finalização do projeto de lei que regula o microcrédito, nomeadamente com a apresentação do texto ao Comité Executivo do Banco Central, em novembro de 2022.

3.1.3 - SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ISLÂMICAS

FINANÇAS ISLÂMICAS:
Foram concedidas 17 autorizações de licença para:
<ul style="list-style-type: none">• 2 bancos que atuam exclusivamente na finança islâmica• 7 bancos dispõem de uma agência islâmica• 7 SFD exclusivamente islâmico, e• 1 SFD que dispõe de uma agência islâmica.

O BCEAO prosseguiu as ações de promoção da finança islâmica durante o ano de 2022. A fim de facilitar o acesso a este setor, o Banco Central optou por um seguimento das iniciativas de criação de Instituições Financeiras Islâmicas (IFI). A este respeito, vários pedidos de autorização para o exercício da actividade de financiamento islâmico foram objeto de exame e os promotores destas estruturas foram convidados a melhorar os seus processos. Até à data, foram concedidas 17 autorizações de licença, para 2 bancos que exercem exclusivamente a actividade de finança

islâmica, 7 bancos que dispõem de um ramo islâmico, 7 SFD exclusivamente islâmicos e 1 SFD que dispõe de um ramo islâmico.

A título de ações de divulgação dos textos específicos que enquadram a finança islâmica, o Banco Central organizou duas (2) sessões de formação em linha que incide sobre os aspetos jurídicos e operacionais da finança islâmica na União, a favor das instituições de crédito (15 e 16 de novembro de 2022) e dos Sistemas Financeiros Descentralizados (17 e 18 de novembro de 2022).

Além disso, o Instituto de Emissão deu início a trabalhos destinados a dotar as IFI de instrumentos de governação charaica e contratos-tipos capazes de contribuir para a gestão dos riscos ligados à sua conformidade charaica. A este respeito, um ateliê de restituição e formação reuniu os dirigentes das IFI, o Grupo de Consultores e o BCEAO, em 29 e 30 de novembro de 2022, em Dakar, na sede do Instituto de Emissão.

Está igualmente a ser realizado um estudo para examinar a problemática dos serviços que as FinTech poderiam oferecer às IFI, bem como o mecanismo de refinanciamento das IFI da UMOA.

3.2 - MERCADO FINANCEIRO

RECURSOS MOBILIZADOS PELOS ESTADOS DA UEMOA NO MERCADO REGIONAL DA DÍVIDA PÚBLICA **8.326,7** MIL MILHÕES (UM AUMENTO DE **1.058,7** MIL MILHÕES EM RELAÇÃO AO FINAL DE DEZEMBRO DE 2021).

3.2.1 - RECURSOS MOBILIZADOS PELOS ESTADOS NO MERCADO PRIMÁRIO

3.2.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional

Os recursos obtidos pelos Estados membros da UEMOA no mercado regional da dívida pública em 2022 ascenderam a 8.326,7 mil milhões, ou seja, um aumento de 1.058,7 mil milhões em relação ao final de dezembro de 2021. Este aumento é explicado pela progressão das obrigações do Tesouro (+26,1%), atenuado pelo recuo dos Bilhetes do Tesouro (-14,6%). As emissões líquidas foram de 4.338,0 mil milhões no final de dezembro de 2022, contra 3.015,9 mil milhões do ano precedente.

No que concerne a títulos do Tesouro, os Estados-Membros mobilizaram 1.755,8 mil milhões em 2022, ou seja, 21,1% dos recursos obtidos no mercado financeiro regional, contra um montante de 2.055,9 mil milhões do ano anterior. Os Bilhetes de Apoio e Resiliência (VAR) representaram 38,7% dos recursos mobilizados na referida operação, ou seja, 679,0 mil milhões. As emissões de maturidade 12 meses foram as mais solicitadas, com um montante global de 883,2 mil milhões, ou 50,3% dos títulos emitidos durante o período.

No segmento das obrigações, os Tesouros Públicos obtiveram 6.570,9 mil milhões em 2022 contra 5.212,1 mil milhões do ano precedente. Em particular, o montante total dos Títulos de Obrigações de Resiliência³ (OdR) emitidos durante o período, ascendeu a 2.533,6 mil milhões, representando 41,4% do total das emissões obrigacionistas. As emissões de OdR incidiram sobre as maturidades de 3 anos (997,8 mil milhões), 5 anos (948,1 mil milhões), 7 anos (408,1 mil milhões), 10 anos (168,6 mil milhões) e 15 anos (11,0 mil milhões).

Quadro 12: EMISSÕES GLOBAIS POR ADJUDICAÇÃO E SINDICAÇÃO NO MERCADO REGIONAL DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA (EM MIL MILHÕES DE FCFA)

Instrumento	2021				Total 2021	2022				Total 2022
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Títulos	575,3	469,0	571,8	439,8	2 055,9	572,5	413,9	479,9	289,5	1 755,8
Obrigações	1 285,3	1 789,5	1 218,5	918,8	5 212,1	1 331,2	1 559,6	2 009,6	1 670,5	6 570,9
Por concurso	957,8	1 331,5	811,5	394,8	3 495,6	805,0	983,2	1 227,1	483,6	3 498,9
Por sindicância (*)	327,5	458,0	407,0	524,0	1 716,5	526,2	576,4	782,5	1 186,9	3 072,0
Total	1 860,6	2 258,5	1 790,3	1 358,6	7 268,0	1 903,7	1 973,5	2 489,5	1 960,0	8 326,7

Fontes: UMOA-Títulos, AMF-UMOA.

(*) Situação provisória para sindicância

As condições de financiamento no mercado da dívida pública diminuíram globalmente em 2022, em comparação com o ano anterior. Com efeito, o custo médio dos recursos obtidos pelos Estados-Membros, diminuíram para a maior parte das maturidades, tanto em relação aos Bilhetes como no das obrigações do Tesouro. O recuo das taxas médias ponderadas foi de 0,47 ponto e 0,12 ponto, respectivamente, para as maturidades de 6 meses e 12 meses. A nível das obrigações, as taxas de rendimento baixaram igualmente em relação às maturidades de 5 anos (-0,23 ponto), 10 anos (-0,25 ponto) e 15 anos (-0,17 ponto).

Esta melhoria das condições de financiamento deve-se, nomeadamente, às baixas taxas de saída sobre VAR e OdR, graças às disposições tomadas pelo Banco Central no âmbito da sua estruturação. No entanto, os custos associados às emissões de Bons e Títulos do Tesouro no mercado financeiro regional, encareceram na sequência dos sucessivos aumentos de 25 pontos base da taxa de referência do Banco Central em junho, setembro e dezembro de 2022. Com efeito, as taxas e rendimentos ponderados aumentaram em geral, após as medidas de normalização gradual da política monetária. As taxas médias ponderadas dos Bilhetes do Tesouro aumentaram, em média, de 2,63% no primeiro trimestre para 3,28% no quarto trimestre

³ Os Títulos de Estímulo (TdE) visam permitir aos Estados membros da UEMOA angariar os recursos necessários para o financiamento dos seus planos de recuperação, após o choque da Covid-19 em 2020. A fim de acompanhar a emissão destes títulos em condições favoráveis tanto para os investidores como para os Estados, o BCEAO decidiu criar um balcão especial de refinanciamento denominado «Balcão especial para o refinanciamento de títulos de estímulo (TdE)». Para além de serem elegíveis nos balcões clássicos de refinanciamento do Banco Central, os TdE são os únicos suportes elegíveis no balcão especial para o refinanciamento de títulos de estímulo (TdE) que permitem aos investidores obter, em contrapartida, liquidez sob a forma de empréstimos, com uma duração de seis (6) meses renováveis, taxa mínima de licitação no BCEAO, que é de 2,75% em 31 de dezembro de 2022.

de 2022. Relativamente às obrigações, os rendimentos situaram-se em 5.98% no último trimestre, um aumento de 59 pontos de base em relação ao primeiro trimestre.

Quadro 13: TAXAS E RENDIMENTOS MÉDIOS PONDERADOS

	2021				Média 2021	2022				Média 2022*
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
1 mês	-	-	-	-	-	-	-	-	2,51	2,51
3 meses	2,90	2,58	2,47	-	2,60	2,41	2,60	2,81	-	2,63
6 meses	3,24	2,86	-	-	3,07	2,58	2,53	3,30	2,96	2,60
12 meses	4,31	3,99	3,01	2,62	3,27	2,84	2,89	3,32	3,40	3,15
TMP em títulos	3,60	3,27	2,82	2,62	3,10	2,63	2,71	3,09	3,28	2,88
3 anos	5,79	5,37	4,98	3,72	5,35	4,39	4,86	5,58	5,51	5,35
5 anos	6,03	5,76	5,29	4,56	5,63	4,55	5,27	5,90	5,84	5,40
7 anos	6,08	5,96	5,63	5,58	5,90	5,33	5,92	5,95	6,06	5,92
8 anos	6,50	-	-	-	6,50	-	-	-	-	-
10 anos	5,90	6,27	6,19	5,89	6,15	5,78	5,78	6,09	6,03	5,90
12 anos	-	6,11	-	-	6,11	-	6,15	6,30	6,25	6,25
15 anos	-	-	-	5,97	5,97	5,77	5,76	5,75	6,00	5,80
20 anos	-	-	-	-	-	5,85	-	5,85	-	5,85
RMP em obrigações	6,03	5,88	5,82	5,11	5,85	5,39	5,55	5,84	5,98	5,72

Fontes: UMOA-Títulos, AMF-UMOA.

3.2.1.2 - Stock de títulos públicos no mercado regional

O stock global dos títulos públicos é estimado em 21.335,5 mil milhões no final de dezembro de 2022 ou 19,4% do PIB, contra 16.997,5 mil milhões ou 17,0% do PIB em 2021. A estrutura deste montante em dívida é dominada pelas obrigações do Tesouro, que representam 95,7% do total.

Quadro 14: STOCK DOS TÍTULOS PÚBLICOS EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2022 NO MERCADO FINANCEIRO REGIONAL (MONTANTES EM MIL MILHÕES DE FCFA)

	2017	2018	2019	2020	2021	2022(*)
Stock	9 629,9	9 972,7	10 883,5	13 981,6	16 997,5	21 335,5
(em % do PIB)	12,4	12,0	12,3	15,2	17,0	19,4
Parte relativa (em %)						
- Títulos	12,7	11,0	8,2	9,9	7,2	4,3
- Obrigações	87,3	89,0	91,8	90,1	92,8	95,7

Fontes: UMOA-Títulos.

(*) Situação provisória.

3.2.2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NA BOLSA DE VALORES

Na Bolsa Regional de Valores Mobiliários, os índices aumentaram em 2022 em relação a 2021. O BRVM 10, o principal índice de ações, e o BRVMC subiram 165,6 pontos e 203,2 pontos no final de dezembro de 2022, respectivamente, 7,9% e 0,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A capitalização de mercado foi de 16.487,1 mil milhões no final de dezembro de 2022, contra 13.332,5 mil milhões no final de 2021, um aumento de 23,7%, em ligação com o bom desempenho da atividade no mercado de ações e no das obrigações. De fato, a capitalização do mercado de ações cresceu 1.474,8 mil milhões (+24,2%), resultando em 7.560,2 mil milhões em 30 de dezembro de 2022. O mercado das obrigações, atingiu 8.926,9 mil milhões no final de 2022, contra 7.247,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, um aumento de 1.679,9 mil milhões ou 23,2%.

3.3 - ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.3.1 - AÇÕES VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA

Para além da condução da política monetária, o Banco Central fixou suas prioridades no aprofundamento e desenvolvimento do sistema financeiro da UEMOA, bem como na consolidação da estabilidade financeira e atividades nos setores bancário e da microfinança nos Estados-Membros da União.

3.3.1.1 - Preservação da estabilidade financeira

• Trabalhos do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA

O BCEAO participou nos trabalhos das 21ª e 22ª sessões ordinárias do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA (CSF-UMOA), realizadas em 9 de junho e 15 de dezembro de 2022, respectivamente. No decurso destas reuniões, o Comité salientou que a retoma económica observada na União durante o ano de 2021 se manteve em 2022, apesar do agravamento das incertezas ligadas à degradação das perspectivas económicas mundiais, resultantes do conflito russo-ucránia e da persistência das instabilidades sociopolíticas e de segurança registadas a nível regional. Entretanto, observou que o setor financeiro regional mostrou-se relativamente resiliente a estes choques.

No entanto, o Comité identificou as principais vulnerabilidades suscetíveis de afetar o desempenho macroeconómico e a estabilidade financeira na União, nomeadamente:

- a persistência das pressões inflacionistas e maiores restrições das condições financeiras;
- as repercussões das perturbações sociopolíticas e dos atos terroristas em certos Estados-Membros da União, prejudiciais ao bom desenrolar das actividades económicas e à prossecução dos investimentos dos setores em crescimento;
- o aumento do risco soberano dos bancos, conjugado com a persistência dos riscos de crédito e de concentração dos ativos das instituições bancárias e financeiras;

- os riscos ligados ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT) e o seu impacto no sistema bancário e financeiro, nomeadamente, nas relações de correspondência bancária;
- os problemas de governação e a fraca qualidade da carteira de crédito das instituições de microfinanças;
- o aumento do nível dos prémios em atraso das seguradoras e resseguradoras, com repercussões negativas na sua tesouraria, na cobertura de seus engagements regulamentados e na sua solvabilidade;
- a fraca diversificação da carteira de investimentos de algumas instituições de previdência social e a sua concentração no setor bancário;
- os riscos associados a ataques cibernéticos e fraudes em operações de moeda virtual, especialmente os cripto ativos.

O Comité formulou recomendações, nomeadamente no que se refere às Autoridades de Regulação e de Supervisão membros, com vista a atenuar os riscos identificados, em particular os que poderiam provir de incertezas sobre o crescimento económico, do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como da digitalização dos serviços financeiros.

• **Trabalhos relativos ao Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF)**

A atualização do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF) da União foi realizada conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, na sequência da avaliação efetuada em 2007. O objetivo deste exercício é proceder a uma análise profunda do setor financeiro, a fim de avaliar a sua estabilidade e o seu potencial contributo para o crescimento e desenvolvimento. As avaliações efetuadas durante a missão, que decorreu de 21 de janeiro de 2021 a 2 de fevereiro de 2022, abrangem principalmente a estabilidade financeira e o desenvolvimento do setor financeiro.

Os resultados dos trabalhos de atualização do PASF, finalizados em novembro de 2022, permitiram identificar o impacto das reformas em curso na consolidação do setor financeiro regional e identificar as vulnerabilidades emergentes, bem como as necessidades atuais do seu desenvolvimento, tendo em vista o reforço da sua estabilidade. Entre os principais avanços registados durante a conferência, destacam-se o alinhamento do quadro regulamentar com as melhores normas internacionais, em especial (i) a transição para as normas de Basileia II e Basileia III, (ii) o desenvolvimento da infraestrutura de crédito da UEMOA, com o advento do Gabinete de Informação sobre o Crédito (*GIC/BIC*), (iii) a melhoria da inclusão financeira, (iv) a introdução da supervisão baseada no risco, (v) a resiliência do setor bancário às crises recentes e (vi) o reforço do sistema regional de pagamentos.

Identificaram igualmente uma série de melhorias a tomar em conta pelas Autoridades competentes da União, a fim de enfrentar as vulnerabilidades emergentes, com vista a um financiamento saudável e inclusivo das economias da Zona. Estas recomendações incidem sobre (i) a finalização da operacionalização do quadro de resolução de crises bancárias, (ii) aceleração da implementação das regras de Basileia, (iii) melhoria da governação dos bancos públicos,

(iv) reforço do acesso ao financiamento, (v) instauração de um quadro regulamentar das FinTech, (vi) melhorar o controlo dos riscos climáticos e (vii) revisão dos quadros regulamentar e operacional que regem os Organismos de Previdência Social (OPS).

3.3.1.2 - Reforço da regulação e supervisão bancária e financeira

O Banco Central prosseguiu com os trabalhos de finalização das leis de regulamentação bancária e de microfinança com vista a adaptá-las às diferentes mutações ocorridas no ambiente bancário e financeiro. Além disso, foram introduzidas emendas à Convenção que rege a Comissão Bancária e o seu Anexo, a fim de reforçar a independência da Autoridade de Controlo e precisar melhor os seus poderes, nomeadamente em matéria de resolução de crises dos estabelecimentos do setor bancário.

No âmbito da sua política de inclusão financeira e de criação de financiamentos alternativos em benefício das economias dos países da União, o Banco Central prosseguiu a sua dinâmica de promoção da finança islâmica através da consolidação do quadro regulamentar relativo ao mesmo, nomeadamente através da publicação de quatro (4) Instruções relativas às modalidades de contabilização e apresentação de relatórios das instituições de crédito e sistemas financeiros descentralizados que operam na finança islâmica na UMOA.

Além disso, na sequência das avaliações do dispositivo de Luta contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (LBC/FT) dos Estados-Membros da União realizadas pelo Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) bem como às recomendações do PASF, a revisão da Lei LBC/FT foi efetuada, com o intuito de reforçar a conformidade da União com as normas do Grupo de Ação Financeira (GAFI).

A título das perspectivas, o ano de 2023 será caracterizado pela finalização de importantes reformas regulamentares a nível dos setores bancário e da microfinança. Trata-se da finalização da revisão e adoção dos seguintes textos:

- a Lei sobre a regulamentação bancária;
- a Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA e o seu Anexo;
- Lei que regulamentar da microfinança;
- a lei relativa à luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo nos Estados membros da UMOA;
- o Regulamento relativo às relações financeiras externas dos Estados da UEMOA;
- as instruções relativas modalidades de contabilização e de elaboração de relatórios das instituições de finanças islâmicas;
- o dispositivo regulamentar relativo às sanções pecuniárias aplicadas pela Comissão Bancária da UMOA;
- o Regulamento relativo às obrigações de segurança;

- o Regulamento relativo aos Títulos de dívida negociáveis (TDN);
- os textos de aplicação relativos às normas de liquidez, simulação de crise e comunicação financeira, bem como ao processo interno de avaliação da adequação dos fundos próprios.

Os trabalhos de revisão do quadro regulamentar do setor do microfinança prosseguirão igualmente através da revisão do quadro contabilístico e do dispositivo prudencial dos SFD. Além disso, serão iniciados os trabalhos de prevenção e resolução de crises para os SFD de pequeno porte.

No âmbito da transição do setor bancário da União para as normas IFRS (International Financial Reporting Standards), está previsto realizar um estudo para avaliar o impacto quantitativo da implementação da norma "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros" sobre a situação dos estabelecimentos de crédito e das companhias financeiras.

Por último, o ano de 2023 será marcado pela continuação dos trabalhos sobre as temáticas emergentes que têm impacto na política monetária e/ou na estabilidade financeira. Estes incluem, nomeadamente, a cibersegurança, a inovação financeira e a estratégia de transição para as normas IFRS para o setor bancário da União.

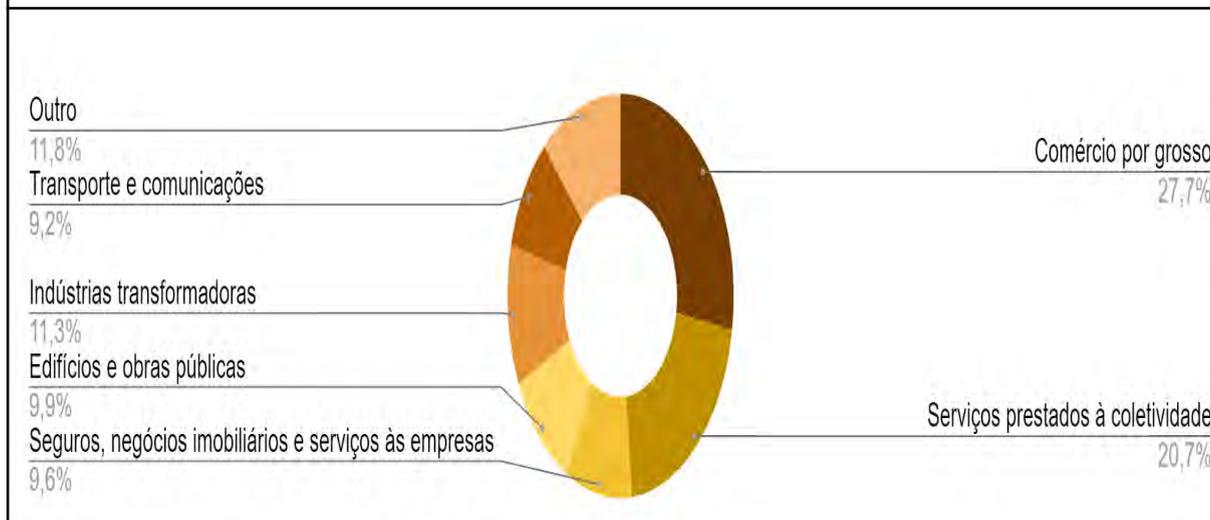
A fim de melhorar a qualidade das informações financeiras do setor bancário, o BCEAO estabelecerá o quadro automatizado de relatório das demonstrações financeiras dos estabelecimentos de crédito e das companhias financeiras da UMOA denominado "CRAEF". O Instituto de Emissões também irá garantir a implementação de um quadro de seguimento de riscos climáticos no setor bancário da UMOA através da elaboração de um quadro de recolha de dados.

3.3.2 - CENTRALIZAÇÃO DOS RISCOS BANCÁRIOS

A título da centralização dos riscos bancários, o stock global das utilizações de créditos identificados na Central de Riscos é estimado em 17.771,8 mil milhões no final de dezembro de 2022, contra 15.455,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, um aumento de 15,0%. É constituído por 59,3% de créditos de curto prazo, correspondentes a um montante de 10.537,1 mil milhões, e por 40,7% de créditos de médio e longo prazo, equivalentes a 7.234,7 mil milhões.

Estes riscos concentram-se essencialmente nos setores «Comércio por grosso» (27,7%), «Serviços prestados à coletividade» (20,7%), «Indústrias de Transformação» (11,3%), «Construções e obras públicas» (9,9%), «Seguros, negócios imobiliários e serviços às empresas» (9,6%) e «Transportes e comunicações» (9,9%). Estes seis (6) ramos de atividade representam mais de 90% dos créditos declarados à Central de riscos.

Gráfico 14: NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DE RISCOS BANCÁRIOS POR SETOR DE ACTIVIDADES



Fonte: BCEAO.

3.3.3 - NOTAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS

A fim de aumentar o volume dos títulos privados elegíveis nos seus balcões de refinanciamento, o Banco Central criou, em 2020, um mecanismo de cotação das empresas não financeiras da União. Com a implementação do dispositivo, as investigações foram levadas a cabo para a sua extensão à notação com o fito de associar a cada perfil de risco a probabilidade de incumprimento das empresas não financeiras da União. Assim, a partir de 2021, o dispositivo de cotação migrou para um sistema de notação.

O dispositivo de notação baseia-se na quantificação das probabilidades de incumprimento a partir dos dados financeiros extraídos da Central de Balanços, complementados por informações qualitativas sobre o comportamento de pagamento da empresa, disponíveis nos outros centros de informação. Em 2022, com base nos aprendizados das diferentes partilhas de experiência, procedeu-se a uma desagregação do modelo estatístico de base para ajustar a probabilidade de incumprimento no horizonte de um (1) ano das empresas não financeiras da União em função da sua dimensão, em termos de volume de negócios anual, distinguindo assim, as Grandes Empresas (GE) das Pequenas e Médias Empresas (PME).

Com base no modelo de notação estabelecido, tendo em conta as informações disponíveis na Central de Balanços, foram avaliadas 7.850 empresas não financeiras da União que beneficiaram de apoio junto ao sistema bancário num montante global de 11.229,6 mil milhões de FCFA. Das 7.850 empresas, 3.032 encontram-se na classe A, das quais 746 Grandes Empresas e 2.286 Pequenas e Médias Empresas, e 4.818 entre as classes B e E. Tendo em conta a possibilidade de elegibilidade para o refinanciamento com a garantia soberana, o número de empresas elegíveis ascende a 4.476, com stock de créditos a atingir um montante de 5.680,7 mil milhões de FCFA.

3.3.4 - PROMOÇÃO DE GABINETES DE INFORMAÇÃO SOBRE O CRÉDITO (GIC/BIC)

BIC 92,9%	PROGRESSÃO DO NÚMERO DE CLIENTES NA BASE BIC	
Em 31 de Dezembro de 2022, 236 das 254 instituições da União, ou seja, 92,9%, participaram no sistema de partilha de informações sobre o crédito.	30.694 NO FINAL DE FEVEREIRO 2016	13.367.638 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O BCEAO acompanha a evolução das atividades do Gabinete de Informação sobre o Crédito (GIC/BIC), cujo objetivo é contribuir para reduzir a assimetria de informações entre os mutuantes e os mutuários, a fim de melhorar o acesso das populações aos serviços financeiros com custos reduzidos.

Em 31 de dezembro de 2022, 236 das 254 instituições da União, ou seja 92,9%, participaram no sistema de partilha de informações sobre o crédito, após testes de qualificação. Além disso, vinte e uma (21) grandes faturadores, nomeadamente, as principais empresas de fornecimento de eletricidade, de distribuição de água, de telefonia móvel e de telecomunicações repartidas entre o Benin, a Côte d'Ivoire, o Níger, o Senegal e o Togo estão ligados ao mecanismo de partilha de informações sobre o crédito e comunicam dados ao GIC/BIC da UMOA. Relativamente ao Burkina e Mali, na sequência da adoção dos Decretos n°2020-0726/PRES/PM/MINEFID/MDENP/MCIA de 24 de agosto de 2020 e n°2021-0778/PT-RM de 09 de novembro de 2021, estão em curso os trabalhos para a integração dos dados dos grandes faturistas destes países à plataforma de partilha de dados do GIC/BIC.

O número de clientes com informações disponíveis na base do GIC/BIC passou de 30.694 em finais de fevereiro de 2016, período de início das actividades do CREDITINFO WEST ÁFRICA (CIWA), para 13.367.638 em 31 de dezembro de 2022, na proporção de 314.618 pessoas coletivas e 13.053.020 pessoas singulares. Esta evolução explica-se pela adoção de textos legislativos por todos os Estados-Membros da União, que isentam as instituições sujeitas da obrigação de recolha prévia de consentimento para a partilha dos dados dos clientes que beneficiaram de empréstimos antes da data de entrada em vigor da Lei uniforme. A estas disposições junta-se a adoção, pela maior parte destes países, de textos complementares que autorizam o processamento automatizado dos dados dos grandes faturadores a integrar na plataforma eletrónica de partilha informações sobre o crédito.

Além disso, o CIWA propôs uma nova tabela de preços de serviços de informação de crédito para 2023, homologada pelo BCEAO em 22 de novembro de 2022. Esta nova grelha continua a constituir um incentivo, com a revisão em baixa da tarifa dos relatórios de *score* para os nano créditos, a fim de ter em conta a especificidade deste tipo de financiamento, que incide, na maior parte dos casos, sobre montantes relativamente reduzidos, concedidos por períodos curtos.

3.3.5 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UEMOA

Em 2022, as ações a favor da inclusão financeira centraram-se na implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (ERIF) e iniciativas que visam o desenvolvimento do setor da moeda eletrónica e do microfinança na União, bem como o projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA.

3.3.5.1 - Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA

No âmbito da implementação da estratégia regional de inclusão financeira, o Banco Central prosseguiu as suas ações a favor da implantação do programa regional de educação financeira adotado em 2020.

Os trabalhos incidiram sobre a recolha de informações junto das partes interessadas, para a conceção dos cursos e módulos de formação em educação financeira e elaboração da estratégia e plano de comunicação na matéria. Recorde-se que o programa regional de educação financeira visa (i) dotar o sistema educativo dos Estados-Membros da União de instrumentos para melhorar a educação financeira em meio escolar, (ii) coordenar ações de reforço dos conhecimentos financeiros das populações fora da escola e (iii) realizar sessões de reforço das competências financeiras em benefício das pequenas e microempresas.

Foi também concluído o estudo sobre a situação das necessidades das microempresas e populações mal servidas em produtos e serviços financeiros inovadores, lançado em fevereiro de 2022. Os relatórios provisórios para os oito países foram validados e as principais recomendações sugerem o desenvolvimento de uma oferta de serviços financeiros inovadores, nomeadamente digitais, de proximidade e acessíveis às populações excluídas.

Prosseguiram igualmente os trabalhos do estudo de viabilidade para a criação de um sistema de identificação única dos utentes dos serviços financeiros na UEMOA. Recorde-se que o projeto de identificação única dos utentes dos serviços financeiros visa a conceção de uma base de dados centralizada e fiável do conjunto dos utilizadores dos serviços financeiros, a fim de garantir a traçabilidade e segurança das transações. Por conseguinte, constituiria uma oportunidade para reforçar a utilização de meios de pagamento eletrónicos e contribuir para melhorar a inclusão financeira. O estudo de viabilidade permitirá propor um método para a criação de um sistema na UEMOA, de acordo com diferentes cenários de implementação, bem como uma estimativa dos recursos necessários à sua execução. No decurso do ano 2022, as principais actividades realizadas no âmbito deste estudo incidiram sobre a análise profunda dos sistemas de identificação única na União, a realização de um *benchmark* a nível internacional, bem como a elaboração de um relatório sobre os diferentes cenários de sua implementação.

Além disso, foi concluído o processo de seleção do Gabinete Internacional, responsável pela realização dos estudos de referência sobre a situação da inclusão financeira na União.

Por último, foi feito o balanço da execução do plano de ação da estratégia regional de inclusão financeira para o período de 2016-2021. De um modo geral, a maior parte das obras foram iniciadas ou estão em fase de implementação. As ações iniciadas deverão ser concluídas durante o ano de 2023, nomeadamente, as relacionadas com a reforma das leis bancárias e de

microfinança, a educação financeira das populações, o conhecimento das necessidades das populações e a interoperabilidade dos serviços financeiros a nível regional.

Em termos de perspectivas, a atualização da estratégia regional será iniciada em 2023, com a participação nomeadamente dos Estados, a fim de capitalizar os resultados obtidos e ter em conta os novos projetos induzidos pelas evoluções ocorridas a nível do ambiente socioeconómico e financeiro da União.

Além disso, os estudos de referência sobre a situação da inclusão financeira, devem ser lançados no primeiro trimestre de 2023. Esses estudos deverão permitir melhor conhecimento do mercado e estabelecer a situação de referência da União nesta matéria, através da realização de inquéritos nacionais sobre a procura e oferta de serviços financeiros formais e informais.

3.3.5.2 - Apoio aos Estados na digitalização de pagamentos

O Instituto de Emissões prosseguiu com suas ações a favor da promoção da digitalização dos pagamentos públicos, com apoio aos Tesouros públicos nacionais, visando a sua conexão com a plataforma regional de pagamento eletrónico do GIM- UEMOA e a emissão da moeda eletrónica.

A título de lembrete, no âmbito da digitalização dos recebimentos e pagamentos dos Estados, o projeto de conexão dos Tesouros Públicos à plataforma do GIM-UEMOA e de emissão de moeda eletrónica, recebeu o parecer favorável das Autoridades do BCEAO em novembro de 2019⁴. A emissão de cartões pré-pagos deve, no entanto, limitar-se aos beneficiários de transferências do Estado (funcionários, bolsheiros, pensionistas, etc.)

Assim, o Banco Central apresentou aos representantes dos Estados-Membros da União, o quadro de emissão de moeda eletrónica e procedeu à elaboração de um Guia para facilitar a constituição dos dossiês de emissão de moeda eletrónica por esses atores.

Por outro lado, o Banco Central prosseguiu com os trabalhos de revisão dos textos que regem as condições e modalidades de exercício das actividades dos emitentes de moeda eletrónica nos Estados-membros da UEMOA, tendo em vista a integração das finanças públicas nacionais no âmbito de aplicação. A este respeito, foi criado um quadro específico de supervisão da atividade de emissão de moeda eletrónica pelo Tesouro Público.

Por último, na perspetiva da sua conexão à plataforma monetária, os Tesouros públicos prosseguiram com ações relacionadas ao cumprimento dos requisitos administrativos, técnicos e regulamentares.

Nesta base, o Tesouro Público da Côte d'Ivoire recebeu, em outubro de 2022, o parecer favorável do BCEAO para a emissão de moeda eletrónica através do produto «*TresorPay*». A nível dos outros países, estão em curso diligências para a introdução dos processos de pedido de autorização para a emissão de moeda eletrónica e a conexão à plataforma de pagamento eletrónico.

⁴ O parecer favorável dirigido aos Estados da União foi emitido com base nos termos dos artigos 42º e 131º do Regulamento n.º 15/2002/CM/UEMOA, de 19 de setembro de 2002, relativo aos sistemas de pagamento nos Estados-Membros da UEMOA.

3.3.5.3 - Reforço do setor do microfinança

O Banco Central continuou o diagnóstico de instituições de microfinança em dificuldades, com vista à sua reestruturação ou recuperação. Assim, uma missão foi realizada na Guiné-Bissau em 2022, elevando o número de instituições diagnosticadas de 40 para 46.

Além disso, as sessões de formação organizadas em 2021 para os gestores dos SFD da UEMOA sobre a melhoria da governação, bem como dos sistemas de conformidade, monitorização financeira e elaboração de relatórios, foram alargadas a outros funcionários dos SFD em 2022.

3.3.5.4 - Implementação do projeto de interoperabilidade de serviços financeiros digitais na UEMOA

O projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA foi marcado, durante o ano de 2022, pela publicação do dossiê das especificações funcionais, o início dos trabalhos de desenvolvimento e a realização do "protótipo" ou (*Proof Of Concept*), permitindo tratar uma transferência de ponta a ponta e a organização de encontros específicos com os atores. Como lembrete, a nova infraestrutura deve permitir pagamentos instantâneos entre diferentes tipos de contas (bancárias e não bancárias), independentemente da instituição, instrumentos e canais de pagamento utilizados.

Em termos de perspectivas, estão previstos para 2023 a finalização dos trabalhos de desenvolvimento da solução interoperável, a organização da fase-piloto e a produção dos novos serviços, o lançamento da campanha de comunicação bem como a criação do quadro regulamentar.

3.3.5.5 - Participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira

No âmbito da sua participação nas atividades da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), o Instituto de Emissão participou ativamente nas reflexões realizadas no âmbito dos diferentes grupos de trabalho da AFI criados sobre os seguintes temas: (1) serviços financeiros digitais, (2) políticas de inclusão financeira em África, (3) empoderamento dos consumidores e condução dos mercados, (4) estratégias nacionais de inclusão financeira, (5) aplicação proporcional das normas internacionais, (6) financiamento das PME, (7) dados de inclusão financeira e (8) finanças verde inclusivo.

Além disso, o Instituto de Emissão recebeu formação em (i) identificação digital e e-KYC, (ii) integridade financeira inclusiva, (iii) dados de inclusão financeira (iv) inclusão financeira de pessoas deslocadas por força maior, (v) políticas de inclusivas de género e (vi) finanças verdes inclusivas.

3.3.6 - PROMOÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA FINANCEIRA (FINTECH) NA UEMOA

No âmbito do acompanhamento das *FinTech*, as principais ações empreendidas pelo BCEAO dizem respeito à identificação dessas estruturas, à operacionalização do Gabinete de Conhecimento e Seguimento das *FinTechs* da UEMOA (GCSF-UEMOA) e os trabalhos preparatórios para a criação de um quadro regulamentar.

O recenseamento das *FinTech* permitiu identificar mais de cento e oitenta (180) estruturas no final de dezembro de 2022. Graças às novas tecnologias e às suas características intrínsecas, em particular a agilidade, flexibilidade e criatividade, as *FinTechs* posicionam-se simultaneamente em várias áreas de intervenção do sistema financeiro. Mais de 75% concentram as suas actividades no setor dos pagamentos e propõem ofertas inovadoras e disruptivas que permitem repensar o modelo de negócios tradicional do setor financeiro, alterar profundamente o modo de distribuição dos produtos e serviços bancários e atingir, de forma rápida e perene, uma massa crítica de pessoas.

Além disso, o GCSF-UEMOA fez contato com noventa e seis (96) promotores de projetos *FinTech* durante o período em análise, para pedidos de informações ou entrevistas, essencialmente sobre as condições e modalidades de exercício da actividade de pagamento e oferta de crédito, a emissão de moeda eletrónica e moedas virtuais na UEMOA. Estes intercâmbios incidiram igualmente sobre a disponibilização de plataformas financeiras digitais, interoperabilidade e exercício da actividade bancária. Ajudaram a identificar os desafios que os promotores de projetos *FinTech* enfrentam, incluindo (i) a ausência de um quadro legal aplicável às *FinTech*, principalmente aqueles que operam no setor de pagamentos, (ii) a desintermediação e exercício de actividades bancárias ou financeiras sem autorização e nem supervisão; (iii) o aumento da cibercriminalidade, fraude, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT); (iv) a interconexão com os sistemas de pagamento existentes, (v) a concorrência com os intervenientes financeiros e os operadores de telefonia móvel, (vi) o acesso ao financiamento e (vii) a tarifação excessiva dos serviços financeiros.

Em matéria de perspectiva regulamentar para o acompanhamento das *FinTech*, o Banco Central deu início a projetos de envergadura com o objetivo de tirar partido das vantagens decorrentes dessas inovações, reforçando simultaneamente a inclusão e estabilidade financeira na União. Estes projetos incluem:

- a revisão da Instrução n°008-05-2015 que rege o exercício das actividades dos emissores de moeda eletrónica na UMOA, a fim de ter em conta os novos serviços e produtos induzidos pelo advento das *FinTech* no setor;
- a atualização do quadro jurídico das infraestruturas, dos meios e serviços de pagamento da UEMOA. Este projeto deverá permitir responder aos desafios ligados, nomeadamente, à (i) emergência de intervenientes não bancários envolvidos numa oferta de novos serviços de pagamento baseada nas novas tecnologias, (ii) a implementação de projetos de interconexão dos sistemas de pagamento a nível regional e continental e (iii) a eficiência e segurança dos meios e serviços de pagamento modernos, garantias de manutenção da confiança do público e de uma utilização efetiva dos referidos instrumentos;
- a elaboração de um projeto de lei sobre o financiamento participativo de empréstimo ou de *crowdfunding* que permita, nomeadamente, às PME/PMI e particulares diversificar as suas fontes de financiamento;
- a finalização do quadro jurídico que regula os serviços de pagamento na UMOA;

- a criação, no âmbito do BCEAO, de um *Regulatory Sandbox* ou Laboratório de Inovação Financeira (LIF-BCEAO), a fim de permitir aos promotores de projetos inovadores testar os seus produtos ou serviços num quadro seguro, supervisionado pelo Banco Central.

CAIXA 1: DIGITALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS SFD DA UEMOA

O BCEAO elaborou e publicou um Guia para a digitalização das operações financeiras dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) na UEMOA.

Este Guia foi concebido para apoiar estas instituições no processo de transformação digital das suas operações com os clientes, nomeadamente através do desenvolvimento ou aquisição de soluções digitais seguras e acessíveis.

A sua elaboração inscreve-se na iniciativa de acompanhamento dos SFD, prevista pelos eixos 2 e 3 da Estratégia Regional de Inclusão Financeira na UEMOA. Estes últimos incidem, por um lado, sobre o saneamento e reforço do setor da microfinança e, por outro lado, na promoção de inovações favoráveis à inclusão financeira das populações.

A abordagem de digitalização proposta neste documento articula-se em torno de três modelos, a saber: (i) a utilização do telemóvel e de diversos aparelhos tecnológicos para efetuar as operações financeiras, (ii) desenvolvimento de parcerias com prestadores de serviços informáticos, *FinTech* ou instituições de moeda eletrónica e (iii) emissão de moeda eletrónica pelas próprias instituições de microfinança.

O Guia vem apoiar os esforços já empreendidos pelo BCEAO a favor dos SFD, através da promoção do seu acesso ao sistema de pagamento regional e do reforço das capacidades dos seus dirigentes.

IV - GESTÃO DOS NUMERÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO, RESERVAS CAMBIAIS

4.1 - GESTÃO DOS NUMERÁRIOS	53
4.1.1 - Levantamentos e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO	53
4.1.2 - Composição da circulação fiduciária	53
4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA	55
4.2.1 - Sistemas regionais de pagamento	55
4.2.2 - Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para maior inclusão financeira	60
4.2.2.1- <i>Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA</i>	60
4.2.2.2 - <i>Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de Pagamento regionais da UEMOA</i>	61
4.2.2.3 - <i>Acesso das Companhias de Gestão e Intermediação (SGI) ao STAL-UEMOA</i>	61
4.3 - RESERVAS CAMBIAIS	61

4.1 - GESTÃO DOS NUMERÁRIOS

Durante o ano de 2022, os levantamentos de numerários nos balcões do Banco Central atingiram 25.639,8 mil milhões de FCFA (3.695,5 milhões de unidades de notas e moedas) superiores aos pagamentos recebidos que se situaram em 24.618,1 mil milhões de FCFA (3.366,2 milhões de unidades de notas e moedas). A circulação de moeda fiduciária, resultando destas evoluções, estabeleceu-se em 11.427,9 mil milhões de FCFA, um aumento de 9,8%.

4.1.1 - LEVANTAMENTOS E PAGAMENTOS NOS BALCÕES DAS AGÊNCIAS DO BCEAO

Os movimentos (levantamentos e pagamentos) nos balcões do Banco Central atingiram 50.257,9 mil milhões de FCFA de notas e moedas em 2022 contra 45.641,6 mil milhões de FCFA no ano anterior.

Os levantamentos de notas durante o período em análise situaram-se em 25.624,1 mil milhões de FCFA, em comparação com 23.400,6 mil milhões de FCFA em 2021, ou seja, um aumento em valor de 9,5%. Os levantamentos mais importantes em valor foram registados na Côte d'Ivoire (32,3%), no Senegal (19,8%) e no Burkina Faso (15,4%).

O valor dos saques das moedas nos balcões caiu 0,6%, de 15,8 mil milhões de FCFA em 2021 (276,6 milhões de unidades) para 15,7 mil milhões de FCFA no ano precedente (236,3 milhões de unidades).

Os depósitos de notas nos balcões do Banco Central atingiram 24.615,7 mil milhões de FCFA (3.354,4 milhões de unidades) em 2022 contra 22.223,3 mil milhões de FCFA (3.240,2 milhões de unidades) em 2021, ou seja, um aumento de 10,8%. As entradas mais importantes em valor foram observadas na Côte d'Ivoire (30,6%), no Senegal (19,0%) e no Burkina Faso (16,8%).

As entradas de moedas nos balcões atingiram 2,5 mil milhões de FCFA em 2022 (11,8 milhões de unidades) contra 1,9 mil milhões de FCFA (8,5 milhões de unidades) em 2021, ou seja, um aumento em valor de 23,7%.

4.1.2 - COMPOSIÇÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

Em finais de dezembro de 2022, a circulação fiduciária estabeleceu-se em 11.427,9 mil milhões de FCFA contra 10.406,7 mil milhões de FCFA no ano anterior, ou seja, uma subida de 1.021,2 mil milhões de FCFA.

As notas de maior valor representavam 92,2 % do valor das notas em circulação, em comparação com 91,6 % em 2021. Comparadas em 2021, as partes relativas das notas e moedas válidas em circulação permaneceram praticamente estáveis em 98,0% e 2,0%, respectivamente.

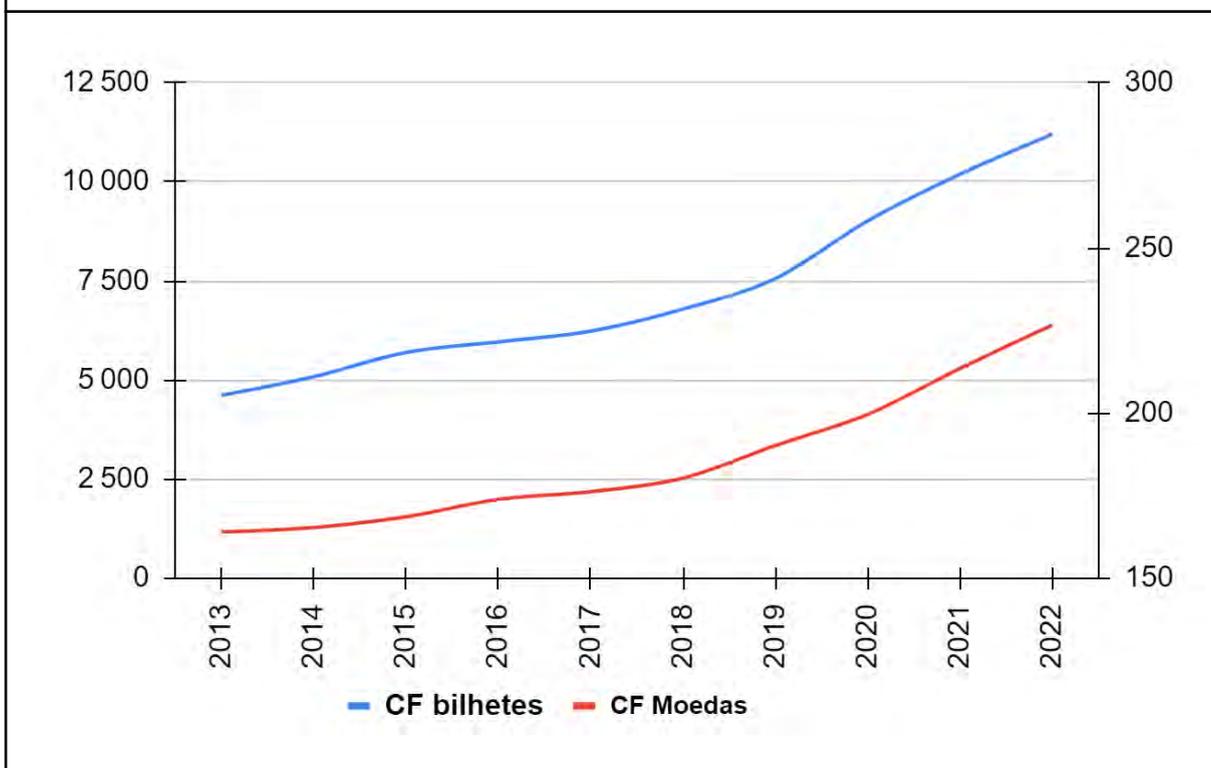
CAIXA 2: MECANISMO DE COBERTURA DAS NECESSIDADES DA CLIENTELA EM NUMERÁRIOS DE BAIXA DENOMINAÇÃO

A fim de assegurar uma melhor distribuição da oferta de numerários de baixa denominação no seio das economias da União Monetária da África Ocidental, o BCEAO criou um dispositivo de acompanhamento da satisfação das necessidades da clientela em numerários.

Durante o ano de 2022, o Instituto de Emissão prosseguiu, pelo quarto ano consecutivo, os esforços para aumentar a disponibilidade de símbolos monetários de baixa valor, com vista a aumentar a fluidez das transações dos agentes económicos, mantendo os elevados volumes destas notas em circulação.

Assim, o dispositivo de cobertura dos pedidos da clientela em numerários permitiu assegurar, graças a uma política voluntarista, a satisfação em 73,0% das necessidades em notas de pequenas denominações e 93,8% das moedas, num contexto marcado por aumento do custo das matérias primas utilizados no processo de produção dos numerários.

Gráfico 15: EVOLUÇÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA DE 2013 A 2022 (MIL MILHÕES DE FCFA)



Fonte: BCEAO.

4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA

Em 31 de dezembro de 2022, o funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA foi marcado por uma tendência ascendente dos principais indicadores de atividade.

STAL-UEMOA	SICA-UEMOA
<p>146 participantes (2022) 145 participantes (2021)</p> <p>146 participantes do Sistema de Transferência Automatizada e Liquidação na UEMOA (STAR-UEMOA) no final de Dezembro de 2022 contra 145 no ano anterior.</p> <p>Números de operações: 1,6 milhão Valor das operações: 842.363 mil milhões de FCFA</p> <p>Comércio inter-países: - Números de operações : 467.406 - Valor das transações : 77.807 mil milhões de FCFA</p>	<p>148 participantes (2022) 145 participantes (2021)</p> <p>148 participantes no Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA (SICA-UEMOA) no final de Dezembro de 2022 contra 145 em 2021.</p> <p>Números de operações: 27,2 milhões Valor das operações: 71.267 mil milhões de FCFA</p> <p>Números de operações por instrumento de pagamento (em milhões): - Cheque : 8 - Transferência : 18,83 - Letra de câmbio : 0,13 - Nota Promissória : 0,004 - Débitos : 0,19</p> <p>Valor das operações por instrumento de pagamento (em mil milhões de FCFA): - Cheque : 52.257 - Transferência : 12.734 - Letra de câmbio : 4.031 - Livrança : 195 - Levantamentos : 2.050</p> <p>Trocas inter-países: - Números operações : 0,3 milhão - Valor das operações : 1,4 mil milhão</p>

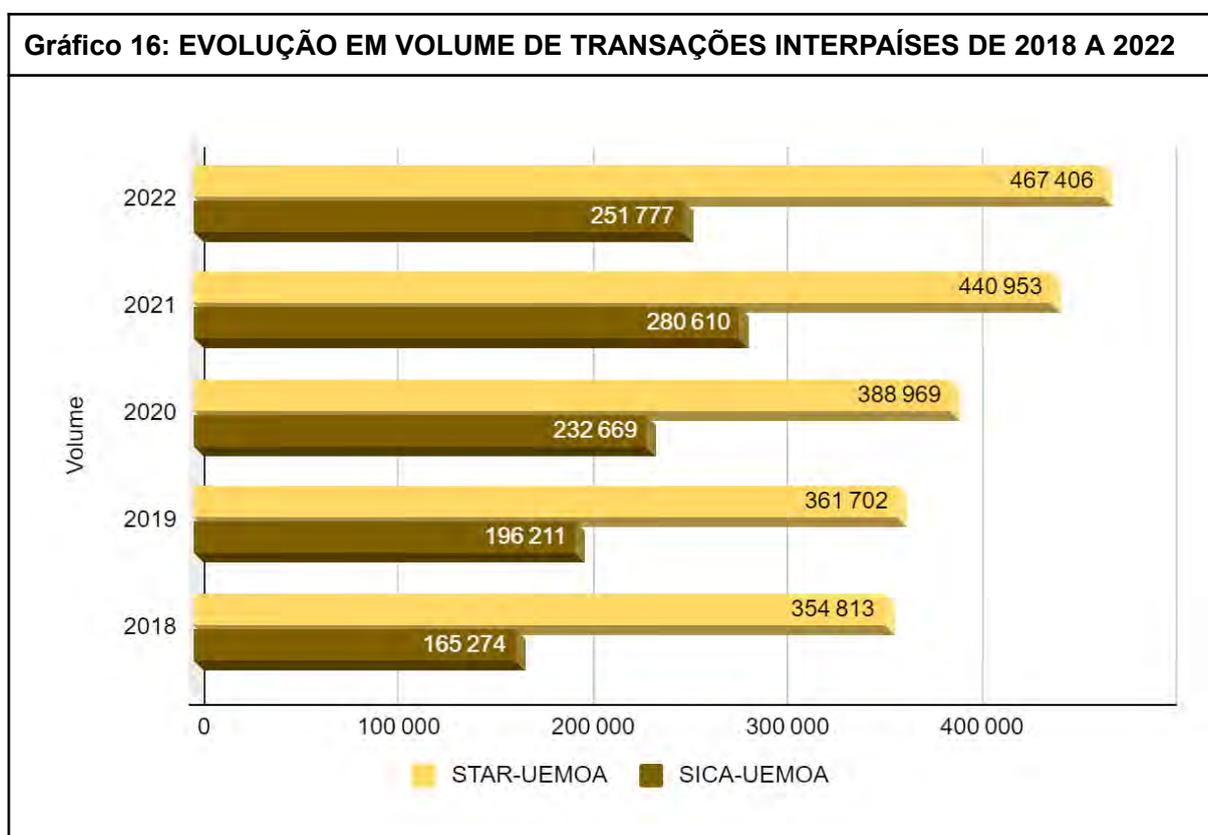
4.2.1 - SISTEMAS REGIONAIS DE PAGAMENTO

O Sistema de Transferência Automatizada e Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) conta, no final de dezembro de 2022, com 146 participantes, contra 145 em 2021.

O número de transações liquidadas no STAR-UEMOA passou de 1.487.361 (677.342 mil milhões de FCFA) em 2021 para 1.637.468 (842.363 mil milhões de FCFA) em 2022, um aumento de 10,1% e 24,36% respectivamente em volume e em valor em relação ao ano anterior.

O Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA (SICA-UEMOA) conta com 148 participantes no final de dezembro de 2022, contra 145 em 2021, entre os quais os bancos, o BCEAO e os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina, da Côte d'Ivoire, da Guiné-Bissau, do Mali, do Níger e do Senegal.

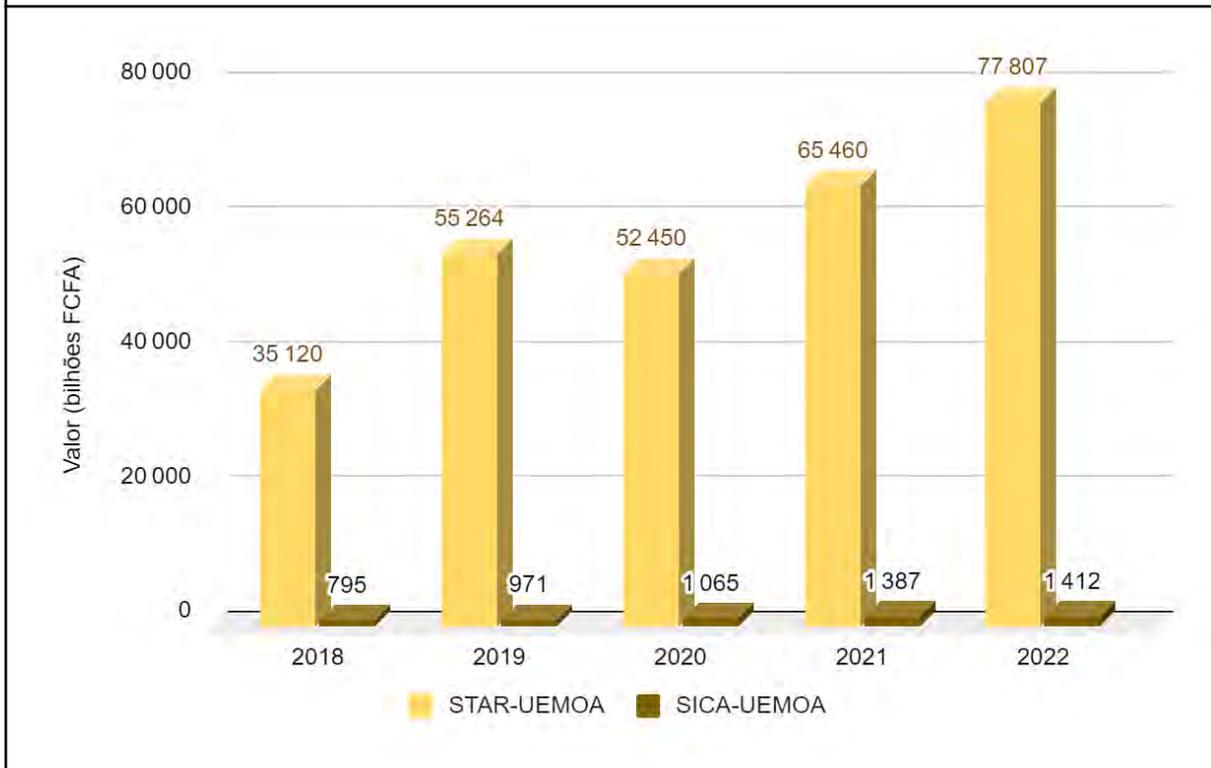
Durante o período em análise, o volume das transações foi de 27.171.381 operações, num montante total de 71.267 mil milhões de FCFA. Em relação ao ano 2021, a atividade de SICA-UEMOA foi marcada por um aumento de 6,59% em volume e 11,26% em valor de pagamentos compensados. Com efeito, o volume e valor das operações em 2021 foram, respectivamente, de 25.491.043 e 64.057 mil milhões de FCFA.



Fonte: BCEAO.

O comércio inter-países no seio da UEMOA estabeleceu-se em 2022 em 77.807 mil milhões de FCFA contra 65.460 mil milhões de FCFA em 2021, resultando em 9,0% do valor total das operações processadas no STAR-UEMOA. Em comparação com o ano anterior, em que o valor das transações inter-países representava 10,0% do montante global das operações, nota-se a manutenção da parte das transações inter-países. Esta situação confirma o impacto positivo da recuperação da atividade económica sub-regional, após a contração da propagação do coronavírus a partir de 2021.

Gráfico 17: EVOLUÇÃO EM VALOR DE TRANSAÇÕES INTERPAÍSES DE 2018 A 2022



Fonte: BCEAO.

A título da repartição dos instrumentos de pagamento tratados no sistema de telecompensação, em 2022, a parte relativa ao volume das transferências elevou-se a 69,32%, um aumento de 10,0% em relação ao ano anterior. O uso do cheque afeta 29,5% do volume de transações e mantém globalmente o seu nível de 2021. No entanto, em valor, as transações por cheque representam 73,33% das transações em 2022, um aumento de 10,0% em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2022, a preferência dos utentes pela transferência, confirmou-se paralelamente à estabilização do uso do cheque em relação ao ano anterior.

Os levantamentos aumentaram de 0,6% em 2021 para 0,7% em 2022. Em termos de valor, foram de 2,9% contra 2,7% no ano anterior. A utilização dos levantamentos continua a aumentar. Com isso, confirma-se o interesse crescente dos agentes económicos por este instrumento, nomeadamente o Tesouro Público Nacional no âmbito da cobrança das receitas fiscais.

Em relação aos efeitos do comércio (letra de câmbio e nota promissória), uma queda de 15,6% em volume e um aumento de 12,9% em valor são verificados entre 2021 e 2022. Esta evolução traduz a utilização destes instrumentos de pagamento para transações de grandes montantes.

Durante o ano de 2022, o BCEAO realizou ações para reforçar a segurança, modernização e o impacto inclusivo dos sistemas, meios e serviços de pagamento da UEMOA.

Segurança e modernização dos sistemas e serviços de pagamento

No que respeita à segurança dos sistemas de pagamento, prosseguiram-se as ações de sensibilização destinadas a respeitar os requisitos e regras mínimas de segurança aplicáveis às plataformas de conexão dos participantes. Durante o ano de 2023, os participantes serão convidados a comunicar a autoavaliação do grau de segurança da sua conexão às Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF) geridas pelo Banco Central.

No mesmo sentido, as actividades de vigilância foram marcadas, durante o ano de 2022, pela sensibilização de todos os participantes nas IMF sobre os casos de fraude e de ciberataques detectados.

Por outro lado, foram reforçados a supervisão das IMF sistemicamente importantes não geridas pelo BCEAO, ou seja, o sistema monetária interbancário operado pelo GIM-A UEMOA e o sistema de liquidação/entrega de títulos da Bolsa Regional de Valores Mobiliários denominado Depositário Central/Banco de Liquidação (DC/BL).

Neste último ponto, os trabalhos iniciados incidem sobre:

- **a operacionalização da monitorização da infraestrutura gerida pelo GIM-UEMOA, que consistirá em: (i) a análise da volumetria das transações processadas e dos riscos inerentes ao sistema interbancário regional de monetária; e (ii) avaliação da conformidade da infra-estrutura com os Princípios para as Infraestruturas do Mercado Financeiro do Banco de Liquidações Internacionais (BLI);**
- **um atelier com a AMF-UMOA e o DC/BR sobre o funcionamento do sistema de liquidação de valores mobiliários e a regulamentação e supervisão do mercado financeiro regional.**

O Banco Central procedeu durante o ano de 2022, ao balanço da implementação da Política de modernização dos sistemas de liquidação da UEMOA que abrange o período de 2013-2022. Este balanço revela a concretização da visão no horizonte de 2022 do Banco Central, com uma taxa de realização de 90,0% do plano de ações estratégicas.

Recorda-se que a Política Geral 2013-2022 tinha como objetivo «**Dotar a UEMOA de sistemas de liquidação seguros, eficientes e acessíveis com base em critérios transparentes e colocar à disposição dos agentes económicos, meios de liquidação modernos e de baixos custos**».

Assim, no período 2013-2022, foi melhorado, a título da segurança técnica e financeira dos sistemas de pagamento, o dispositivo de prevenção de incidentes. A segurança financeira do SICA-UEMOA, também foi reforçada com a criação de um Fundo de Garantia para a liquidação dos saldos de compensação.

Uma taxa de satisfação dos participantes na telecompensação e no RTGS superior a 90,0% estabelecida na sequência de um inquérito, o aumento substancial da volumetria das transações processadas, bem como a redução dos custos de manutenção da ordem de 38,0% para o SICA-UEMOA e 9,0% para STAR-UEMOA, atestam a consolidação da eficiência dos referidos sistemas ao longo da década.

O acesso aos sistemas de pagamento foi alargado segundo modalidades diferenciadas ao Tesouro Público Nacional (TPN), ao Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO e a outras instituições financeiras não bancárias, como o Fundo de Garantia de Depósitos e de Resolução na UMOA, bem como várias sociedades de gestão e de intermediação e sistemas financeiros descentralizados.

O desenvolvimento da monetária interbancária e dos serviços de pagamento com moeda eletrónica tem contribuído para a modernização dos meios de pagamento utilizados na sub-região.

Com base no balanço efetuado e na perspetiva da formulação de uma nova política geral, um diagnóstico das IMF, dos meios e dos serviços de pagamento pôs em evidência numerosas forças relacionadas com (i) a resiliência do quadro jurídico em vigor, (ii) a conformidade dos sistemas de pagamento com os Princípios para as Infraestruturas do Mercado Financeiro (PIMF), (iii) o desenvolvimento de instrumentos de pagamento inovadores e (iv) o impacto inclusivo da infraestrutura regional de pagamentos, relacionada com a importância da contribuição da moeda eletrónica para a taxa global de inclusão financeira.

Foram igualmente identificadas insuficiências relacionadas com (i) a obsolescência da regulamentação dos pagamentos num contexto de emergência de novas actividades e de novos atores, (ii) a forte dependência do Banco Central em relação aos fornecedores de sistemas de pagamento e mais amplamente de tecnologias, assim como (iii) a inexistência de um dispositivo permanente de estudos e investigação no domínio dos pagamentos.

Para além do diagnóstico de pontos fortes e fracos, a análise do ambiente pôs em evidência as profundas mutações do ecossistema dos pagamentos, em particular (i) a chegada de novos atores não detentores de contas, neste caso, as empresas de tecnologia financeira (*FinTech*), (ii) a implementação de vários projetos de integração de sistemas de pagamento e liquidação a nível regional e continental, (iii) e a proliferação de novas tecnologias benéficas para a eficiência das IMF (rapidez, redução de custos, etc.).

Em 2023, o Banco Central procederá à formulação de uma nova política geral das IMF, dos meios e serviços de pagamento para o período 2023-2027, tendo em conta o balanço e as conclusões do diagnóstico realizado em 2022.

Por outro lado, as problemáticas emergentes associadas às evoluções ocorridas, devem doravante ser consideradas, em particular (i) a fraca aceitação dos pagamentos, (ii) a desmultiplicação das plataformas interoperáveis públicas e privadas no seio da UEMOA, (iii) o aumento do cibercrime e (iv) o desenvolvimento de criptoativos.

Em resposta ao crescimento dos criptoativos e à semelhança da maioria dos bancos centrais, o BCEAO realizou estudos prévios sobre (i) os desafios e oportunidades da emissão de MDBC na UMOA; (ii) a utilização das tecnologias de registo distribuídas pelos bancos centrais; e (iii) as oportunidades e desafios colocados pelo recurso a uma MDBC de grande dimensão para o reforço da eficiência e segurança das infraestruturas regionais de pagamento. Neste contexto, foram organizados ateliers de troca de experiências com o Banco de França sobre os seus conhecimentos em matéria de emissão de MDBC, as suas actividades de vigilância das inovações financeiras em França e na União Europeia.

Para as próximas etapas, prevê-se que em 2023 sejam identificados os casos de utilização e impactos da emissão de uma MDBC de retalho sobre a inclusão e estabilidade financeira, bem como a política monetária, antes de uma experimentação prevista para 2024.

4.2.2 - CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE PAGAMENTO PARA MAIOR INCLUSÃO FINANCEIRA

As ações do Banco Central que visam os aspectos da inclusão financeira relativos aos pagamentos, incidiram sobre o acompanhamento dos Tesouros Públicos Nacionais, os Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) e as Sociedades de Gestão e de Intermediação (SGI) nos processos de melhoria dos seus circuitos de pagamento.

Recorde-se que estas iniciativas do Banco Central se inscrevem na sua visão de reforçar a automatização dos circuitos de pagamento dos Tesouros Públicos Nacionais e a sua autonomia operacional.

4.2.2.1- Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA

Em 2022, o número de Tesouros Públicos Nacionais conectados à Telecompensação e Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real manteve-se a seu nível de 2021, ou seja, em sete (7) para cada um dos referidos sistemas.

O ano de 2023 deverá marcar (i) a obtenção de uma taxa de conexão de 100% dos Tesouros Nacionais aos sistemas acima referidos, tendo em conta o estado de adiantamento dos trabalhos iniciados pelas estruturas ainda não conectadas, bem como (ii) da implantação da solução encontrada à oferecer aos TPN uma visão global de todos os seus ativos nos livros do BCEAO.

Além disso, no quadro da assistência dos Estados à digitalização dos pagamentos públicos, os Tesouros Públicos Nacionais da União foram autorizados a oferecer serviços de pagamento apoiados pela monética limitada aos beneficiários de transferências do Estado, bem como às estruturas e indivíduos com obrigações fiscais.

Neste contexto, foi elaborado um quadro específico de fiscalização dos serviços de pagamento garantidos por monética (SPAME) ofertados pelas Finanças Públicas Nacionais. Visa dois (2) objetivos principais: (i) a eficiência dos serviços de pagamento oferecidos pelos TNP e (ii) o controlo dos riscos conexos, tais como a emissão de moeda eletrónica a descoberto e a integridade dos fundos dos promotores. O mecanismo específico de vigilância articula-se em torno de um acompanhamento com base em documentos e de transações, a fim de facilitar a implementação das recomendações e o tratamento dos desvios de conformidades que possam ser detectadas.

Em benefício destas disposições, o Tesouro Público da Côte d'Ivoire lançou durante o ano de 2022, o seu projeto de emissão de moeda eletrónica «Trésor Money» (também denominado «*TMoney*»).

4.2.2.2 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de Pagamento regionais da UEMOA

No âmbito do Projeto de Apoio à Promoção do Acesso dos SFD ao Sistema de Pagamento Regional da UEMOA, o BCEAO prestou apoio técnico aos SFD para a sua conexão através dos bancos parceiros à SICA-UEMOA e a melhoria dos seus sistemas de informação, através da criação de um Centro de Processamento Informático (CPI) partilhado na Côte d'Ivoire e no Níger.

Os trabalhos realizados permitiram a entrada em produção na SICA-UEMOA de um (1) SFD durante o ano de 2022. Assim, no final de dezembro de 2022, sete (7) SFD estão conectados ao SICA-UEMOA através de bancos parceiros.

Avanços significativos ligados à validação da arquitetura funcional e técnica dos Centros, à criação das instâncias de pilotagem, incluindo as Estruturas Ministeriais de Acompanhamento, os SFD e as suas Associações Profissionais, bem como a criação das entidades jurídicas dos Centros. Esses Centros visam dotar os SFD de uma infraestrutura técnica eficiente e segura, apoiando a automatização das suas operações, a produção de relatórios em conformidade com a regulamentação, bem como a sua conexão aos sistemas de pagamento da UEMOA.

O ano 2023 será dedicado à continuação da assistência aos SFD com vista à sua conexão aos sistemas de pagamento da UEMOA e implementação efetiva de CTI com a aquisição dos equipamentos e recrutamentos.

4.2.2.3 - Acesso das Companhias de Gestão e Intermediação (SGI) ao STAL-UEMOA

O acompanhamento dos SGI para a sua participação no dispositivo que permite a liquidação de suas operações no mercado dos títulos públicos emitidos por concurso, a partir das contas de liquidação dos bancos parceiros, prosseguiu em 2022, com a configuração adicional de dois (2) SGI, elevando para catorze (14) o número total de SGI configurados. No entanto, observa-se que apenas dois (2) dos catorze (14) SGI configurados participam ativamente no dispositivo implementado.

As ações destinadas a facilitar a conexão efetiva dos SGI configurados no dispositivo serão reforçadas em 2023.

4.3 - RESERVAS CAMBIAIS

No ano de 2022, a gestão das reservas cambiais do BCEAO foi conduzida num contexto financeiro extremamente volátil, associada à subida das taxas de juro e aumento dos pagamentos externos através do Banco Central, em consequência do aumento do custo das importações da União. Esta situação exigiu ações destinadas a consolidar o nível dos ativos de reserva e otimizar os produtos resultantes da sua gestão.

Neste contexto, o BCEAO prosseguiu a política de investimento dos seus ativos em divisas, no estrito respeito dos princípios e práticas comumente aceites para a gestão das reservas cambiais oficiais, em especial as Diretivas do FMI sobre a matéria. A este respeito, os ativos de reserva foram objeto de investimento em ativos monetários e obrigacionistas, tendo em conta os seus critérios de liquidez e segurança.

CAIXA 3: REPATRIAMENTO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO

As exportações de mercadorias fora UEMOA foram avaliadas em 16.578 mil milhões de FCFA para o ano 2022, um aumento de 1.769 mil milhões (+12,0%) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os repatriamentos de divisas referentes às vendas externas de mercadorias, registaram igualmente um aumento de 10.401 mil milhões em 2021 para 11.419 mil milhões no período em análise (+1.018 mil milhões ou +10,0%). Em relação às exportações, a taxa de repatriamento foi de 69,0% no ano de 2022, em comparação com 70,0% no ano anterior.

No essencial, a descida da taxa de repatriamento resulta do desempenho negativo das instituições de crédito. Com efeito, a taxa de transferência para o Banco Central dos recursos recebidos pelos bancos da União foi de 85,0% durante o ano 2022, contra 87,0% no mesmo período do ano anterior. Todavia, a obrigação regulamentar a cargo dos bancos de repatriar pelo menos 80% das receitas cobradas, foi respeitada em média em todos os países da União, com exceção do Togo.

Quanto aos operadores económicos, a taxa de encaixe manteve-se inalterada em 81,0%.

O montante das receitas de exportação que não foram objeto de transferência para o Banco Central, foi de 3.213 mil milhões (19,0% das exportações) contra 2.828 mil milhões registados no ano anterior (19,0% das vendas externas). A remanescente sobra de repatriamento imputável aos operadores económicos, ascendeu a 3.088 mil milhões (2.810 mil milhões em 2021) e a dívida das instituições de crédito a 125 mil milhões (19 mil milhões em 2021).

No total, a taxa de repatriamento das receitas de exportação diminuiu em 2022, em comparação com o ano anterior. Esta situação resulta essencialmente de uma diminuição do produto das receitas concedido pelos bancos ao BCEAO, num contexto em que a taxa de cobrança pelos operadores económicos do produto das vendas externas se manteve inalterada.

V - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.1 - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	64
5.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA	64
5.1.2 - Conselho de Ministros da União	66
5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO	71
5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO	78
5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO	80
5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	82
5.2.1 - Governança e Estrutura Operacional do BCEAO	82
5.2.2 - Gestão dos Recursos Humanos	85
5.2.2.1 - <i>Recursos Humanos</i>	85
5.2.2.2 - <i>Formação, Investigação e Parcerias</i>	86
5.2.3 - Património Imobiliário	92
5.2.4 - Sistemas de Informação	92
5.2.5 - Dispositivo de Gestão dos Riscos e Atividades de Controlo	93
5.2.6 - Dispositivo de Controlo de Gestão	95
5.2.7 - Sistema de Gestão da Qualidade do BCEAO	96
5.2.8 - Sistema de Informação Contábil	96

5.1 - ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício de 2022, os Órgãos da União realizaram as suas sessões, em conformidade com as disposições do Tratado da União Monetária Oeste Africana de 20 de janeiro de 2007 e dos Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

5.1.1 - CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, durante o ano de 2022, duas sessões extraordinárias, respectivamente, em 9 de janeiro de 2022, por videoconferência, sob a Presidência de Sua Excelência o seu Presidente estatutário e, em 4 de junho de 2022, em Acra, no Gana. Igualmente, realizou uma sessão ordinária em 5 de dezembro de 2022, em Abidjan, na Côte d'Ivoire, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, Presidente da República da Côte d'Ivoire.

Durante a sessão de 9 de janeiro de 2022, a Conferência abordou a situação política no Mali.

Tomou nota do relatório sobre a evolução da situação política do Mali apresentado pelo Presidente da Comissão da CEDEAO.

A Conferência constatou a ausência de progressos no processo de restauração de uma ordem constitucional e democrática normal no Mali.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram endossar as sanções impostas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO nas suas sessões extraordinárias de 12 de setembro de 2021 e 7 de novembro de 2021.

Os Chefes de Estado e de Governo impuseram sanções adicionais, incluindo sanções económicas e financeiras.

A Conferência permaneceu solidária com as sanções que seriam impostas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO na sua Cimeira extraordinária de 9 de janeiro de 2022.

Por outro lado, a Conferência suspendeu o Mali dos Órgãos e Instituições da UEMOA.

Além disso, suspendeu as contribuições financeiras a favor do Mali pelas Instituições de financiamento da UEMOA.

A Conferência instruiu as Instituições Comunitárias para a aplicação imediata das referidas sanções.

Estas sanções serão reexaminadas quando for elaborado um cronograma credível para a organização das eleições presidenciais e legislativas conjuntamente com os parceiros e validado por todos.

Na sessão de 4 de junho de 2022, analisando a situação da segurança da sub-região, os Chefes de Estado e de Governo condenaram os ataques terroristas perpetrados em alguns Estados-Membros. Reiteraram a sua solidariedade para com estes países irmãos e expressaram as suas condolências às famílias das vítimas civis e militares.

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo debruçou-se sobre a situação no Mali e Burkina Faso.

Abordando a situação de segurança, económica e financeira no Burkina Faso e no Mali, a Conferência tomou nota das apresentações feitas pelas duas delegações desses países irmãos. A Conferência compartilhou as preocupações e recomendações da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO.

No âmbito da governação dos Órgãos e Instituições da União, a Conferência saudou a nomeação do antigo Governador do BCEAO, Tiémoko Meyliet KONE, na qualidade de Vice-Presidente da República da Côte d'Ivoire.

Os Chefes de Estado e de Governo felicitaram Tiémoko Meyliet KONE pelas reformas realizadas à frente do Banco Central, nomeadamente a do FCFA, e pelos notáveis resultados obtidos que contribuíram para a estabilidade económica e monetária da União.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram, por unanimidade, nomear Jean-Claude Kassi BROU, como Governador do BCEAO a partir de 4 de julho de 2022, e endereçaram-lhe vivas felicitações e votos de pleno sucesso.

Na sessão de 5 de dezembro de 2022, a Conferência analisou a situação de segurança na sub-região. Condenou veementemente os ataques terroristas em alguns Estados-Membros. Reiterou a sua solidariedade e sua compaixão para com estes países irmãos, bem como para com as populações afetadas. Reafirmou a sua determinação em estancar a progressão do terrorismo na União.

Tendo em conta o abrandamento da economia mundial, em ligação com as consequências negativas da guerra na Ucrânia, a Conferência saudou os esforços consideráveis dos Estados para enfrentar o encarecimento dos custos dos produtos alimentares e energéticos, para preservar o poder de compra das populações.

No que se refere ao processo de integração financeira, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo saudou as medidas tomadas pelo Banco Central para assegurar o financiamento do setor privado e das ações de relançamento económico dos Estados da União. Convidou o BCEAO a continuar as suas ações visando o controle da inflação.

A Conferência registou com satisfação as medidas tomadas pelo BCEAO para reforçar a eficácia do dispositivo de apoio ao financiamento das PME/PMI nos Estados membros da UEMOA. A Comissão incentivou as diferentes partes interessadas neste dispositivo a envolverem-se mais, tendo em vista a sua plena operacionalização.

Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota dos trabalhos conduzidos pelo Banco Central no âmbito da atualização do Programa de Avaliação do Setor Financeiro da UEMOA. Os Estados-Membros encorajaram as Instituições da União a implementar as recomendações decorrentes desses trabalhos, a fim de dotar a União de um setor financeiro mais robusto e resiliente.

A Conferência encorajou o Banco Central a prosseguir as diligências destinadas a melhorar a inclusão financeira das populações, bem como a consolidar a segurança e modernização dos sistemas e meios de pagamento da União.

Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota das ações empreendidas pelo BCEAO, com vista ao saneamento do setor da microfinança e modernização das atividades dos Sistemas Financeiros Descentralizados. Encorajaram o Banco Central a prosseguir com os esforços permitindo maior eficácia na contribuição para a inclusão financeira na União.

A Conferência congratulou-se com o desenvolvimento do Programa Regional de Educação Financeira pelo Banco Central. Exortou-a a consolidar as suas iniciativas no âmbito do acompanhamento dos Estados na digitalização dos seus pagamentos, bem como a criação de um mecanismo de conhecimento e acompanhamento das *FinTech*.

A título do reforço do processo de integração económica, a Conferência apreciou os esforços da Comissão da UEMOA no impulso e seguimento das reformas comunitárias.

A Conferência registou, por outro lado, com satisfação, os progressos registados na implementação dos trabalhos conduzidos pelos Chefes de Estado, através dos Comitês de Alto Nível relativos à paz e segurança, energia, segurança alimentar e nutricional, bem como o financiamento das economias. Dirigiu as suas vivas felicitações aos Chefes de Estado, Presidentes dos referidos Comitês, pela sua liderança.

Congratulou-se com as reformas estruturais iniciadas pela Comissão, nomeadamente nos domínios-chave da energia, da economia digital, da agricultura, do ambiente e do apoio ao setor privado.

Congratulou-se, assim, com a adoção pelo Conselho de Ministros de textos importantes relativos à Estratégia de Desenvolvimento dos Pólos Energéticos (SDPE), Estratégia de enquadramento dos parceiros público-privado, bem como no domínio do ambiente marinho e costeiro.

Congratulou-se igualmente com a elaboração pela Comissão do Programa Regional de Desenvolvimento da Economia Digital (PRDEN) e com a criação do Sistema de Informação Agrícola Regional (SIAR).

A Conferência saudou a aprovação, pela sétima reunião ministerial sobre a segurança no espaço UEMOA, do projeto de Informatização e Interconexão dos Postos de Polícia Fronteiriços, sob os auspícios da Comissão da UEMOA.

Além disso, incentivou a Comissão da UEMOA a acelerar a operacionalização do Mecanismo de Alerta precoce da União, em sinergia com a Comissão da CEDEAO.

No âmbito da Revisão Anual de Reformas Políticas, Programas e Projetos Comunitários, a Conferência observou com interesse os resultados da sétima edição, que indicam uma taxa média de implementação das reformas comunitárias de 77,5% em 2021 contra 76,0% em 2020, um aumento de 1,5 pontos percentuais. A Comissão incentivou a conclusão dos trabalhos em curso sobre a oitava edição de 2022.

No âmbito da governação dos Órgãos e Instituições da União, a Conferência registou com satisfação a adoção pela Comissão da UEMOA do Quadro de Ações Prioritárias (CAP 2025) e a prossecução da execução do Plano Estratégico 2021-2025 denominado "Plano DJOLIBA" do BOAD, tendo em vista a realização sustentável dos objetivos de integração e desenvolvimento.

A Conferência designou, por unanimidade, Sua Excelência Mohamed BAZOUM, Presidente da República do Níger, como novo Presidente em exercício da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UEMOA.

A Conferência expressou a sua satisfação ao Presidente da Comissão da União Económica e Monetária da África Ocidental, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental e ao Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, ao Presidente da Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária da África Ocidental, bem como ao pessoal de todos os Órgãos e Instituições da União, pelos resultados obtidos na execução dos programas e projetos comunitários.

5.1.2 - CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO

Durante o exercício de 2022, a composição do Conselho de Ministros da União registou as seguintes mudanças:

A título do Burkina Faso, Aboubakar NACANABO, Ministro da Economia, das Finanças e da Prospectiva, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 25 de outubro de 2022, em substituição de Seglaro Abel SOME.

Para a República da Guiné-Bissau, Ilidio VIERA TE, Ministro das Finanças, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 4 de julho de 2022, em substituição de João Alage Mamadu FADIA.

Para a República do Senegal, Mamadou Moustapha BA, Ministro das Finanças e do Orçamento, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 17 de setembro de 2022, em substituição de Abdoulaye Daouda DIALLO.

Oulimata SARR, Ministra da Economia, do Plano e da Cooperação, foi nomeada membro do Conselho, a partir de 27 de setembro de 2022, em substituição de Amadou HOTT.

Durante o ano de 2022, o Conselho de Ministros realizou quatro (4) sessões ordinárias, em 18 de março na Agência Principal do Banco Central em Lomé, em 24 de junho, 29 de setembro e 19 de dezembro de 2022 na Sede do BCEAO, bem como duas (2) sessões extraordinárias, em 2 e 30 de dezembro de 2022, por videoconferência, sob a presidência de Sani YAYA, Ministro da Economia e das Finanças da República Togolesa, seu Presidente estatutário.

Em sua sessão ordinária de 18 de março de 2022, examinando a conjuntura económica na UEMOA, os Ministros congratularam-se com a atividade económica mais forte em 2021, após a forte desaceleração em 2020, devido à pandemia da Covid-19. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, é estimada em 5,5% para o ano de 2021 após registar 1,8% em 2020, sob o efeito da implementação de medidas de recuperação económica pelos Estados-Membros, bem como da manutenção de uma política monetária acomodatória pelo BCEAO.

Os Ministros assinalaram o agravamento das pressões inflacionistas na União no quarto trimestre de 2021 e nos primeiros meses de 2022, à semelhança das outras regiões do mundo. O nível geral de preços aumentou 5,0% no quarto trimestre de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, após um aumento de 3,8% no trimestre anterior. Este aumento dos preços deve-se essencialmente à diminuição da produção agrícola local, ao encarecimento dos produtos alimentares importados e às dificuldades de abastecimento dos mercados, induzidas pelas crises sanitárias e de segurança em alguns países. Para todo o ano de 2021, a taxa de inflação subiu para 3,6%, após 2,1% em 2020.

O Conselho de Ministros também observou que o déficit público global, base engagements, incluindo donativos, foi de 5,9% do PIB em 2021, em comparação com 5,6% em 2020. Esta situação reflete a aceleração dos investimentos públicos no âmbito dos planos de recuperação implementados pelos Estados-Membros a fim de levar o crescimento económico da União ao seu nível anterior à crise sanitária da Covid-19.

O Conselho sublinhou que as perspectivas económicas da União continuam globalmente favoráveis, com uma taxa de crescimento prevista de 6,1% em 2022 e de 7,9% em 2023. O Conselho Europeu salientou que a União enfrenta, no entanto, riscos ligados ao contexto de segurança, ao aumento dos preços dos produtos petrolíferos e alimentares importados pelos Estados-Membros, bem como ao impacto das tensões geopolíticas no mundo. Neste contexto, o Conselho exortou os Estados-Membros a acelerarem as reformas a fim de mobilizar mais recursos fiscais, assegurar a eficiência das despesas públicas e favorecer uma melhor programação na gestão orçamental. Os ministros insistiram na necessidade de tomar as medidas adequadas para reforçar as capacidades locais de produção e melhorar a disponibilidade nos mercados dos produtos de primeira necessidade.

O Conselho congratulou-se com as medidas de apoio tomadas pelo BCEAO e com a atual orientação da política monetária, que deverão contribuir para reforçar a recuperação económica nos países da União durante o ano de 2022.

Além disso, os Ministros aprovaram as contas do BCEAO relativas ao exercício de 2021 e procederam à afetação do resultado financeiro.

Além disso, o Conselho de Ministros foi informado das principais conclusões e recomendações do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PESF) da UMOA, liderado conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022.

O Conselho congratulou-se com os progressos significativos realizados e aprovou as pistas de melhoria identificadas com vista à consolidação da resiliência do setor financeiro da União.

O Conselho de Ministros procedeu à primeira renovação do mandato de alguns membros do Coletivo de Supervisão e nomeação de um novo membro, por um período de três (3) anos, de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2025, em conformidade com os termos dos artigos 4 e 8 do Anexo à Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA.

As sessões ordinárias de 24 de junho e 29 de setembro de 2022 foram consagradas à análise dos pontos inscritos pela Comissão da União Económica e Monetária Oeste Africana e pelo Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros.

A sessão extraordinária de 2 de dezembro de 2022 permitiu que os membros do Conselho decidissem sobre o anteprojeto da agenda e processos a serem submetidos à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de 5 de dezembro de 2022.

Na sua sessão ordinária de 19 de dezembro de 2022, analisando a evolução recente das economias da União, os Ministros congratularam-se com a continuação da retoma da actividade económica no terceiro trimestre de 2022, com um aumento de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) real, em termos homólogos, o mesmo nível do trimestre anterior. Esta evolução deveu-se ao aumento do valor acrescentado de todos os setores de produção, apoiado pelo fortalecimento da procura interna.

O Conselho observou que as perspectivas económicas da União continuam a ser favoráveis, apesar da persistência de certos fatores de risco, cuja materialização poderia ter um impacto negativo no desempenho da União. Globalmente, a taxa de crescimento deverá ser de 5,7% em 2022, após 6,1% em 2021, impulsionada pela importância dos investimentos públicos, num contexto de realização de vários projetos de envergadura, nomeadamente nos setores do petróleo e do gás. Para os anos 2023 e 2024, o crescimento situar-se-ia respectivamente em 6,6% e 6,8%, em ligação com o reforço da atividade no conjunto dos setores, nomeadamente nos setores terciário e secundário.

Os ministros assinalaram a persistência das pressões inflacionistas na zona. O aumento dos preços no trimestre de 2022 atingiu um nível de 8,4%, após 7,0% no trimestre anterior. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares de grande consumo e dos transportes, na sequência do ajustamento dos preços dos produtos petrolíferos na bomba pelos países da União, após o aumento dos preços mundiais do petróleo. A inflação deverá registar uma dinâmica descendente de 7,5% em 2022 para 5,6% em 2023 e 2,9% em 2024. Esta evolução seria marcada pelo prosseguimento da normalização da política monetária iniciada em junho de 2022, pela melhoria da produção alimentar para a campanha 2022/2023 e pela diminuição dos preços mundiais das matérias-primas, nomeadamente energéticas e alimentares.

Examinando a situação orçamental da União, o Conselho de Ministros sublinhou o aumento do défice público, que passou de 5,4% do PIB em 2021 para 5,9% em 2022, em ligação com as medidas tomadas para lutar contra a inflação, bem como para fazer face ao desafio de segurança e às necessidades crescentes de infraestruturas para consolidar as bases do crescimento. Neste contexto, o Conselho exortou os Estados-Membros a prosseguirem as reformas, a fim de mobilizar mais recursos fiscais, assegurar a eficiência das despesas públicas e favorecer uma melhor programação na gestão orçamental. Os ministros insistiram na necessidade de tomar as medidas adequadas para reforçar as capacidades locais de produção e melhorar a disponibilidade nos mercados locais dos produtos de primeira necessidade.

Além disso, os ministros, aprovaram o Projeto de Decisão que altera o Dispositivo prudencial aplicável às instituições de crédito e companhias financeiras, bem como os Projetos de Decisão que designam os representantes dos Estados no Conselho de Administração do Fundo de

Garantia de Depósitos e Resolução na UMOA. No entanto, acordaram em examinar, no prazo de um ano, uma avaliação da implementação do quadro prudencial adotado.

Por outro lado, os Ministros procederam igualmente à designação de um novo Presidente do Conselho de Ministros, em aplicação do artigo 11º do Tratado da UMOA.

O Conselho de Ministros emitiu igualmente o parecer favorável e o seu apoio à aplicação das medidas relativas ao repatriamento das receitas de exportação para a UEMOA e consolidação das reservas cambiais, bem como para a prossecução da execução do programa da moeda única da CEDEAO.

Para o BOAD

Depois de aprovar os pontos inscritos para o BOAD na ordem do dia, os Ministros adotaram as atas das sessões ordinárias do Conselho de Ministros da UMOA realizadas em 18 de março de 2022 em Lomé e 30 de setembro de 2022 em Dakar.

Para a Comissão da UEMOA

O Conselho de Ministros analisou o orçamento dos Órgãos da União para o exercício de 2023, que se eleva a 146,1 mil milhões de FCFA em receitas e despesas, em comparação com as previsões revistas de 123,8 mil milhões de FCFA em 2022, ou seja, um aumento de 22,3 mil milhões de FCFA.

Este aumento será essencialmente consagrado à prossecução da execução do Quadro de Ações Prioritárias (CAP 2025) e abundância das reservas dos fundos estruturais (FAIR, FRDA e FRS).

O orçamento da União consagra igualmente um aumento das intervenções aos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de apoios financeiros.

Assim, o Conselho adotou o Regulamento relativo ao orçamento dos Órgãos da União, para o exercício de 2023 e as Decisões subsequentes.

Examinando o relatório semestral de execução da supervisão multilateral de dezembro de 2022, o Conselho de Ministros regista a consolidação dos resultados económicos dos Estados-Membros em 2022, apesar da persistência de pressões inflacionistas em quase todos os Estados-Membros. O Conselho encoraja-os a prosseguir os esforços para conter a subida dos preços, nomeadamente os dos produtos alimentares.

O Conselho congratula-se com as perspectivas económicas a médio prazo da União, que permanecem globalmente bem orientadas, com uma melhoria dos principais indicadores macroeconómicos. No entanto, está preocupado com os fatores de risco que os rodeiam, nomeadamente as repercussões da crise russo-ucraniana, o abrandamento do crescimento mundial, o agravamento das condições monetárias a nível internacional, bem como a persistência da crise de segurança na zona do Sahel.

A fim de assegurar a viabilidade da União e reforçar a resiliência das economias da União, o Conselho salienta que é imperativo preservar as condições de um clima sociopolítico pacífico em todos os Estados-Membros e continuar os esforços para mobilizar recursos internos e externos.

Por conseguinte, o Conselho adotou a Recomendação relativa às Perspectivas Económicas e Financeiras dos Estados-Membros da União a título do período 2023-2027.

Para a Autoridade dos Mercados Financeiros

O Conselho de Ministros da União aprovou o orçamento da Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária Oeste Africana para o exercício de 2023.

Adotou o projeto de Decisão que altera a Decisão N°CM/13/12/2011 que fixa as tarifas do Conselho Regional.

O Conselho adotou igualmente uma declaração relativa à governação da AMF-UMOAO.

A sessão extraordinária de 30 de dezembro de 2022 permitiu aos membros do Conselho deliberar sobre o projeto de aumento de capital do BOAD e a subsequente alteração de seus Estatutos.

5.1.3 - COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Durante o exercício 2022, o Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro (04) reuniões ordinárias: em 2 de março, por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, sob a presidência de Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, seu Presidente estatutário; em 1 de junho de 2022, por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, sob a presidência de Mamadou DIOP, Vice-Governador do Banco Central, interino do Governador; em 14 de setembro e 9 de dezembro de 2022, na Sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência de Jean-Claude Kassi BROU, Governador do Banco Central, o seu novo Presidente estatutário.

Durante a sua sessão ordinária de 2 de março de 2022, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os fatores de riscos que podem afetar as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

Relativamente à conjuntura internacional, o Comité observou que a retoma da atividade económica mundial prosseguiu no quarto trimestre de 2021, não obstante a persistência das restrições à oferta e o surgimento da variante Omicron do coronavírus. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2021 a economia global deverá recuperar 5,9%, após uma contração de 3,1% em 2020. Espera-se que cresça 4,4% em 2022 e 3,8% em 2023. Estas perspectivas estão sujeitas a riscos negativos relacionados com o surgimento de novas variantes do coronavírus, a persistência de perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais, a subida dos preços dos produtos de base, bem como ao agravamento das tensões geopolíticas.

Nos mercados internacionais de matérias-primas, os preços dos produtos energéticos continuaram a aumentar no último trimestre de 2021, em resultado do fortalecimento contínuo da procura mundial. Assim, os preços do petróleo aumentaram 9,3%, em variação trimestral, após

um aumento de 6,9% no trimestre anterior, assim como os dos produtos não energéticos que recuperaram, após uma ligeira queda no terceiro trimestre de 2021. Além disso, os preços mundiais dos alimentos de base aumentaram 20,6%, no último trimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. No que se refere especificamente aos produtos alimentares de base importados pelos países da União, registaram um aumento global de 22,2% no quarto trimestre. Esta evolução traduz essencialmente a subida dos preços internacionais do trigo de 29,8%, do açúcar de 21,9% e do arroz de 11,9%.

Neste contexto de preços mais elevados dos produtos de base, as pressões inflacionistas aumentaram em todas as regiões do mundo nos últimos tempos.

Analisando a conjuntura económica na UEMOA, o Comitê observou um fortalecimento da atividade económica no quarto trimestre de 2021, com um crescimento anual de 5,1%, após 5,8% no trimestre anterior. Esta evolução deve-se ao bom comportamento da procura interna. Para todo o ano 2021, o PIB da União, em termos reais, deverá aumentar 5,5%, após um crescimento de 1,8% em 2020, em conexão com a implementação de projetos de recuperação económica pelos Estados membros, bem como a manutenção de uma política monetária acomodante pelo BCEAO.

Para o ano 2022, as previsões apontam para um crescimento económico de 6,1% para a União. O Comitê de Política Monetária registou, no entanto, que estas perspectivas continuam a ser frágeis e sujeitas a riscos negativos, em ligação com fortes incertezas relativas à evolução da crise sanitária, ao ambiente de segurança na União, à orientação dos preços do petróleo e ao impacto das tensões geopolíticas no mundo.

A implementação das operações financeiras dos Estados-Membros da UEMOA para 2021 mostra uma deterioração do défice orçamental em relação a 2020, induzida pela implementação pelos países dos planos de recuperação económica. O défice global, base engajamentos, incluindo donativos, situou-se em 5,9% do PIB contra 5,6% no ano anterior.

No mercado monetário, a flexibilização das taxas de juro continuou no quarto trimestre de 2021, em consonância com a manutenção de uma política monetária acomodante. O Banco Central assegura a cobertura de todas as necessidades de liquidez expressas pelos bancos nos seus balcões com sua taxa mínima de 2,0%. No mercado interbancário, a taxa de juro média ponderada, com todas as maturidades, registou uma ligeira descida, situando-se em 2,51% no quarto trimestre de 2021 contra 2,60% no trimestre anterior. A taxa de juro devedora média, excluindo impostos e encargos, aplicada pelos bancos aos seus clientes atingiu 6,22% no quarto trimestre de 2021, estável em relação ao trimestre anterior.

A massa monetária cresceu a uma taxa homóloga de 16,3% no final de dezembro de 2021, refletindo a evolução das suas contrapartes. Assim, os créditos sobre a economia aumentaram, em ritmo anual, 11,3% no final de dezembro de 2021. Os ativos externos líquidos das instituições monetárias da União também aumentaram 609,1 mil milhões de FCFA no final de 2021. As reservas cambiais da União consolidaram-se em 2.308,7 mil milhões de FCFA, situando-se em 14.039,9 mil milhões no final de dezembro de 2021. Correspondem a uma taxa de cobertura da emissão monetária de 79,3% e asseguram à União 6,0 meses de importações de bens e serviços.

O Comité de Política Monetária observou o aumento das tensões inflacionárias na União. O nível geral de preços cresceu, em uma base anual, 5,0% no quarto trimestre de 2021, contra um aumento de 3,8% no trimestre anterior. Esta evolução dos preços deve-se essencialmente à diminuição da produção alimentar local, ao encarecimento dos produtos alimentares importados e às dificuldades do aprovisionamento dos mercados induzidas pelas crises sanitárias e de segurança em alguns países.

De acordo com as previsões, os preços no consumidor deverão desacelerar progressivamente, situando-se no horizonte de oito trimestres no objetivo de 1% a 3%. Esta tendência seria marcada pela moderação da evolução dos preços dos produtos alimentares e do petróleo em relação a 2021, pelo aumento previsto da produção alimentar para a próxima campanha agrícola 2022/2023 e pela continuação da desaceleração do custo do frete.

No entanto, a balança de riscos em torno destas perspectivas de inflação é elevada, devido às incertezas relacionadas com a evolução da inflação a nível mundial, o efeito da insegurança no produto e o impacto das tensões geopolíticas.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a orientação da política monetária. Assim, a taxa de juro mínima de submissão às operações de injeção de liquidez permanece em 2.00% e a taxa de juro do guichet marginal em 4.00%, níveis em vigor desde 24 de junho de 2020. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0% desde 16 de março de 2017.

Nos próximos meses, o Comité de Política Monetária do BCEAO continuará a prestar especial atenção à dinâmica da inflação e tomará as medidas necessárias para assegurar a estabilidade de preços.

Durante a sua sessão ordinária de 1º de junho de 2022, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional, bem como os fatores de riscos que podem afetar as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

A título da conjuntura internacional, o Comité observou que a recuperação da atividade económica mundial enfrenta, desde o início de 2022, uma nova degradação da situação sanitária, principalmente nas regiões da Ásia e do Pacífico, e as consequências do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. De acordo com as projeções publicadas pelo Fundo Monetário Internacional em abril de 2022, espera-se que a recuperação da atividade económica global continue, mas a um ritmo menor, com um crescimento esperado de 3,6% em 2022 e 2023. No entanto, o prolongamento das tensões geopolíticas, as restrições das condições monetárias internacionais e o abrandamento do crescimento da economia chinesa induzido pela sua estratégia «zero Covid-19» poderiam pesar negativamente sobre estas perspectivas.

Nos mercados de matérias-primas, o aumento dos preços dos produtos energéticos acelerou no primeiro trimestre de 2022, devido a perturbações no aprovisionamento e diminuição da produção. Do mesmo modo, os preços dos produtos não energéticos aumentaram, impulsionados pelo aumento dos preços dos produtos alimentares.

Neste contexto, as taxas de inflação atingiram níveis recorde, tanto nas economias avançadas como nas economias emergentes e em desenvolvimento, fazendo com que quase todos os bancos centrais iniciassem ou acelerassem o aumento das suas taxas de juro diretoras.

Analisando a conjuntura económica na UEMOA, o Comitê observou a retoma da atividade económica no primeiro trimestre de 2022, com um crescimento do PIB real, em taxa anual, de 5,6%, após 5,7% no trimestre anterior. As previsões apontam para um aumento do PIB da União em 2022 e 2023 de 5,9% e 7,2%, respectivamente. O Comitê de Política Monetária registou, no entanto, que a retoma continua frágil e sujeita a riscos essencialmente negativos, em ligação com a evolução da situação de segurança e sociopolítica na sub-região, a persistência de tensões geopolíticas e o agravamento das condições de financiamento a nível internacional.

A execução das operações financeiras dos Estados-Membros da UEMOA, durante o primeiro trimestre de 2022, revela uma ligeira melhoria do défice orçamental em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre de 2022, o défice global, base engagements, incluindo donativos, situou-se em 979,2 mil milhões de FCFA, contra 1.059,5 mil milhões de FCFA no ano anterior.

As condições monetárias mantiveram-se favoráveis no primeiro trimestre de 2022, em consonância com a manutenção da orientação acomodante da política monetária do BCEAO. Os pedidos de refinanciamento dos bancos da União, foram integralmente atendidos com taxa mínima de 2,00%. O Banco Central renovou também, para o ano de 2022, as suas iniciativas lançadas em 2021 com vista a refinar, à sua taxa de juro mínima, os Títulos de Estímulo (TdE) e os Bons de Apoio e Resiliência (VAR) emitidos pelos Estados no mercado financeiro regional, com vista ao financiamento dos seus planos de recuperação.

O stock dos créditos à economia aumentou anualmente 13,0% no final de março de 2022. Em contrapartida, os ativos externos líquidos das instituições monetárias da União contraíram em 1.876,2 mil milhões de FCFA num ano, em ligação essencialmente com o aumento da fatura energética e o aumento dos aprovisionamentos em produtos alimentares. Refletindo esta evolução, a massa monetária aumentou, em termos homólogos, 11,9% no final de março de 2022. Os ativos de reserva oficiais situaram-se em 13.501,9 mil milhões na mesma data, o que corresponde a uma taxa de cobertura da emissão monetária de 79,9% contra 79,3% no trimestre anterior. Estas reservas asseguram à União 5,2 meses de importações de bens e serviços, contra 5,5 meses no trimestre anterior.

O Comitê de Política Monetária observou o aumento das tensões inflacionárias na União. O nível geral de preços cresceu, em uma base anual, de 6,4% no primeiro trimestre de 2022, contra 5,0% no trimestre anterior. Esta aceleração deve-se essencialmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares e encarecimento dos combustíveis sólidos e líquidos.

Desde o segundo trimestre de 2021, a taxa de inflação na União situou-se acima de 3,0%. Embora a inflação deva permanecer elevada a curto prazo, prevê-se que os preços no consumidor desacelerem gradualmente em consonância com o aumento previsto da produção alimentar na campanha de 2022/2023 e com o impacto das medidas orçamentais tomadas pelos Estados para contrariar a recente subida da inflação. A taxa de inflação na União é projetada em média para 6,2% em 2022 e 3,2% em 2023, contra 3,6% em 2021.

O Comité de Política Monetária sublinhou que a persistência do desvio da inflação em relação ao objetivo faz pesar os riscos sobre a ancoragem das expectativas de inflação na União. Embora considere oportuno manter uma política monetária acomodante, o Comité decidiu aumentar em 25 pontos base as taxas de juro diretoras do BCEAO, a fim de favorecer o regresso progressivo da inflação ao objetivo, condição indispensável para um crescimento económico saudável e inclusivo. Assim, a taxa mínima de juro para concursos de injeção de liquidez passa de 2,00% para 2,25% e a taxa de juro do guichê marginal de 4,00% para 4,25% a partir de 16 de junho de 2022. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 14 de setembro de 2022, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional bem como os fatores de riscos que podem afetar as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

A título da conjuntura internacional, o Comité registou um nítido abrandamento da atividade económica mundial durante o segundo trimestre de 2022. De acordo com as últimas projeções do FMI, publicadas em julho de 2022, o crescimento económico mundial deverá situar-se em 3,2% em 2022 e em 2,9% em 2023, contra 3,6% previsto para abril de 2022 para os dois anos seguintes. Estas perspectivas estão sujeitas a fatores de risco globalmente depressivos, ligados essencialmente às consequências do conflito russo-ucraniano, ao agravamento das condições monetárias pelos bancos centrais e ao aparecimento de novas variantes do coronavírus mais contagiosas.

Nos mercados internacionais de matérias-primas, os preços dos produtos energéticos aumentaram significativamente no segundo trimestre de 2022, sob o efeito das perturbações das cadeias de abastecimento e das restrições na oferta induzidas pelo agravamento das tensões geopolíticas. Do mesmo modo, os preços dos produtos não energéticos aumentaram, impulsionados pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e fertilizantes.

Neste contexto, as pressões inflacionistas acentuaram-se, tanto nas economias avançadas como nas economias emergentes e em desenvolvimento, levando a quase totalidade dos bancos centrais a iniciar ou acelerar o aumento das suas taxas de juro diretoras.

Analisando a conjuntura económica na UEMOA, o Comité observou a prossecução da atividade económica no segundo trimestre de 2022, com um crescimento de 5,7% do PIB em volume, em um ano, após uma realização de 5,6% no trimestre anterior. Globalmente, o crescimento na União deverá aumentar para 5,8% em 2022 e 7,0% em 2023. O Comité de Política Monetária, no entanto, notou que esta recuperação permanece sujeita a riscos essencialmente negativos, em conexão com a evolução das situações de segurança e sociopolítica na sub-região, a persistência de tensões geopolíticas, a degradação das condições meteorológicas e o agravamento das condições de financiamento a nível internacional.

A execução das operações financeiras dos Estados-Membros da UEMOA, durante o primeiro trimestre de 2022, revela um aumento do défice orçamental em relação ao mesmo período do ano anterior. No final do primeiro trimestre de 2022, o défice global, base engagements, incluindo donativos, situou-se em 2.201,4 mil milhões de FCFA, contra 1.854,9 mil milhões de FCFA no ano anterior.

As condições monetárias mantiveram-se favoráveis no segundo trimestre de 2022. Os pedidos de refinanciamento dos bancos da União junto do Banco Central foram efetuados com taxa mínima de 2,00% até 15 de junho de 2022 e de 2,25% desde 16 de junho de 2022. A taxa de juro à qual os bancos emprestam dinheiro foi de 2,62% após 2,53% no trimestre anterior. Em particular, para os empréstimos de uma semana concedidos entre si, a taxa de juro subiu para 2,37% após 2,30% no trimestre anterior e 2,34% no ano anterior. A taxa de juro dos empréstimos concedidos pelos bancos aos seus clientes, fora imposto e encargos, situou-se em 6,35% no segundo trimestre de 2022, contra 6,27% no primeiro trimestre de 2022.

O stock de crédito à economia cresceu em termos homólogos 11,9% no final de junho de 2022. Em contrapartida, os ativos externos líquidos da União contraíram-se 2.135,5 mil milhões de FCFA, essencialmente em ligação com o aumento da fatura de importação dos produtos energéticos e alimentares. Esta evolução resultou num crescimento homólogo de 12,7% da massa monetária no final de junho de 2022. Na mesma data, as reservas cambiais situaram-se em 13.422,0 mil milhões de FCFA, correspondendo a uma taxa de cobertura da emissão monetária de 77,8% contra 79,9% no trimestre anterior. Estas reservas cambiais asseguram à União 5,1 meses de importações de bens e serviços, como no trimestre anterior.

O Comité de Política Monetária observou o aumento das tensões inflacionárias na União. O nível geral de preços cresceu 7,0% em termos homólogos no segundo trimestre, após 6,4% no primeiro trimestre de 2022. Em julho de 2022, aumentou 8,1%. Do mesmo modo, a inflação subjacente (excluindo os produtos e preços voláteis) permaneceu elevada em 4,6% no segundo trimestre de 2022, após 4,3% no trimestre anterior. Estas evoluções devem-se essencialmente à subida dos preços dos produtos alimentares, que atingiu 12,3% no segundo trimestre, após 11,9% no trimestre anterior. Resultam igualmente do encarecimento dos serviços de habitação e transportes, cujos preços aumentaram 4,7% e 3,9%, respectivamente.

As estimativas situam a taxa de inflação em 8,1% no terceiro trimestre de 2022, em ligação com as repercussões da subida dos preços a nível internacional e o impacto do período de escassez nos países do Sahel. Em contrapartida, espera-se uma diminuição das pressões sobre os preços a partir do último trimestre de 2022, em consequência do aumento previsto da produção da nova campanha agrícola e das medidas específicas tomadas pelos Estados para lutar contra o custo de vida elevado.

O Comité de Política Monetária sublinhou que a persistência do desvio da inflação em relação ao objetivo, compreendida entre 1% e 3%, faz pesar os riscos sobre a ancoragem das expectativas de inflação na União e poderia provocar efeitos de segunda ordem. O Comité decidiu, por conseguinte, aumentar em 25 pontos base as taxas de juro diretoras do BCEAO, a fim de favorecer o regresso progressivo da inflação à meta. Assim, a taxa de juro mínima de submissão para concursos de injeção de liquidez passou de 2,25% para 2,50% e a taxa de juro do guichê marginal de 4,25% para 4,50%. A presente decisão produz efeitos a partir de 16 de setembro de 2022. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Nos próximos meses, o Comité de Política Monetária do BCEAO permanecerá atento à dinâmica da inflação e, se necessário, tomará as medidas necessárias para assegurar a estabilidade dos preços, apoiando simultaneamente a continuação do crescimento económico.

Durante a sua sessão de 9 de dezembro de 2022, o Comité examinou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional, bem como os fatores de risco que possam afetar as perspectivas a médio prazo de inflação e crescimento económico na União.

A título da conjuntura internacional, o Comité registou a continuação do abrandamento da atividade económica mundial durante o terceiro trimestre de 2022. De acordo com as projeções publicadas pelo FMI em outubro de 2022, o crescimento económico global deverá desacelerar, de 6,1% em 2021 para 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023. Estas perspectivas estão sujeitas a fatores de risco globalmente negativos, ligados essencialmente às perturbações induzidas pela guerra na Ucrânia, à persistência de pressões inflacionistas, ao estreitamento das políticas monetárias das grandes economias e à crise energética mundial.

Nos mercados internacionais de matérias-primas, os preços desceram globalmente no terceiro trimestre de 2022, num contexto de abrandamento da atividade económica mundial.

Apesar do abrandamento dos preços das matérias-primas, as pressões inflacionistas persistiram na maioria das regiões do mundo. Nestas condições, vários bancos centrais, tanto nos países avançados como nos países emergentes e em desenvolvimento, acentuaram o rigor da sua política monetária, aumentando as suas taxas de juro diretoras.

Analisando a conjuntura económica na UEMOA, o Comité observou a manutenção do dinamismo da atividade económica no terceiro trimestre de 2022, com uma progressão de 5,7% do PIB ao longo de um ano, ou seja, a mesma taxa de crescimento registada no trimestre anterior. Globalmente, o crescimento na União deverá aumentar para 5,7% em 2022 e para 6,6% em 2023. O Comité de Política Monetária registou, no entanto, que estas perspectivas favoráveis da União estão sujeitas a riscos essencialmente negativos, em ligação com as incertezas sobre a conjuntura internacional, uma deterioração do clima de segurança na região, atraso na execução das infraestruturas para a exploração do petróleo e gás em alguns países, bem como más condições meteorológicas.

A execução das operações financeiras dos Estados-Membros da UEMOA durante os primeiros nove meses do ano de 2022 saldou-se, em relação ao mesmo período do ano anterior, por um aumento de 830,3 mil milhões de FCFA do défice, base engagements, incluindo donativos; que passou de 4,4% do PIB para 4,8%, devido a um aumento menor das receitas do que das despesas.

As condições monetárias na União foram marcadas, no terceiro trimestre de 2022, por um ligeiro aumento das taxas de juro, na sequência da transmissão dos efeitos dos aumentos das taxas de juro diretoras do BCE em junho e setembro de 2022. Os pedidos de refinanciamento dos bancos da União foram atendidos com taxa mínima de 2,50% desde setembro de 2022. A taxa de juro à qual os bancos emprestam dinheiro, independentemente da maturidade, foi de 2,97%, após 2,62% no trimestre anterior. Em particular, para os empréstimos de uma semana concedidos entre si, a taxa de juro situou-se em 2,80% após 2,37% no trimestre anterior e 2,36% no ano precedente. A taxa de juro dos empréstimos concedidos pelos bancos aos seus clientes, fora imposto e encargos, situou-se em 6,51% no terceiro trimestre de 2022, contra 6,35% no segundo trimestre de 2022.

O stock de crédito à economia em ritmo anual cresceu 16,5% no final de setembro de 2022. Em contrapartida, os ativos externos líquidos da União contraíram-se em 3.554,0 mil milhões de FCFA. Estas evoluções resultaram num crescimento homólogo da massa monetária de 12,4% no final de setembro de 2022. Na mesma data, as reservas cambiais desceram para 11.811,1 mil milhões de FCFA, o que corresponde a uma taxa de cobertura da emissão monetária de 67,9% contra 77,8% no trimestre anterior. Estas reservas cambiais asseguram à União 4,6 meses de importações de bens e serviços, contra 5,1 meses no trimestre anterior.

O Comité de Política Monetária observou o aumento das tensões inflacionárias na União. A taxa de inflação aumentou no terceiro trimestre de 2022 para 8,4%. Este aumento deve-se essencialmente à subida dos preços dos produtos alimentares de grande consumo e dos transportes, na sequência do ajustamento dos preços dos produtos petrolíferos na bomba pelos países da União após o aumento acentuado dos preços mundiais do petróleo. Do mesmo modo, a inflação subjacente, isto é, a excluindo os produtos e preços voláteis, situou-se em 5,4% no terceiro trimestre de 2022, após 4,6% no trimestre anterior. Esta evolução reflete sobretudo a difusão gradual da inflação, com um número crescente de bens e serviços registando um aumento significativo. A proporção de produtos que experimentaram aumentos significativos passou de 45,2% em junho de 2022 para 52,4% em setembro de 2022. Em outubro de 2022, a inflação fixou-se em 8,4%.

Prevê-se que a inflação permaneça a um nível elevado, superior a 3,0%, embora se situe numa orientação descendente a partir do quarto trimestre do ano. Esta desaceleração deve-se ao prosseguimento da normalização da política monetária iniciada em junho de 2022, à melhoria da produção alimentar para a campanha 2022/2023 e ao abrandamento dos preços mundiais das matérias-primas, nomeadamente produtos energéticos e alimentares.

No entanto, estas perspectivas de inflação são acompanhadas por riscos globais otimistas. Com efeito, o Comité de Política Monetária sublinhou que a aceleração da difusão da inflação a vários produtos e serviços reforça os riscos de redução das expectativas e exacerbação das pressões sobre os preços. Tendo em conta estes riscos e evolução recente do nível das reservas externas, o Comité decidiu aumentar em 25 pontos base as taxas de juro diretoras do BCEAO, a fim de consolidar as expectativas de inflação e preservar a estabilidade monetária. Assim, a taxa mínima de juro de submissão para concursos de injeção de liquidez passou de 2,50% para 2,75% e a taxa de juro do guichê marginal de 4,50% para 4,75%. A presente decisão produz efeitos a partir de 16 de dezembro de 2022. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Nos próximos meses, o Comité de Política Monetária do BCEAO tomará, se necessário, as medidas adequadas para assegurar a estabilidade monetária.

5.1.4 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Em 2022, a composição do Conselho de Administração do BCEAO registou as seguintes mudanças:

Para a República da Guiné-Bissau, o Sr. Carlos GOMES, Diretor-Geral do Tesouro, é nomeado representante da Guiné-Bissau no Conselho de Administração do BCEAO, a partir de 8 de agosto de 2022, em substituição do Sr. Mamadu BALDE.

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho realizou duas (02) sessões ordinárias, em 9 de março de 2022, por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, sob a presidência de Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário e, em 16 de dezembro de 2022, na Sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência de Jean-Claude Kassi BROU, Governador do Banco Central, o seu novo Presidente estatutário.

Na sua sessão ordinária de 9 de março de 2022, o Conselho analisou, nomeadamente, as demonstrações financeiras do BCEAO elaboradas em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e as regras específicas do BCEAO. Tomou igualmente conhecimento dos relatórios do Comissário Supervisor do Banco Central relativos ao exercício de 2021.

O Conselho foi informado das conclusões dos trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu em 7 de março de 2022, por videoconferência, a partir das instalações do Banco Central, nomeadamente para examinar as demonstrações financeiras e avaliar a qualidade do dispositivo de controlo interno.

No termo dos trabalhos, o Conselho de Administração aprovou as contas do BCEAO em 31 de dezembro de 2021, certificadas sem reservas pelo Comissário Supervisor. A esse respeito, o Conselho felicitou o Banco Central pelos resultados obtidos e decidiu apresentar as demonstrações financeiras assim submetidas para aprovação do Conselho de Ministros da União.

Além disso, o Conselho de Administração emitiu um parecer favorável para a execução do Plano Estratégico 2022-2024 do BCEAO.

Por último, os membros do Conselho foram informados da elaboração do Relatório Anual de Actividades do Comité de Auditoria para o exercício de 2021.

Na sua sessão ordinária de 16 de dezembro de 2022, o Conselho examinou, nomeadamente, o projeto de orçamento do BCEAO para o exercício de 2023, bem como a participação do Banco Central no aumento do capital do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD).

O Conselho deliberou sobre as Declarações de Conclusões das reuniões do Comité de Auditoria do BCEAO realizadas em julho e dezembro de 2022, bem como sobre o projeto do Regulamento Interno atualizado do Comité de Auditoria.

No final dos trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o orçamento do BCEAO para o exercício de 2023 e deu o seu consentimento à participação do Banco Central no aumento do capital do BOAD.

O Conselho também aprovou as Conclusões das reuniões do Comité de Auditoria do BCEAO realizadas em julho e dezembro de 2022. Além disso, o Conselho aprovou o projeto de Regulamento Interno atualizado do Comité de Auditoria.

5.1.5 - COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

O Comité de Auditoria da BCEAO realizou, em 31 de dezembro de 2022, três (03) reuniões ordinárias por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede da BCEAO, respectivamente em 7 de março, 22 de julho e 15 de dezembro de 2022, sob a presidência de Ekpaou ADJABO, o seu Presidente estatutário.

Na sua sessão de 7 de março de 2022, o Comité, depois de examinar as demonstrações financeiras elaboradas pelos Serviços do Banco Central e os relatórios de auditoria apresentados pelo Comissário Supervisor, observou com satisfação que, apesar da persistência dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre a actividade económica a nível mundial e regional, a produção do Banco Central gerou um resultado líquido excedentário de 55,315 mil milhões de FCFA.

O Comité de Auditoria tomou nota da opinião do Comissário Supervisor sobre as demonstrações financeiras, que se traduziu na sua certificação sem reservas das contas do BCEAO em 31 de dezembro de 2021. O Comissário responsável pela Supervisão indicou ainda que o dispositivo de controlo interno do Banco Central é satisfatório. No entanto, formulou recomendações com vista a sua consolidação.

O Comité de Auditoria felicita o Governador e o pessoal do Banco Central pelos resultados obtidos e recomenda que o Conselho de Administração delibere sobre as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, tal como lhe são submetidas. Além disso, foi informado sobre o estado de execução do plano de ação resultante da sua auto-avaliação realizada em 2019 e registou a implementação diligente das suas recomendações.

Tomou igualmente conhecimento dos processos informativos, nomeadamente a carta de afirmação do Comissário Supervisor, o relatório anual sobre as actividades de controlo do BCEAO, os resultados da avaliação do desempenho do Comissário Auditor e dos Auditores Nacionais no exercício de 2021, bem como o estado de implementação das recomendações formuladas pelas missões de auditoria interna e externa.

O Comité felicitou os Serviços do Banco Central e o Comissário Supervisor pela qualidade dos documentos produzidos e clareza das apresentações.

Na sua sessão de 22 de julho de 2022, o Comité registou com satisfação a boa execução do programa das missões de auditoria interna para o primeiro semestre de 2022 e felicitou o BCEAO pelos resultados obtidos na realização deste programa.

Além disso, procedeu à revisão do seu regulamento interno e propôs que o projeto alterado fosse submetido ao Conselho de Administração do BCEAO para aprovação.

Por outro lado, o Comité tomou conhecimento dos instrumentos relativos à preparação da autoavaliação do seu funcionamento, inspirados nos melhores padrões internacionais.

O Comité foi igualmente informado da organização e funcionamento dos dispositivos de Controlo das Operações da Direção do Orçamento e Aprovisionamentos, bem como da Direção dos Sistemas de Informação. Apreciou favoravelmente a relevância dos dispositivos em vigor, que

dão uma garantia razoável sobre o controlo dos riscos ligados aos sistemas de informação, bem como à gestão do orçamento e compras.

Por último, o Comité felicitou os Serviços do Banco Central pela qualidade dos documentos produzidos e pela clareza das apresentações.

Na sua sessão de 15 de dezembro de 2022, o Comité analisou o projeto de relatório da sua auto-avaliação a título do exercício de 2022, bem como as ações de melhoria identificadas com vista a reforçar o alinhamento do seu funcionamento com as normas internacionais.

Além disso, adotou o seu relatório anual de atividades relativo ao exercício de 2022 e tomou conhecimento do estado de implementação do plano de ação resultante da sua anterior autoavaliação, realizada em 2019.

O relatório final de autoavaliação do Comité e o relatório anual de atividades de 2022 serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração em sua sessão de março de 2023.

O Comité adotou igualmente o seu programa de trabalho para o ano de 2023, nomeadamente para a análise das demonstrações financeiras do BCEAO relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ao seguimento da execução do programa das missões de auditoria interna do ano 2023 e aprovação do plano de auditoria trienal 2024-2026. Além disso, foram confirmadas duas (2) sessões de formação no âmbito do reforço das capacidades dos seus membros.

Registou com satisfação a boa execução do programa das missões de auditoria interna do exercício de 2022 e aprovou o programa das missões de auditoria interna a título do ano de 2023, que abrange os principais domínios de atividade do Banco, tendo em conta os riscos emergentes, nomeadamente os ligados à cibercrime.

O Comité tomou ainda nota do estado de implementação das recomendações que formulou, bem como das missões de auditoria interna e externa.

Tomou conhecimento da carta de missão do Comissário Supervisor relativa ao exercício de 2022 e registou que a estratégia de auditoria e programa de intervenções propostas para a auditoria visando o controlo da conformidade com as disposições contratuais. Além disso, apreciou a apresentação do Comissário Supervisor sobre o fecho intercalar das contas em 31 de outubro de 2022, bem como sobre o controlo interno.

Por último, o Comité felicitou os Serviços do Banco Central pela qualidade dos documentos produzidos e pela clareza das apresentações.

Além disso, a fim de assegurar a memória institucional do Banco Central, os Atos provenientes dos diferentes órgãos do BCEAO e da União, foram regularmente registados e foi criado um dispositivo para um acompanhamento diário da centralização e conservação dos referidos Atos.

5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.2.1 - GOVERNANÇA E ESTRUTURA OPERACIONAL DO BCEAO

MEMBROS DO GOVERNO

GOVERNADOR	Sr. Jean-Claude Kassi Brou
VICE-GOVERNADOR	Sr. Norbert Toé
VICE-GOVERNADOR	Sr. Mamadou Diop
Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye Seck
Diretor de Gabinete	-
Conselheiro Especial do Governador	Sr. Oumar Tatam Ly
Conselheiro do Governador	Sr. Antoine Traoré
Conselheiro do Governador	Sr. Gbégnon Alain M. Komaclo
Conselheiro do Governador	Sr. Ahmadou Al Aminou Lo
Conselheiro do Governador	Sr. Kossi Tenou
Conselheiro do Governador	Sr. Chalouho Coulibaly

GABINETE DO GOVERNADOR

Administradora Delegada da Fundação BCEAO Abdoulaye FADIGA:	Sr^a Sylviane Mensah
Diretor do Gabinete do Governador:	Sr. Abdoulaye Traoré

SECRETARIADO-GERAL

Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye Seck
Administrador Delegado do Fundo de Estabilidade Financeira na UEMOA:	Sr. Armand Badiel
Conselheiro do Secretário-Geral	Sr. Sourou Antonin Dossou
Diretor do Secretário-Geral	Sr. Madani Toure

CONTROLO GERAL

Auditor Geral	Sr. Gbégnon Alain M. Komaclo
	Sr. Coulibaly Horo
Conselheiros do Auditor Geral	Sr. Kora Liliou
	Sr. Mahamadou Ali Issifou

DIREÇÕES-GERAIS

Diretor-Geral das Actividades Fiduciárias	Sr. Bwaki Kwassi
Diretor-Geral da Economia e da Moeda	Sr. Bassambié Franck Bationo
Diretor-Geral das Operações e da Inclusão Financeira	Sr. Mahamane Alassane Toure
Diretor-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	Sr. Adrien Diouf
Diretor-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Ekoué Djro Glokpor
Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr. Alioune Blondin Bèye
Diretor do Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários	Sr. Ousmane Samba Mamadou

CONSELHEIROS DE DIRETORES GERAIS

Conselheiro do Diretor-Geral das Actividades Fiduciárias	Sr. Siaka Keita
Conselheiro do Diretor-Geral da Economia e da Moeda	Sr. Bléhoué Toussaint Damoh
Conselheira do Diretor-Geral das Operações e Inclusão Financeira	Sr^a Akuwa Dogbe Azoma
Conselheiro do Diretor-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	Sr. Charlie Jerry Dingui
Conselheiro do Diretor-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Tiéguélé Abdoul F. Coulibaly
Conselheiro do Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	- Sr. Fama Adama Keïta - Sr. Eso-Houna Bale
Conselheiro do Diretor do Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários	Sr. Patrick Kodjo

DIREÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Diretor dos Assuntos Jurídicos e Institucionais	Sr. Vincent Sedalo
Diretor da Documentação, Publicações e Arquivos	Sr. Seth Aubin Odah
Diretor da Inspeção e das Auditorias	Sr. Mouhamed Diop
Diretora da Supervisão e da Prevenção dos Riscos	Sr^a Anastasie Carvalho Kodjo
Diretor dos Estudos Fiduciários	Sr. Mohamed Almountaka Alfidja
Diretor das Operações de Caixa	Sr. Yamoussa M. Kone
Diretor do Centro de Tratamento Fiduciário	Sr. Salifou Hamani
Diretor das Estatísticas	Sr. Mahaman Tahir Hamani
Diretor da Conjuntura Económica e Análises Monetárias	Sr. Bléhoué Toussaint Damoh
Diretor dos Estudos Económicos e da Integração Regional	Sr. Modibo Kamate
Diretor das Operações de Mercado	Sr. Djibril Diaw
Diretora dos Sistemas e Meios de Pagamento	Sr^a Akuwa Dogbe Azoma
Diretora da Inclusão Financeira	Sr^a Gisèle C. Keny Ndoye

Diretor das Actividades Bancárias e dos Financiamentos
Diretora da Estabilidade Financeira
Diretor da Contabilidade e do Controlo de Gestão
Diretor dos Sistemas de Informação
Diretor do Orçamento e dos Aprovisionamentos
Diretora da Gestão Administrativa e Social do Pessoal
Diretor da Gestão das Carreiras e Competências
Diretor do Património e da Segurança
Diretor dos Ensinos e de Programas de Formação
Diretora da Investigação e das Parcerias
Diretora dos Assuntos Administrativos e da Comunicação

Sr. Charlie Jerry Dingui
Sr^a Yaye Aminata Seck Mbow
Sr. Noël Houndji
Sr. Tiéguélé Abdoul F. Coulibaly
Sr. Jean-François Jossou
Sr^a Ndèye Fatou Diop Seck
Sr. Jean-Blaise Kouamé
Sr. Ali Seini Oumar
Sr. Toukou Fernand Aboutou
Sr^a Ndèye Amy Ngom Seck
Sr^a Adja Yelly Kone

DIREÇÕES NACIONAIS

Diretor Nacional para o Benin
Diretor Nacional para o Burkina Faso
Diretor Nacional para a Côte d'Ivoire
Diretora Nacional para a Guiné-Bissau
Diretor Nacional para o Mali
Diretor Nacional para o Níger
Diretor Nacional para o Senegal
Diretor Nacional para o Togo

Sr. Emmanuel Assilamehoo
Sr. Charles Luanga Ki-Zerbo
Sr. Chalouho Coulibaly
Sr^a Zenaida M. Lopes Cassama
Sr. Konzo Traoré
Sr. Maman Laouane Karim
Sr. Ahmadou Al Aminou Lo
Sr. Kossi Tenou

SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Secretário-Geral
Conselheiro do Secretário-Geral
Secretário Geral Adjunto

Diretora da Resolução de Crises e Assuntos Jurídicos

Diretor-Geral dos Estudos e das Relações Internacionais
Diretor da Supervisão Permanente
Diretor da Supervisão no Local das Instituições de Crédito e Instituições de Moeda Eletrónica
Diretor do Controle no Local de Sistemas Financeiros Descentralizados
Diretor dos Meios Gerais

Sr. Antoine Traoré
Sr. Megbegnon Thierry Toffa
Sr. Habib Thiam
Sr^a Fatou Sy Mangane
Antwi-Gyampem
Sr. Babacar Fall
Sr. Josephate Zola
Sr. Malick Diarra

Sr. Kalidou Assane Thiam

-

5.2.2 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

5.2.2.1 - Recursos humanos

No final de dezembro de 2022, o número total de funcionários do Banco Central era de 3.401 agentes contra 3.443 agentes em 31 de dezembro de 2021.

Este número é constituído por 3.333 agentes em atividade repartidos pelo conjunto dos sítios do BCEAO e 68 agentes em posição de comissão de serviço ou disponibilidade.

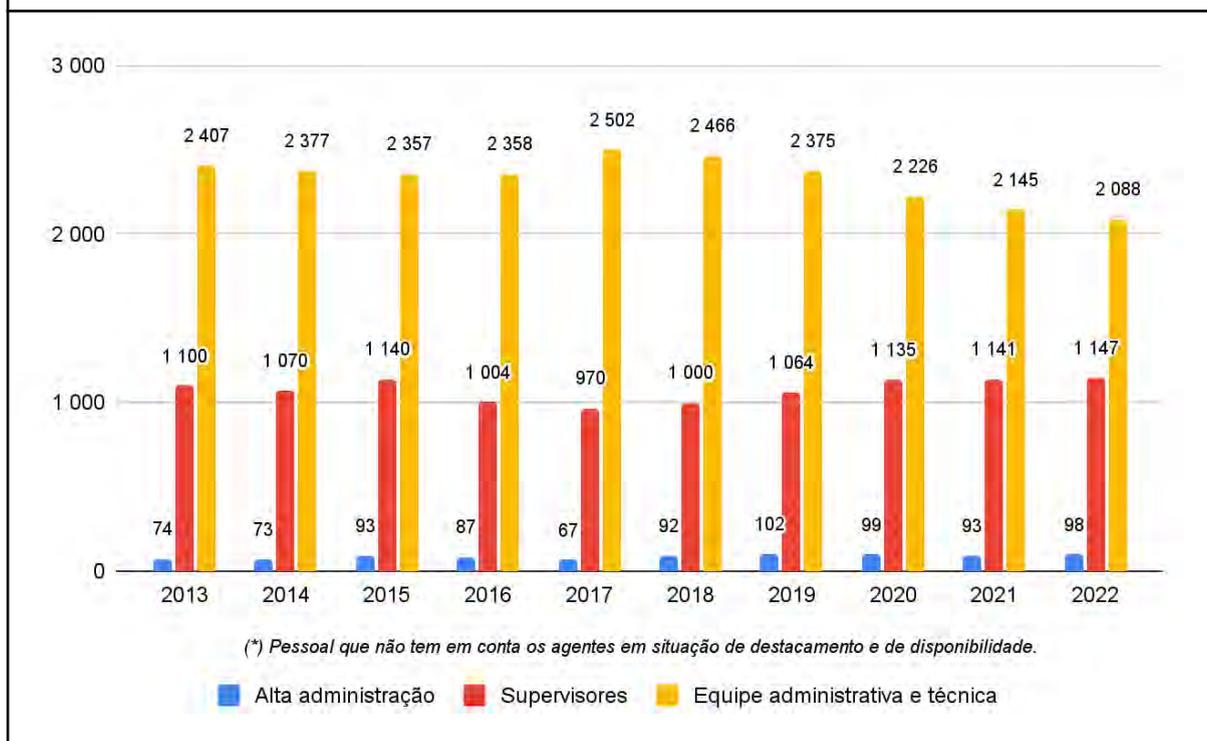
- **Alta Gestão e Diretores:** 98 agentes, ou seja **2,94%**;
- **Efetivos de quadros:** 1.147 agentes, ou seja **34,41%**;
- **peçoal administrativo e técnico:** 2.088 agentes, ou seja **62,65%**.

A proporção de pessoal feminino no pessoal em atividade estabeleceu-se em **39,0%**, ou seja, **1.295** agentes, enquanto o pessoal masculino representou **61,0%**, ou seja, **2.038** agentes.

A repartição do pessoal em atividade por agências apresenta-se como se segue:

- Sede: (DCPF: 79) : **789 agentes, ou seja 23,67%**,
- Direções Nacionais (8 Agências Principais e 15 Agências Auxiliares): **2.399 agentes, ou seja 71,98%**,
- Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA: **141 agentes, ou seja 4,23%**,
- Representação do Banco Central junto das Instituições Europeias de Cooperação: **4 agentes, ou seja 0,12%**.

Gráfico 18: EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DO BCEAO



Fonte: BCEAO.

5.2.2.2 - Formação, investigação e parcerias

5.2.2.2.1 - Formação e Reforço das capacidades

Durante o ano de 2022, o COFEB prosseguiu a implementação do programa de treinamento, em conformidade com as orientações resultantes da reforma iniciada no último trimestre de 2019 e inovações introduzidas no conteúdo da sua oferta de treinamento. Nesta base, o Centro prestou apoio em matéria de reforço de capacidades ao pessoal do BCEAO, administrações dos Estados-Membros da UEMOA, instituições de crédito, emitentes de moeda eletrónica e Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD). As ações realizadas centraram-se especialmente no reforço das capacidades de gestão dos Responsáveis do BCEAO, bem como no acompanhamento do sistema bancário e financeiro da União, no âmbito da divulgação das reformas iniciadas a nível regional e internacional.

Numa dinâmica de modernização da logística e dispositivo, o COFEB prosseguiu a organização das ações de formação, essencialmente por videoconferência. Esta opção permite uma melhor gestão das restrições induzidas pelas medidas de distanciamento tomadas contra a pandemia da Covid-19. Para isso, o Centro recorreu a várias plataformas, como o *Google Meet*, o *Microsoft Teams*, o *Zoom* e está a desenvolver uma plataforma de formação online no *Moodle*. A melhoria da situação sanitária, durante o segundo semestre, permitiu organizar alguns treinamentos presenciais.

- ➔ **44 SESSÕES** DE FORMAÇÃO ORGANIZADAS;
- ➔ FORAM REGISTADOS **1.363 PARTICIPANTES** ENTRE O PESSOAL DO BANCO CENTRAL;
- ➔ **76 AGENTES** RECÉM-RECRUTADOS TREINADOS À DISTÂNCIA GRAÇAS À PLATAFORMA DE FORMAÇÃO EM LINHA (*E-LEARNING*) EM PRELÚDIO À FORMAÇÃO EM PRESENCIAL AQUANDO DO AGRUPAMENTO NO LOCAL.

• Reciclagem e Formação do Pessoal do BCEAO

O pessoal do Banco beneficiou, durante o ano de 2022, de seminários organizados pelo COFEB no âmbito da implementação do plano interno de formação. Quarenta e quatro (44) sessões de formação foram organizadas para o referido exercício. Estas registraram a participação de 1.363 agentes. Além disso, 73 agentes do BCEAO participaram nas formações organizadas pelo COFEB para o público externo.

O COFEB empreendeu igualmente uma reforma da formação de integração dos agentes recentemente recrutados, que se decorria sob a forma de seminários, a fim de ter em conta o modo atual de recrutamento que se faz de forma contínua. O novo dispositivo de formação criado para a integração destina-se a permitir que cada novo recruta inicie a sua formação desde a sua entrada em funções. Apresenta-se em duas (2) etapas:

- uma etapa à distância, através de uma plataforma de formação em linha (*e-learning*), desenvolvida pelos Serviços do COFEB sob a aplicação *Moodle*. Os módulos da fase à

distância, que dizem respeito à cultura BCEAO, foram concebidos em formato interativo e-learning acompanhado de vídeos introdutórios dos facilitadores;

- uma etapa presencial sob forma de seminário residencial no COFEB, organizado no início do ano para agentes recrutados no ano anterior.

Este dispositivo foi lançado em junho de 2022. Setenta e seis (76) agentes recentemente recrutados concluíram a primeira fase, que se desenrola sob forma de autoformação.

Quanto ao dispositivo de formação em língua inglesa, foram tomadas iniciativas para o melhorar. Um novo programa, denominado Programa Acelerado de Formação em Língua Inglesa (PAFLA), em benefício dos agentes do Banco, foi criado durante o ano de 2022. Este novo programa vem reforçar o existente, a fim de permitir aos participantes serem autónomos e operacionais a médio prazo na utilização desta língua.

• Formação com diploma

Durante o ano de 2022, o COFEB assegurou o enquadramento académico da 43^a e da 44^a promoção do curso com diploma.

No que diz respeito à 43^a promoção para a qual a fase teórica do treinamento foi concluída no final de agosto de 2021, as defesas de dissertações dos auditores ocorreram de dezembro de 2021 a janeiro de 2022. No final da reunião da Célula Pedagógica de validação dos resultados de fim de curso desta promoção, realizada em 9 de março de 2022, a taxa de sucesso foi de 100%.

Em contrapartida, os cursos ministrados aos vinte e três (23) auditores da 44^a Promoção do curso com diploma do COFEB, decorreram de 27 de dezembro de 2021 a 25 de agosto de 2022. A fase prática da formação, consagrada aos estágios e redação das dissertações de fim de estudos, teve início em 19 de setembro de 2022. As defesas das dissertações estão previstas para janeiro de 2023.

Paralelamente à orientação dos estagiários da 44^a Promoção, foi organizado um teste de pré-requisito em 13 de junho de 2022, com vista à seleção dos auditores da 45^a Promoção do COFEB (ano académico 2022/2023). Esta promoção, composta por vinte e seis (26) auditores nacionais dos Estados-Membros da União, teve início em 2 de novembro de 2022. As aulas começaram em 7 de novembro de 2022 com o treinamento de atualização ou pré-sessão.

• Programa de formação dos gestores

Este programa inclui uma componente relativa ao acompanhamento dos gestores do BCEAO e uma outra componente destinada aos dirigentes e altos quadros de instituições de crédito e administrações públicas.

No caso do programa de desenvolvimento pessoal (gestão e liderança), 402 Gestores do BCEAO participaram em 26 sessões de treinamento. O objetivo é reforçar as suas competências de gestão e dotá-los de ferramentas que permitam enquadrar melhor os seus colaboradores. Estas formações centraram-se nas seguintes problemáticas: A «Postura de manager coach»,

«Acompanhar colaboradores com facilidade», «Técnicas de apoio à tomada de decisões», «Ser um gestor inspirador e eficaz» e «Tornar-se um gestor de proximidade».

As ações a favor do público externo foram articuladas em torno de dois (2) percursos certificadores, conjuntamente criados pelo COFEB e pela HEC Paris:

- o **Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária (CEMSTRAT) destinado aos Diretores Gerais de Bancos e Instituições Financeiras e a altos responsáveis das administrações públicas e organizações regionais. Um total de quarenta e seis (46) participantes divididos em duas classes seguiram esta edição 2022;**
- o **Certificado Executivo Bancário para Diretores na Era Digital (CEB2D) destinado a Diretores de Departamentos Técnicos, bem como aos quadros das instituições bancárias e financeiras. Dezanove (19) quadros bancários beneficiaram deste processo.**

Por outro lado, o COFEB e HEC Paris lançaram um programa de formações curtas em linha denominado «*Live webinars*», destinado aos dirigentes e quadros das instituições bancárias e financeiras. Este programa abrange dezasseis (16) módulos de um dia divididos em três (3) universos, nomeadamente «*finanças*», «*estratégia e digital*» e «*gestão e liderança*». Participaram setenta e seis (76) dirigentes.

• **Programa de acompanhamento de instituições de crédito e administrações económicas e financeiras da UEMOA**

O COFEB organizou, durante o ano de 2022, formações qualificantes de curta duração e as ditas certificadoras em benefício das instituições de crédito, Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), emissores de moeda eletrónica (EME) e Administrações públicas. Estas formações contribuíram para a divulgação dos textos regulamentares, relativos ao quadro prudencial Basileia 2/3, demonstrações de informação, infraestruturas de mercado financeiro geridas pelo BCEAO, finança islâmica, governação e controlo interno. O Centro também organizou sessões de formação para preparar o ecossistema bancário para a transformação digital e transição para o quadro contabilístico IFRS.

Além disso, o COFEB prosseguiu as suas actividades de sensibilização, a fim de tornar mais comum a lei uniforme sobre o *factoring* adotada pelo Conselho de Ministros da União, na sua reunião de dezembro de 2020. Assim, o Centro organizou, de 30 a 31 de agosto de 2022, em colaboração com AFREXIMBANK e *Factors Chain International* (FCI), um seminário a nível continental sobre este tema, destinado aos Bancos Centrais, instituições de crédito e instituições de microfinança. Na sequência deste seminário, foi organizado um seminário prático sobre a criação de uma atividade operacional de *factoring* presencial, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2022 na sede do BCEAO pelo COFEB e FCI.

O COFEB e a Direção de Assuntos Jurídicos e Institucionais organizaram, de 26 a 28 de outubro de 2022, na Sede do BCEAO, a edição 2022 do seminário de divulgação dos textos básicos da UMOA e BCEAO em benefício dos magistrados em serviço nas jurisdições civis, e formadores dos Centros de Formação Judiciária dos Estados membros da UMOA. Este encontro tinha por objetivo facilitar a apropriação do quadro institucional da UMOA e BCEAO, bem como do direito

monetário, bancário e financeiro, com vista a melhorar ainda mais o clima dos negócios na União.

No total, foram organizadas trinta (30) sessões para 1.175 participantes para o ano de 2022.

• Outras actividades de treinamento

O COFEB organizou quatro (4) conferências em linha durante o ano de 2022, a fim de sensibilizar o público sobre temas ligados à atualidade económica, monetária e financeira. Este ciclo de conferências também materializa a implementação da missão de divulgar o conhecimento e monitorar questões estratégicas e emergentes. Estas conferências focaram-se nos seguintes temas:

- «*A blockchain: Uma oportunidade para as economias africanas?*» (24 de fevereiro de 2022);
- «*O banco na revolução digital: as novas regras do jogo*» (14 de junho de 2022);
- «*Recuperação pós-Covid-19: que políticas económicas para os países africanos*» (16 de junho de 2022);
- «*SYSCOA, da origem ao presente*» (13 de julho de 2022).

Além disso, o Centro organizou, em 27 de outubro de 2022, uma conferência no âmbito da apresentação, pelo FMI, da edição de outubro de 2022 das perspectivas económicas regionais para a África Subsariana.

5.2.2.2 Investigação, parcerias e publicações

No âmbito de 2022, prosseguiram as ações de desenvolvimento de novas parcerias com a assinatura, em 1 de março de 2022, de um protocolo de acordo de parceria entre o BCEAO e a Escola Nacional de Estatística e Economia Aplicada de Abidjan (ENSEA). Centra-se, nomeadamente, na criação de um Programa de formação certificada intitulado «*Divulgação das normas Basileia 2/3*» destinado aos profissionais dos bancos e estudantes da UEMOA e na realização de actividades conjuntas de investigação (estudos, intercâmbios de investigação, oficinas de modelização, eventos científicos, etc.).

No mesmo registo, as trocas realizadas com diferentes organizações de finanças islâmicas levaram à identificação do *Islamic Development Bank Institute* (IsDB) do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), o «*Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries*» (SESRIC) e o «*General Council Bank and Financial Institutions (CIBAFI)*», com vista ao desenvolvimento de parcerias neste domínio. Esta cooperação incidirá sobre a criação de programas de reforço de capacidades para agentes do Banco Central, sujeitos passivos (instituições de crédito, instituições de microfinança, emitentes de moeda eletrónica) e administrações públicas. Deverá igualmente incluir uma componente de investigação, a fim de compreender melhor os princípios e práticas da finança islâmica e realizar trabalhos de pesquisa sobre questões de interesse para a União.

Além disso, foram realizadas diversas actividades de cooperação durante o período em análise com os parceiros do COFEB, ao abrigo das quais, por um lado, a organização em colaboração

com o *Julis Rabinowitch Centre for Public Policy and Finance* (JRCPFF) da Universidade de Princeton, de dois (2) ateliês de modelização com o auxílio dos programas informáticos MATLAB e R e, por outro lado, a realização de estudos conjuntos com a FERDI e ENSEA sobre «*A competitividade e a transformação estrutural na UEMOA*» e sobre «*A análise comparativa da volatilidade dos preços do petróleo sobre o crescimento económico na UEMOA*». Além disso, um alto gestor do Banco Central teve a oportunidade de fazer uma estadia de curta duração na Harvard Kennedy School no âmbito do seminário sobre o tema «*Decisão de Investimento e Behavioral Finance*». Por fim, alguns agentes do Banco Central participaram do seminário do Laboratório de Engenharia Financeira da Universidade Laval de Quebec sobre o tema «*Modelização financeira com a ajuda de Python*», na sessão de formação sobre «*Financial markets - short course*» bem como na conferência anual intitulada «*Evidence to Action: Achieving the Net-Zero 2050 Targets* » organizados por JRCPFF.

Além disso, o Banco Central organizou a segunda edição do seu Programa de Reforço das Capacidades dos Pesquisadores da UEMOA em Metodologia de Investigação animado por Professores da FERDI, do Consórcio para a Pesquisa Económica em África (CREA), da Associação Internacional de Pesquisadores Africanos em Microfinanças (AICFM), das Universidades de Abomey Calavi, de Yaoundé II, de Orleães, de Ottawa, Cheikh Anta Diop de Dakar e Gaston Berger de Saint Louis. O Programa, que tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da produção científica na União, inclui uma vertente teórica que incide sobre «*Os fundamentos da metodologia de investigação em ciências económicas e da redação de uma proposta de pesquisa*» e uma vertente prática que consiste em sessões de avaliação das propostas de artigos selecionados na sequência de um convite à apresentação de propostas.

Por último, realizaram-se intercâmbios preliminares com o «*Centre for International Development*» da Harvard Kennedy School (HKS), com vista a desenvolver colaborações conjuntas sobre questões de crescimento económico.

Em matéria de formação, o COFEB implementou durante o período em análise várias ações de cooperação em colaboração com a HEC Paris e a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF - Luxemburgo).

Relativamente à investigação, o COFEB realizou estudos de acordo com o seu programa de atividades para 2022. Os temas focaram-se em:

(i) mudança climática e objetivo de estabilidade de preços do Banco Central e produção na zona UEMOA

O estudo avalia, para os países da UEMOA que estão expostos a ele, os efeitos do choque climático sobre a inflação e produção. Para um Banco Central que tenha por objetivo a estabilidade dos preços e apoio ao crescimento económico, este estudo fornece esclarecimentos sobre as dinâmicas da inflação e crescimento e retira daí as lições para a condução da política monetária.

(ii) a transição fiscal na zona UEMOA e análise dos efeitos sobre o défice orçamental

A problemática do estudo consiste em responder às questões relativas à transição fiscal em curso na zona UEMOA e ao seu impacto na mobilização dos recursos, por um lado, e, por outro, no défice orçamental dos países da União.

(iii) produtividade total dos fatores PME e sustentabilidade do crescimento económico na UEMOA

O estudo analisa os determinantes da produtividade das PME na União, utilizando a base de dados sobre as PME do Banco Mundial (Enterprise Surveys, 2021).

(iv) Política Monetária e Ciclos Financeiros na UEMOA: Devemos intervir antes ou depois do boom do crédito?

O estudo esclarece o papel que a política monetária poderia desempenhar na prossecução da estabilidade financeira e expõe as vantagens e desvantagens das estratégias de intervenção das autoridades monetárias com base nos dados da UEMOA.

Durante o ano, o Centro lançou a edição 2022 do Prémio Abdoulaye FADIGA (PAF) para a promoção da pesquisa económica na UEMOA, da qual assegurou a Secretaria. A este respeito, avaliou os artigos apresentados e organizou a realização das reuniões do Comité de Pré-Seleção e do Comité de Leitura do Prémio em novembro de 2022. O COFEB também desempenhou o papel do Secretariado do Comité Científico criado para a organização do simpósio, no âmbito da celebração do sexagésimo aniversário do BCEAO.

Além disso, foram organizados vários ateliês de pesquisa durante o ano em análise. Com efeito, foram animadas sessões de ateliês teóricos e práticos no âmbito do programa de reforço das capacidades dos investigadores na UEMOA. Estas sessões foram dirigidas pelos Professores membros do Comité Científico da Revista Económica e Monetária do BCEAO ou de instituições e centros de pesquisa parceiros.

Como parte de suas atividades de publicação, o COFEB desenvolveu e divulgou para o grande público os estudos e vários outros documentos sobre temas económicos atuais e emergentes. Além disso, assegurou a gestão da Revista Económica e Monetária (REM) do BCEAO.

Neste sentido, os Documentos de Estudo e Investigação (DER) produzidos em 2020 e 2021 foram divulgados no site do COFEB. Os respetivos resumos, que permitem apresentar os principais resultados destes estudos em termos simplificados, a fim de os tornar acessíveis a um vasto público de leitores, foram igualmente elaborados e publicados. No mesmo contexto, duas (2) Notas e Estudos Temáticos intitulados (i) *Análise do ciclo financeiro (de crédito) na UEMOA* e (ii) *Política monetária com taxa de juro mínima próxima de zero* foram colocadas em linha. Além disso, o Centro coordenou a elaboração e publicação de um Resumo sobre o tema “*Fintech: definição, implicações e supervisão pelos bancos centrais*”.

A título da REM, procedeu-se à edição dos números 31 e 32 no final de junho e no final de dezembro de 2022. Como é habitual, estes números incluem, cada um, dois (2) artigos. Os da edição de 30 de junho intitulam-se (i) *Determinação da regra do rácio da dívida na zona UEMOA pela decomposição da estrutura por prazo dos prémios soberanos implícitos* e (ii) *Efeito da*

concentração bancária na estabilidade do sistema financeiro da UEMOA. Quanto aos artigos da REM n°32, têm por temas (i) *Determinação da regra do rácio da dívida na zona UEMOA pela decomposição da estrutura por prazo dos prémios soberanos implícitos* e (ii) *Análise da estabilidade do sistema bancário da UEMOA: uma abordagem baseada na segmentação do mercado bancário.*

Por outro lado, no âmbito do reforço dos seus instrumentos de gestão, a Carta Anti-Plágio COFEB foi colocada em produção a 4 de abril de 2022.

5.2.3 - PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

O Banco Central prosseguiu em 2022, o seu programa de consolidação e extensão das infraestruturas da sua rede de Agências Auxiliares.

A este respeito, as obras de reabilitação dos imóveis das Agências Auxiliares de Bobo-Dioulasso no Burkina Faso, Abengourou na Côte d'Ivoire, Maradi e Zinder no Níger registaram taxas de execução satisfatórias.

A título da extensão da rede de Agências Auxiliares, as obras de construção dos conjuntos imobiliários das Agências Auxiliares de Odienné na Côte d'Ivoire, de Kayes no Mali, de Tahoua no Níger e de Saint-Louis no Senegal também progrediram enquanto a obra de obras de conceção e realização de imóveis da nova Agência de Ouahigouya no Burkina iniciou em junho de 2022.

Além disso, as obras de elevação do edifício funcional do Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA em Abidjan tiveram início em abril de 2022.

5.2.4 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2022, como parte do desenvolvimento de aplicativos e segurança de sistemas e redes, o BCEAO continuou o trabalho para a maturidade de seus processos críticos, em relação ao controlo dos riscos ligados à obsolescência dos ativos informáticos e de cibersegurança. A este respeito, o Banco implementou o seu programa para retirar sistemas obsoletos, principalmente através do lançamento do projeto de renovação da infraestrutura de telecomunicações por satélite do tipo VSAT.

No que diz respeito à cibersegurança, o BCEAO implantou a estrutura organizacional do seu Centro Operacional de Supervisão e Cibersegurança (COSC) definido em 2021. O Banco Central deu igualmente início à implementação de instrumentos complementares com vista a consolidar os seus dispositivos de resposta a incidentes e tratamento de vulnerabilidades, nomeadamente para a gestão de contas com privilégios, bem como a orquestração do tratamento dos incidentes de segurança e sua deteção com base numa análise comportamental.

No que diz respeito à carteira de aplicações, o Banco consolidou as suas aplicações com o objetivo de contribuir para a otimização da eficácia dos processos internos, melhoria da produtividade e qualidade dos serviços oferecidos. A este respeito, procedeu à integração da plataforma de ligação à telecompensação (UAP) no Sistema de Informação Bancária (SIB), a fim de simplificar a sua arquitetura técnica e deu início à reformulação das aplicações relativas ao

acompanhamento dos sistemas financeiros descentralizados (SICS-SFD) e gestão dos recursos humanos e folha de pagamento (GOREH).

Além disso, novas aplicações estão em fase de implantação ou finalização, nomeadamente os sistemas de planeamento e gestão das atividades (SIGMA), de gestão das missões e recomendações de auditoria (GAMA), de controlo dos riscos operacionais (SIMARIS).

Além disso, o Banco lançou um projeto destinado a apoiar, numa aplicação específica, as funcionalidades de gestão de títulos e liquidez abrangidas pela política monetária do BCEAO. A nova aplicação deverá permitir melhorar as análises do mercado monetário da UMOA.

Por último, o Banco procedeu à renovação da certificação do seu Sistema de Informação (SI) de norma PCI DSS de segurança da indústria dos cartões de pagamento. Do mesmo modo, a conformidade dos dispositivos de segurança da plataforma de mensagens financeiras SWIFT com os requisitos normativos relevantes foi validada após uma auditoria específica.

Em 2023, está previsto reforçar os dispositivos de gestão dos acessos ao Sistema de Informação do Banco, com o início da implementação de uma plataforma unificada de gestão das identidades e criptografia de chaves públicas com vista a reforçar a confidencialidade, autenticidade, integridade e rastreabilidade da informação, tanto no Instituto de Emissão como no intercâmbio de informações com o exterior.

Além disso, está prevista a implementação de um dispositivo de proteção dos dados pessoais a fim de assegurar a transparência face às partes interessadas, sobre a finalidade dos dados recolhidos e mecanismos adotados para garantir a sua segurança e confidencialidade, em conformidade com a legislação em vigor na UMOA.

Por último, está prevista a integração no SIB das funcionalidades da plataforma de digitalização de cheques e da interface monetária, a fim de adquirir um controlo total sobre este sistema sensível do SI do BCEAO.

5.2.5 - DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS E ACTIVIDADES DE CONTROLO

As atividades de supervisão e prevenção de riscos realizadas durante o ano de 2022 dizem respeito essencialmente à prossecução dos trabalhos de reforço da resiliência do Banco face às situações de crise, de controlo dos riscos operacionais, riscos cibernéticos, continuidade de atividades e consolidação do sistema de controlo interno.

A cibersegurança constitui um desafio de estabilidade financeira devido a riscos que os ciberataques representam para as infraestruturas dos mercados financeiros, estão em curso ações com vista à implementação de uma plataforma de colaboração e partilha de informações sobre ciber-incidentes com os principais intervenientes nacionais e internacionais, financeiros e não financeiros, qualificados e experientes na matéria. Esta colaboração é essencial para a resiliência do Banco em resposta às ameaças de cibercrime financeira e transfronteiriça.

Além disso, o processo de revisão da Política de Segurança da Informação (PSI) do Banco entrou na sua última fase. A revisão da PSI é necessária tendo em conta as orientações estratégicas do Banco, as alterações nos ambientes interno e externo do BCEAO e a evolução das normas internacionais ou normas relativas à segurança dos sistemas de informação. Visa

consolidar os dispositivos de segurança do Sistema de Informação do Banco Central, a fim de permitir à Instituição fazer face às ameaças e vulnerabilidades emergentes.

Do mesmo modo, foram realizados trabalhos para manter o ambiente do Banco Central em conformidade com os requisitos do Programa de Segurança SWIFT (Customer Security Program - CSP) e a norma de segurança dos dados dos detentores de cartões bancários (Payment Card Industry Data Security Standard - PCI DSS).

Ainda, as ações de sensibilização e formação do pessoal em matéria de segurança da informação foram reforçadas ao longo de 2022. Para o efeito, foi criada uma plataforma de formação e sensibilização para transmitir a todo o pessoal os conhecimentos em cibersegurança necessários para proteger a infraestrutura e os dados do Banco.

Para melhorar a gestão de riscos operacionais, o BCEAO lançou uma aplicação em todas as suas instalações durante o ano de 2022. Esta aplicação tem por objetivo facilitar a avaliação dos riscos, bem como o acompanhamento dos planos de ação. Contribui igualmente para a recolha e acompanhamento dos incidentes operacionais.

No domínio da segurança das pessoas e dos bens, o ano de 2022 foi marcado pela receção das obras de renovação das instalações e equipamentos de segurança dos sítios do Banco. Por outro lado, o recurso aos instrumentos de acompanhamento dos níveis de alerta e riscos no país manteve-se efetivo.

O dispositivo de controlo interno foi reforçado pela implementação operacional do módulo de acompanhamento das recomendações de auditoria na aplicação dedicada à gestão das missões de auditoria interna. Esta implantação permitiu reforçar o acompanhamento da implementação das recomendações formuladas pelos diferentes corpos de controlo. O reforço do dispositivo de controlo interno foi acompanhado de ações de formação sobre as ferramentas e técnicas de controlo em benefício dos Controladores de Operações ao longo do ano 2022.

No plano da continuidade das atividades, o BCEAO procedeu à implantação dos novos esboços da documentação do Plano de Continuidade de Atividades (PCA), em todas as suas instalações, através de uma plataforma desmaterializada. A adoção pelo Banco desta plataforma contribuiu, nomeadamente, para o domínio e controlo mais eficaz da documentação e instrumentos do PCA.

Por último, no que diz respeito à auditoria externa das contas do BCEAO para o exercício de 2021, aprovadas durante os Conselhos de março de 2022, ficou demonstrado que as demonstrações financeiras são regulares e sinceras e dão, em todos os aspetos materiais, uma imagem fiel da situação financeira do Banco Central, do seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021.

No âmbito da auditoria interna, as atividades realizadas em 2022 incidiram principalmente na execução do programa anual de controlo e no reforço da eficácia da auditoria interna do Banco.

Os controlos realizados destinaram-se a garantir o respeito das disposições legais, regulamentares e contratuais, a eficácia e eficiência das operações, a salvaguarda do património do Banco e a proteção adequada da confidencialidade, a integridade e disponibilidade dos dados

do BCEAO, para garantir a confiabilidade das informações processadas pelos sistemas de informação. As 46 missões programadas foram realizadas.

Incluem 11 auditorias de estrutura, 24 auditorias de atividades fiduciárias, 2 auditorias de processo, 5 auditorias de sistemas de informação e 4 missões específicas.

As auditorias de estrutura realizadas envolveram 9 Agências em 4 Direções Nacionais do BCEAO, o Grupo Interbancário Monetária da UEMOA (GIM-UEMOA) e Direções do Controlo no Local sob a tutela do Secretariado Geral da Comissão Bancária (SGCB-UMOA).

As missões de verificação de numerário e de destruição das notas canceladas ou a classificar, bem como as auditorias das atividades fiduciárias, foram realizadas em todas as Direções Nacionais do BCEAO, bem como no Centro de Tratamento Fiduciário. Estas missões tiveram por objeto a avaliação da condução das atividades e condições de processamento das operações de caixa, a verificação dos numerários e a destruição das notas.

As auditorias do processo focaram-se no processo “R3: Emissão” e processo “R8: Sistemas de pagamento.” Tiveram como quadro, por um lado, a Direção das Operações de Caixa, Direção dos Estudos Fiduciários, Direções Nacionais para o Burkina Faso e Côte d’Ivoire e, por outro, a Direção dos Sistemas e Meios de Pagamento, Direção das Operações de Mercado, Direção de Inclusão Financeira, Direção de Sistemas de Informação, Direção de Vigilância e Prevenção de Riscos e duas (2) Direções Nacionais do BCEAO.

No que se refere aos sistemas de informação, as auditorias tiveram por objeto o Plano de Continuidade Informática e Telecomunicações (PCIT), o dispositivo de cibersegurança, a plataforma de mensagens financeiras, Gestão interna de projetos de TI no SGCBUMOA e cumprimento dos requisitos da norma PCI DSS relativa à segurança dos cartões de crédito.

As auditorias específicas incidiram sobre a conformidade das transferências emitidas à Direção das Operações de Mercado (DU) e sobre as verificações da aplicação das recomendações das missões de auditoria em duas (2) Direções dos Serviços Centrais.

A título de reforço das capacidades, convém recordar que os auditores internos são membros das organizações profissionais dedicadas às profissões do controlo e da auditoria interna. A este título, beneficiam das oportunidades de reforço das competências oferecidas por estas estruturas (ações de formação, partilha de experiências, conferências, etc.). Além disso, os auditores participam regularmente em formações ou seminários organizados no âmbito da cooperação com outros bancos centrais.

5.2.6 - DISPOSITIVO DE CONTROLO DE GESTÃO

O Banco Central iniciou, no ano de 2022, a implementação do seu novo Plano Estratégico 2022-2024, que inclui catorze (14) objetivos estratégicos, divididos em cinquenta e oito (58) objetivos operacionais e setenta e um (71) projetos. Estes projetos deverão permitir, a prazo, à instituição de instrumentos modernos face às ameaças emergentes e contribuir, nomeadamente, ao reforço do conhecimento da dinâmica das economias da União e resiliência e solidez do sistema bancário e financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, foram concluídos os sete (7) projetos pendentes. Estes projetos dizem respeito à melhoria do quadro de supervisão baseado nos riscos da LBC/FT, à elaboração de uma base de dados das contas nacionais em conformidade com as disposições do SCN 2008, à realização de um estudo sobre a criação na União de um dispositivo de cedência de liquidez de emergência pelo Banco Central, à elaboração de uma nota conceitual que indique a abordagem que o BCE poderá adotar para ter em conta os impactos das alterações climáticas na condução da política monetária. Outros projetos continuam normalmente e não apresentam dificuldades particulares.

5.2.7 - SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO BCEAO

Com o objetivo de assegurar uma dinâmica de melhoria contínua do seu funcionamento e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e parceiros, o BCEAO realizou, em outubro de 2022, uma auditoria realizada pelo Gabinete Veritas, a renovação da certificação à norma ISO 9001-2015 do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), para um novo ciclo trienal (2022-2024). As renovações sucessivas do certificado, desde a implementação da iniciativa de qualidade em janeiro de 2010, confirmam a conformidade do BCEAO com todos os requisitos da norma, bem como um funcionamento eficaz e eficiente dos seus processos.

Para além da avaliação por um Gabinete externo, a monitorização da qualidade prosseguiu, a nível interno, através da realização de auditorias internas de qualidade de determinados processos a nível das Direções de Serviços Centrais (DSC) e Direções Nacionais. Estas auditorias permitiram avaliar o desempenho do SMQ e contribuir para o reforço da sua eficácia.

5.2.8 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O sistema de informação contabilístico do Banco não sofreu alterações importantes durante o ano em análise. Prosseguem os trabalhos de otimização do processamento automático das operações, iniciados através dos diversos projetos informáticos.

VI - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

6.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL	98
6.2 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA NO SEIO DA CEDEAO	98

6.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Durante o ano de 2022, três Estados membros da UEMOA, nomeadamente o Benim, Níger e Senegal, implementaram programas apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em julho de 2022, o Conselho de Administração do FMI aprovou a favor do Benim, um acordo de 42 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (FAC) e do Mecanismo Alargado de Crédito (MADC), num montante global de 484,1 milhões de DTS equivalente a 391% da quota do país. O Níger e o Senegal prosseguiram a execução dos programas celebrados, respectivamente, ao abrigo da FEC e dos acordos combinados (Facilidade de Crédito de Confirmação e Acordo de Confirmação). O programa do Mali apoiado pela FEC no período 2019-2022, terminou no final de agosto de 2022, embora as últimas revisões não tenham sido concluídas. Quanto aos outros países da União (Burkina, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau e Togo), prosseguiram, durante o período, as discussões com o Fundo, com vista a chegar a um acordo sobre um programa económico e financeiro (PEF) apoiado pelos instrumentos de financiamento do FMI.

As operações realizadas pelo Banco Central com o FMI, por conta dos Estados membros da UEMOA, saldaram-se durante o ano de 2022 por entradas líquidas de recursos de 388,04 milhões de DTS (328,82 mil milhões de FCFA) contra 134,68 milhões de DTS (108,42 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Este acréscimo está relacionado com o forte aumento do volume de saques, que ascendeu a 586,78 milhões de DTS (486,51 mil milhões de FCFA) contra 223,08 milhões de DTS (179,59 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Os reembolsos aumentaram em 50,52 milhões de DTS, de 133,44 milhões de DTS (91,32 mil milhões de FCFA) para 183,96 milhões de DTS (145,74 mil milhões de FCFA). Em 2022, não foi concedido qualquer alívio da dívida aos países da União.

Os encargos suportados pelo BCEAO e Estados-Membros em 2022 ascenderam a 45,54 milhões de DTS (36,57 mil milhões de FCFA) contra 14,46 milhões de DTS (11,64 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Referem-se às comissões pagas pelo BCEAO e encargos de juros ao abrigo do Mecanismo Alargado de Crédito (MEDC), do Instrumento de Financiamento Rápido (IFR) e do Acordo de Confirmação.

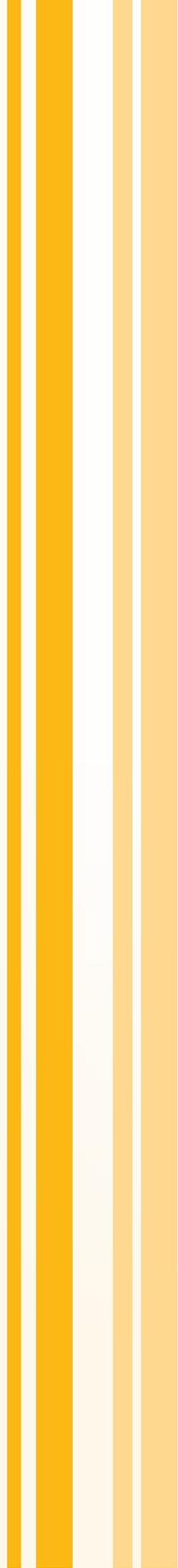
A título da remuneração de suas posições credoras em 2022, o montante desbloqueado pelo FMI aos Estados membros da UEMOA registou um aumento de 28,94 milhões de DTS, ascendendo a 30,76 milhões de DTS (25,61 mil milhões de FCFA) contra 1,82 milhões de DTS (1,46 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Estes recursos provêm dos juros sobre os ativos e da remuneração da posição de reserva.

6.2 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA NO SEIO DA CEDEAO

No domínio da integração regional, a avaliação do desempenho macroeconómico foi retomada em 2022, após a adoção do novo Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO em junho de 2021. Os dados disponíveis indicam que, em 2022, nenhum Estado-Membro cumpriu os critérios de convergência macroeconómica. O desempenho dos Estados-Membros em matéria de convergência foi afetado pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos e pelo agravamento das condições financeiras, na sequência das medidas de normalização da política monetária tomadas pelos bancos centrais.

O principal avanço registado a título da integração regional diz respeito à adoção, em 3 de julho de 2022, pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo do quadro jurídico do sistema de interconexão dos sistemas de pagamento e liquidação à escala da CEDEAO (EPSS). Além disso, os outros dossiers do roteiro para o lançamento do Eco, examinados em 2022, incidiram principalmente na colocação em comum das reservas cambiais para o futuro Banco Central Comum e na proposta de criação de um fundo de solidariedade e estabilização na Comunidade.

O BCEAO continuará a participar, juntamente com todas as outras partes interessadas, em todas as iniciativas importantes de integração económica e monetária envolvendo os Estados membros da UEMOA na CEDEAO.



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 - Dakar - Sénégal
www.bceao.int